

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**A construção narrativa dos conceitos de estrutura e sujeito na obra
A miséria da teoria de E. P. Thompson**

Fabício Antônio Antunes Soares

Dissertação de mestrado apresentada ao
Programa de Pós-graduação em História da
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
como requisito para obtenção do Grau de
Mestre em História.

PROFESSOR DOUTOR TEMÍSTOCLES AMÉRICO CORRÊA CEZAR

Orientador

Porto Alegre

Abril de 2011

A construção narrativa dos conceitos de estrutura e sujeito na obra *A miséria da teoria* de E. P. Thompson

Fabício Antônio Antunes Soares

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito para obtenção do Grau de Mestre em História.

Aprovada por:

Prof. Dr. Temístocles Américo Corrêa Cezar

Prof. Dr. Arthur Ávila

Prof. Dr. Carlos Henrique Armani

Prof. Dr. Fernando Nicolazzi

Agradecimentos

Dedico esta dissertação a meus pais Maria da Conceição e Nero. Agradeço pelo amor, confiança e apoio material nestes dois anos de mestrado, pois sem eles esta dissertação não seria possível.

Agradeço aos meus irmãos, Franco, Félix e Danielle, pelo amor e sentido de família que nos une. Em especial agradeço ao meu irmão Franco, que nesses três anos de Porto Alegre me apoiou tanto emocional quanto intelectualmente. Agradeço também ao meu sobrinho Flávio Gabriel e aos meus cunhados pelo convívio e afeição. Em especial agradeço a minha cunhada Raquel pelo carinho e risadas nesses três anos. Também agradeço aos demais familiares espalhados por todo Rio Grande do Sul.

Igualmente sou grato aos meus amigos João Júlio Júnior e Ícaro Bittencourt pela amizade nesses anos de Porto Alegre, por sempre lerem meus textos e os corrigirem. Sem dúvida, também, passa por eles meu enriquecimento intelectual.

Agradeço aos meus professores do mestrado, Céli Pinto, Benito Schmidt, Marçal Paredes e Silvia Petersen. Agradeço, também, aos professores da banca examinadora da dissertação, Fernando Nicolazzi e Arthur Ávila, pela disponibilidade e leitura da dissertação. Em especial sou grato ao professor Carlos Armani que na graduação abriu as portas da teoria e da história da historiografia para mim. Do mesmo modo sou grato ao professor Diorge Konrad que me fez conhecer E. P. Thompson e iniciou este desafio comigo. Também agradeço ao professor Francisco Marshall pela atenção e pela transformação do meu entendimento da historiografia. Igualmente sou muito grato ao professor Temístocles por ter aceitado me orientar no mestrado, pelo tempo dedicado a mim, pela liberdade intelectual com que pude desenvolver a dissertação e por me fazer entender melhor o que é o trabalho do historiador.

Sou grato a meus sogros, Dorival e Beatriz Lehen, pelo carinho e acolhimento que tiveram comigo. Em especial sou muito grato a minha namorada Sheila Lehen, pela dedicação, espera, companheirismo, por entender quando eu tinha que estudar além da conta, mas sou grato, sobretudo, pelo seu amor.

O rosto impõe-se a mim sem que eu possa permanecer surdo a seu apelo, ou esquecê-lo, quero dizer, sem que eu possa cessar de ser responsável por sua miséria.

Emmanuel Lévinas

Há história – uma experiência e uma matéria da história – porque há fala em excesso, palavras que cortam a vida, guerras da escrita. E há ciência história porque há o escrito que pacifica estas guerras e cicatriza estas feridas retornando sobre as pistas do que já foi escrito.

Jacques Rancière

Resumo

O presente trabalho pretende dissertar sobre a construção narrativa dos conceitos de estrutura e sujeito no livro *A miséria da teoria* do historiador inglês Edward Palmer Thompson (1924 – 1993). Com a crise do marxismo em 1956 intelectuais de esquerda começam a repensar o marxismo como teoria e como prática política. Nas décadas de 1960 e 1970 o filósofo francês Louis Althusser (1918 – 1990) adquire um grande prestígio na historiografia marxista inglesa através dos integrantes da segunda *new left*. O livro aqui analisado é uma resposta à infiltração do marxismo althusseriano na Inglaterra. Os conceitos de estrutura e sujeito são avaliados a partir de três pontos constitutivos. Primeiro, o mercado linguístico da época de Thompson; segundo, a gramática do livro o que possibilita compreender as regras semânticas e pragmáticas do texto; por último, uma análise dos nomes próprios e conceitos que compõe o texto, a partir da problemática dos usos do passado contido nas palavras. Desta forma pode-se compreender que a constituição narrativa dos conceitos configura-se como uma forma de um reenquadramento do passado na escritura historiadora para recompor a temporalidade fissurada com a crise marxista de 1956.

Palavras-chave: Narrativa, estrutura, sujeito, discurso, linguagem, mercado linguístico, gramática, usos do passado.

Abstract

This work intends to elaborate on the narrative construction of the concepts of structure and subject in the book *The Poverty of Theory* of the English historian Edward Palmer Thompson (1924-1993). With the crisis of Marxism in 1956, left-wing intellectuals started to rethink Marxism as theory and as political practice. In the 1960s and 1970s the French philosopher Louis Althusser (1918-1990) acquired a great prestige in the English Marxist historiography through the members of the second new left. The book here analyzed is a response to the infiltration of Althusserian Marxism in England. The concepts of structure and subject are evaluated from three points of incorporation. First, the language market of the Thompson times; second, the book grammar which enables to understand the semantic and pragmatic rules of the text, and finally, an analysis of proper names and concepts that compose the text, from the problematic uses of past contained in words. Thus one can understand that the narrative constitution of concepts appears as a way of reframing the past in the historian writing to reconstruct the temporality cracked with Marxian crisis of 1956.

Keywords: Narrative, structure, subject, discourse, language, market language, grammar, uses of the past.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
CAPÍTULO I. O MERCADO LINGUÍSTICO	24
1.1. A economia das trocas linguísticas	25
1.2. Marxismo X Estruturalismo	28
1.2.1. O marxismo no século XX	29
1.2.2. O estruturalismo	34
1.2.3. O embate	37
1.3. Os dois marxismos	43
1.4. Historiografia marxista inglesa: A polêmica entre E. P. Thompson X Perry Anderson	53
CAPÍTULO II. A GRAMÁTICA D'A MISÉRIA	58
2.1. Empirismo	60
2.2. Historicismo	72
2.3. Humanismo e moralismo	80
CAPÍTULO III. A INTRIGA NA MISÉRIA: DE VOLTA AO PASSADO	91
3.1. Positividades	92
3.2. Negatividades	109
3.3. Disjunções	123
CONCLUSÃO	135
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	142

Introdução

“Une histoire concrète de l’historiographie doit unir l’histoire des divers types de ‘narrations historiques’ à l’histoire des théories du temps et à celle des techniques critiques”(François Chatelet).¹

Esta dissertação tem por objetivo compreender a construção narrativa dos conceitos de estrutura e sujeito no livro *A miséria da teoria* do historiador inglês Edward Palmer Thompson (1924-1993). Muitos anos se passaram desde a publicação do livro que deu ensejo a muitos debates na historiografia marxista e na história social.

Para entender a construção destes conceitos, elaborados por Thompson, é necessário voltar no tempo. Com a invasão da Hungria pelas tropas soviéticas em 1956 e a revelação dos crimes de Stalin, inicia-se uma crise do marxismo europeu em geral e do marxismo inglês em particular. Como o Partido Comunista da Grã-Bretanha (PCGB) não se posiciona contra e até esconde estes acontecimentos, Thompson inicia um processo de desencantamento com o marxismo institucional (PCs e os Estados comunistas do leste europeu) que o faz iniciar uma crítica do marxismo enquanto teoria. Historiador atuante do grupo de historiadores do PCGB, Thompson e vários de outros intelectuais deixam o partido em busca de um arejamento teórico e político. Contudo, importa ressaltar desses acontecimentos é que, com os fatos acima citados do ano de 1956, quando há uma unidade ideológica no PCGB, rompe-se essa coesão e inicia-se uma fratura de entendimento no interior do marxismo inglês de quem tem a autoridade sobre o dizer correto da teoria marxista na ilha inglesa. Há, portanto, um racha no partido entre os intelectuais e a cúpula partidária. Um desentendimento político e intelectual. Como sugere Jacques Rancière, o rei está morto e não há mais ordem, há só o excesso de possibilidades de se dizer o que é em nome do marxismo na esquerda inglesa. Fazendo analogia à obra *As origens do pensamento grego*, de Vernant, o debate público de ideias se inicia com o fim da monarquia micênica. Agora nasce a democracia da palavra no marxismo inglês sem a tutela do partido. Como o debate público de ideias pôde nascer com o fim da monarquia grega no início da

¹ CHATELET François. Le temps de l’histoire et l’évolution de la fonction historique. In: *Questions, Objections: A la recherche des vraies semblances*. Paris: Denoël/Gonthier, 1979. p. 19

democracia ateniense, o debate teórico sobre o marxismo, fora do comando do partido, surge no marxismo inglês sem a tutela do partido.²

Isto não é um fenômeno só inglês, o marxismo é revisto em toda a Europa. A partir da institucionalização do marxismo na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e na Europa Oriental, surge o que os autores chamam de a esclerose ou a dogmática marxista, que procura dar uma direção política e um esclarecimento teórico sobre o marxismo a partir do ponto de vista da burocracia dirigente. A teleologia marxista, crente de seu objetivo final, abala-se com a descoberta desses fatos do ano de 1956. O tempo da história marxista, seguro de si mesmo e da vitória operária, fissa-se. Aporias do tempo surgem e só uma nova narrativa sobre o que é o ser do tempo pode trazer a segurança para a vida prática. Uma nova narrativa para conter o excesso de significação das palavras abertas por essa fissura na teleologia marxista. A aporia sobre o devir marxista da história tem que ser sanada e a narrativa de *A miséria da teoria* é uma resposta para conter o excesso de significação das palavras que surgem com o fim de uma narração legítima sobre o marxismo. Se há fissura no tempo, desordem do tempo, a narrativa historiadora, no texto de Thompson, é uma tentativa de colocar ordem no tempo. A crise na ligação passado-presente-futuro, à que muitos marxistas se debateram, será a paisagem d'*A miséria da teoria*.³

Assim, os dissidentes do PCGB, em 1956, organizaram o centro fundamental da animação política que passou a ser conhecido como *New left*. Dele faziam parte grandes nomes da intelectualidade marxista inglesa, ente os quais E. Thompson. Este,

² DOSSE, François. Crise do marxismo: degelo ou regelo? In: *História do estruturalismo*. Bauru, SP: EDUSC, 2007. vl.1. PALMER, Bryan. Os anos 70: repensando o marxismo, o retorno a 1956 e à política de democracia. In: *E. P. Thompson: objeções e oposições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996. VERNANT, Jean-Pierre. *As origens do pensamento grego*. Rio de Janeiro: Difel, 2006. RANCIÈRE, Jacques. *Os nomes da história: Ensaio de poética do saber*. São Paulo: EDUC/Pontes, 1994.

³ RICOUER, Paul. *Tempo e narrativa*. Campinas, SP: Papyrus, 1995. 3 vols. . McLENNAN, Gregor. Philosophy and history: some issues in recent Marxist theory: In: JOHNSON, Richard (org). *Making histories: Studies in history writing and politics*. Minneapolis: University of Minnesota press, 1982. BOURDÉ, Guy; MARTIN, Hervé. O marxismo e a história. In: *As escolas históricas*. Lisboa: Publicações Europa-América, 1990. HARTOG, François. A arte da narrativa histórica. In: BOUTIER, Jean; JULIA, Dominique. *Passados recompostos: campos e canteiros da história*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Editora FGV, 1998. HARTOG, François. Ordres du temps, regimes d'historicité. In: *Régimes d'historicité. Présentisme et expérience du temps*. Paris: Seuil, 2003.

dando prosseguimento a seu desempenho político, funda com John Saville a revista *New Reasoner*. A revista era um lugar aberto, tanto de debate e exposição de reflexões da dissidência comunista quanto de uma crítica ao stalinismo e à política socialdemocrata. Em 1959, a *New Reasoner* fundiu-se com a *Universities and left Review*, aparecendo assim a *New left review*, aparelho capital de publicação do debate político e teórico da *New left* britânica durante vários anos e existente até os dias de hoje.

Entretanto, após um momentâneo desenvolvimento no final dos anos 1950, no princípio da década de 60, praticamente todo grupo que havia dado origem à revista estava dissipado e politicamente desarticulado. Foi nesse período que uma nova geração de intelectuais marxistas tomou o comando da *New left Review*. A maior parte dos componentes antigos conheceu, a partir de então, um agudo retraimento e afastamento de uma vida política mais ativa. Ao mesmo tempo, Perry Anderson, um dos expoentes da nova geração, tornou-se, em 1963, o novo editor da revista.

A ascensão desse grupo, que ficou conhecido como a segunda *New Left*, significou uma grande inflexão no debate político e alterações na linha editorial da revista. Os chamados debates teóricos do marxismo passaram a predominar em suas páginas, e artigos de autores estrangeiros, como Althusser, tornaram-se constantes. Iniciava-se uma nova fase na esquerda britânica. A influência de Althusser fazia-se crescente. Essa nova linha editorial da *New left review* contrastava abertamente com o rumo adotado pelos principais ex-participantes do grupo do Partido Comunista, como o próprio Thompson.

Motivados pela vitória do Partido Trabalhista nas eleições inglesas de 1964, Perry Anderson e Tom Nairn, puseram-se a escrever uma série de artigos nos quais buscavam compreender a nova conjuntura, a partir de uma análise sistemática da história britânica do ponto de vista marxista, procurando abordar o desenvolvimento do capitalismo, a formação e estrutura das classes sociais, bem como a trajetória das ideologias naquele país. No contraste entre a ênfase nas experiências sociais, culturais e políticas da classe trabalhadora inglesa e a condenação de sua incapacidade em se

tornar uma classe hegemônica, estavam definidos os termos do debate político e teórico que polarizaria a esquerda britânica.⁴

Com esta fissura no interior do marxismo, novas interpretações do mesmo passado tem que ser produzidas para responder as questões do presente. O passado no texto como fonte, ou depósito de representações históricas, deve ser averiguado novamente. Este passado como depósito de representações é semelhante ao que Nora chama de “lugar” de memórias. Se o que faz o “lugar” é que ele é a encruzilhada onde se transpõem diferentes caminhos da memória e é, também, sua capacidade de ser, incessantemente, remodelado e perdurar, de ser retomado e reexaminado. O mesmo vale para o que vem a ser este “depósito” ou “lugar” de representações, que circulam em signos sinais e textos, onde o passado está sempre a ser problematizado por questões contemporâneas. O passado como “lugar” não só de memória, mas como “lugar” da linguagem ordinária que subsidia as representações do presente.⁵

Conforme François Hartog, a problemática dos usos do passado surge na *Querela dos historiadores* alemães, quando o filósofo Jürgen Habermas (1929) coloca em debate a significação do nazismo na experiência nacional. A partir disso, a fórmula “os usos públicos da história” não para de se repetir. A intenção do filósofo alemão, para Hartog, era tornar público certo número de casos cruciais que punham em causa alguns valores essenciais para a sociedade, do círculo dos ditos especialistas, para submeter ao debate público.⁶

⁴ FORTES, Alexandre; FONTES, Paulo; NEGRO, Luigi. As peculiaridades de E. P. Thompson. In: THOMPSON, E. P. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: Ed. Unicamp, 2001. PALMER, Bryan. The New left. In: *The making of E. P. Thompson: Marxism, humanism, and history*. Toronto: New hogtown press, 1981. GRAY, Robert. History, Marxism and Theory. In: KAYE, Harvey; McCLELLAND, Keith (Ed.). *E. P. Thompson: Critical perspectives*. Philadelphia: Temple University Press, 1990.

⁵ NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*. São Paulo: PUC-SP, n.10, dezembro de 1993. POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. In: *Estudos históricos*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, v.2, n.3, 1989. POLLACK, Michael. Memória e identidade. In: *Estudos históricos*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, v.5, n.10, 1992. HARTOG, François. O tempo desorientado. Tempo e história. “Como escrever a história da França?” *Anos 90*. Porto Alegre: n.7, julho de 1997. RYLE, Gilbert. A linguagem ordinária. In: *Os pensadores*. São Paulo: Abril cultural, 1985.

⁶ HARTOG, François e REVEL, Jacques. Note de conjuncture historiographique. In: HARTOG, François e REVEL, Jacques (sous la direction). *Les usages politiques du passé*. Paris: EHEES, 2001. REESE-SCHÄFER, Walter. Da polêmica dos historiadores à República berlinense. In: *Compreender Habermas*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. ROUSSO, Henry. Usos do passado na França de hoje. In: SIMSON, Olga Rodrigues de Moraes Von (org.) *Os desafios contemporâneos da história oral*. Campinas: Centro de Memória da

Os usos do passado, na narrativa historiadora, sugere uma reflexão dos historiadores que se envolvem com esta atividade paradoxal: produzir um discurso verdadeiro sobre o que está ausente da observação humana. Quando da constituição da comunidade de historiadores na metade do século XIX, o problema da objetividade estava no coração do debate identitário que os reunia. Era preciso se munir contra a solicitação do político, e eles acreditavam, segundo Hartog, ter encontrado os meios de fazer isto adotando os preceitos da erudição positivista. Assim, aos futuros historiadores era recomendado evitar a controvérsia política e se ocupar somente dos rigores do método. Contudo, após a metade do século XX, quando a erudição positivista, como modo de conhecimento historiográfico, perde credibilidade, as análises historiográficas são também analisadas segundo o viés do uso político do passado. Não é por acaso que não só *A miséria da teoria* é um livro com intensa discussão política, mas como toda obra de Thompson.

Os historiadores estão na primeira linha em algumas grandes construções do passado porque produzem versões socialmente autorizadas do passado. A historiografia faz circular representações, argumentações, um repertório de signos e formas que, através da leitura dos textos historiográficos, são incorporados na cultura. Assim, segundo Hartog, não se trata somente de narrativas historiográficas que se defrontam, onde cada uma busca fazer prevalecer a sua anterioridade, sua legitimidade, seus valores, mas trata-se, também, de narrativas e argumentações que mobilizam frequentemente as mesmas fontes a fins contrários, que se negam, e revisam uma à outra.

Entretanto, diferente de Hartog, que parte da perspectiva dos usos do passado a partir da sua demanda na sociedade francesa, e das repercussões políticas dos usos do passado no espaço público e suas consequências na demanda de memória e patrimonialização do passado francês, a problemática dos usos do passado nesta dissertação visa compreender a significação do texto de Thompson para legitimar suas posições no debate que o envolveu com Althusser e seus sectários ingleses. A questão que se levanta aqui não é sobre se a interpretação de Thompson é correta, mas *como*

UNICAMP, 1997. TRAVERSO, Enzo. Usages politiques du passé. In: *Le passé, modes d'emploi: histoire, mémoire, politique*. Paris: La Fabrique, 2005.

foram construídas estas representações do passado por Thompson, *porque* foi produzida e reproduzida uma interpretação “correta” sobre o marxismo.

Portanto, na tentativa de Thompson de responder a fissura do marxismo, através de uma nova narrativa que reatualiza o passado para legitimar o presente, criou-se uma genealogia histórica, personagens historiográficos, que são redes de palavras, constituídas por nomes próprios ou conceitos, que foram suas “armas” neste confronto dentro da historiografia inglesa. Uma genealogia que cria uma nova tradição de pensamento para responder as demandas de legitimidade do presente. Uma genealogia não se trata de modo algum de reencontrar em um indivíduo, em uma ideia, as características gerais que permitem assimilá-los a outros, mas descobrir todas as marcas sutis, singulares e individuais que podem se entrecruzar nele e formar uma rede difícil de desembaraçar. Longe de ser uma categoria da semelhança, tal genealogia permite ordenar, para colocá-las à parte, todas as marcas diferentes. A genealogia é, portanto, a entrada em cena das forças narrativas, o salto pela qual elas passam dos bastidores para o teatro, cada uma com seu vigor de restaurar a legitimidade política, de enquadrar o excesso de significação das palavras em uma nova narrativa do/ao passado.⁷

Dessa forma, a pesquisa dos usos do passado, no texto de Thompson, serve para entender como ele empregava o passado, em seu texto, para construir uma narrativa possuidora de sentido para o agir presente.

*

Os conceitos de estrutura e sujeito, formulados por Thompson, geraram um vivo debate que mostra a importância historiográfica destes conceitos. Por isso, uma análise mais específica do debate gerado por estes conceitos, na obra de Edward Thompson ressalta a importância desta dissertação. Entretanto, esta dissertação se diferencia dos demais comentadores por não ter como foco o caráter referencial dos

⁷ Sobre o conceito de personagem ver: RICOUER, Paul.op. cit., p. 274-293 v11. Também: RICOUER, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas, SP: Ed. Da UNICAMP, 2007. p. 256.

conceitos, mas a construção narrativa, não se focando se o conceito é ou não adequado para a representância⁸ do real.

Perry Anderson entende que a amplo debate da obra de Thompson, por exemplo, “estava em larga medida enfocada sobre o papel da ação humana na formação ou eliminação das classes, no advento ou substituição das estruturas sociais”.⁹ A crítica de Anderson a Thompson é que:

“los objetos de su investigación no son las transformaciones estructurales (...) sino más bien su cristalización em la experiencia subjetiva (...) El resultado es resolver el complejo de determinaciones objetivas y subjetivas (...) em una simple dialéctica entre el sufrimiento y la resistencia, cuyo movimiento está inmerso en la subjetividad”¹⁰.

Julián Casanova também compreende que estrutura e sujeito são conceitos norteadores da obra de Thompson e:

“no es difícil apreciar en ella la esencia de una vieja controversia em las ciencias sociales y em la historia em torno a la primacía de la acción humana o de las estructuras, cuyos ecos nos llegan aqui através del cruce de dardos dialécticos entre Thompson y Anderson”.¹¹

Harvey Kaye também entende que Edward Thompson, na sua concepção de história, vive essa tensão entre estrutura e sujeito:

“Thompson há mantenido persistentemente uma lucha intelectual contra esas variedades de marxismo y de ciencia que están caracterizados por el determinismo economico y la negacion de la acción humana. Es más, há insistido em que el marxismo puede entenderse mejor como una teoria de la historia, no como leyes de la historia, em que los seres humanos viven patrones desarrollo predeterminados”¹².

Para Kaye, Thompson tentou, por meio da análise da luta de classes, reconceitualizar, dentro do possível, a dialética materialista do ser social e da

⁸ Idem, p.288.

⁹ ANDERSON, Perry. *Considerações sobre o marxismo ocidental; Nas trilhas do materialismo histórico*. São Paulo: Boitempo editorial, 2004. p. 169.

¹⁰ ANDERSON, Perry. *Teoria, política e historia: Un debate com E. P. Thompson*. Madrid: Siglo XXI, 1985. p. 42-43

¹¹ CASANOVA, Julián. Presentación. In: KAYE, Harvey. *Los historiadores marxistas británicos: Un análisis introductorio*. Zaragoza: Universidad, Prensas Universitarias, 1989. p. XIV

¹² KAYE, Harvey. op. cit., p, 160.

consciência social. Saindo de um modelo estático para um dinâmico, ele propôs um modelo diferente do modelo base e superestrutura, que possui uma tendência ao determinismo histórico.

William Sewell Jr. faz uma crítica a Thompson muito parecida com a de Perry Anderson. Para Sewell Jr., Thompson: “avoid structures because he does not wish to introduce any extra-human forces into his account; his critics counter that by concentrating on ‘subjective’ forces, he leaves out the ‘objective’ forces which in fact play the dominant role in class formation”.¹³ Ao contrário de Harvey, Sewell Jr. não entende que Thompson tenha conseguido fazer um modelo dinâmico da dialética, e sim, só ter optado por um de seus lados, o sujeito. Ellen Wood defende Thompson e comenta, contra seus críticos, que:

“the intent of the arguments is not to deny or play down the determinative effects of the mode of production, but on the contrary, to reinforce the proposition that are ‘operative *all the time*’, and everywhere. In other words, Thompson is perhaps at his most materialist at the very moment when he refuse to privilege the ‘economy’ over ‘culture’”.¹⁴

Ellen Wood compreende que nem sempre Thompson foi claro o suficiente sobre a relação do modo de produção com a totalidade das relações humanas. Ela afirma que essa ambiguidade se deve ao fato de que Thompson teve que lutar em duas frentes teóricas: “against the anti-Marxist denial class, and against those Marxism which deny the working class its proper self-activity by postulating it a predetermined ideal consciousness”¹⁵.

¹³ SEWELL Jr., William. How classes are made: critical reflections on E. P. Thompson’s theory of working-class formation. IN: KAYE, Harvey; McCLELLAND, Keith (Ed.). *E. P. Thompson: Critical perspectives*. Philadelphia: Temple University Press, 1990. p. 66 Tradução do autor: “Evita estruturas porque ele não deseja introduzir qualquer força extra-humana em seu relato; seus críticos apontam que concentrando-se em forças ‘subjetivas’, ele omitiu as forças ‘objetivas’ que na verdade jogam um papel dominante na formação da classe”.

¹⁴ ELLEN, Wood. Falling through the cracks: E. P. Thompson and the debate on base and superstructure. IN: KAYE, Harvey; McCLELLAND, Keith (Ed.). *E. P. Thompson: Critical perspectives*. Philadelphia: Temple University Press, 1990. p. 138. Tradução do autor: “A intenção dos argumentos não é negar ou negligenciar o efeito determinante do modo de produção, mas, ao contrário, reforçar a proposição que são ‘operatórios o tempo todo’, e em todo o lugar. Em outras palavras, Thompson é talvez mais a materialista em muitos momentos quando ele recusa-se a privilegiar a ‘economia’ sobre a ‘cultura’”.

¹⁵ Idem, p. 147. Tradução do autor: “Contra a negação de classe anti-marxista, e contra aqueles marxismos que negam a classe trabalhadora sua própria auto-atividade, postulando para ela uma consciência ideal predeterminada”.

Outro crítico, o sociólogo francês Pierre Bourdieu, argumenta que Thompson não conseguiu escapar dos conceitos de base e superestrutura:

“a metáfora arquitectural de infra-estrutura e da superestrutura, que sustenta os usos comuns da noção de autonomia relativa, continua a guiar os que, como Edward P. Thompson, julgam romper com o economismo quando, para reconstituir ao direito toda sua eficácia histórica, se contentam com afirmar que ele está ‘profundamente imbricado na própria base das relações produtivas’”.¹⁶

Bourdieu critica Thompson por querer colocar o direito no lugar das forças históricas, impedindo, assim, que o objeto seja apreendido no universo social específico em que ele se produz e se exerce. Bourdieu também aponta que Thompson ainda estaria preso a noções de um marxismo economicista.

Outra crítica de Thompson, contudo observando o contrário de Bourdieu, a historiadora Suzanne Desan, entende que Thompson imputou tanta prioridade aos “fatores culturais na formação da classe, que tem sido insistentemente criticado pela falta de uma atenção maior as estruturas, sobre tudo em *The making of the English Working Class*”.¹⁷ Ao reagir contra uma abordagem reducionista da história, segundo Desan, Thompson deu maior ênfase sobre fatores culturais, ignorando outros fatores decisivos, como os conflitos socioeconômicos.

Peter Burke também observa a prioridade dos elementos culturais na obra de Thompson, afirmando que este foi bem sucedido:

“ao revelar as inadequações das explicações materialistas e deterministas tradicionais do comportamento individual e coletivo de curto prazo, e na demonstração de que tanto a vida cotidiana, quanto nos momentos de crise, o que conta é a cultura”.¹⁸

Creio que ficou situada a importância dos conceitos de estrutura e sujeito na historiografia thompsoniana em específico. O debate específico dos conceitos na obra de Edward Thompson mostra não só a importância deste historiador, como também a

¹⁶ BOURDIEU, Pierre. A força do direito. Elementos para uma sociologia do campo jurídico. In: *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005. p. 210-211.

¹⁷ DESAN, Suzanne. Massas, comunidade e ritual na obra de E. P. Thompson e Natalie Davis. IN: HUNT, Lynn. *A nova história cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 2001. p. 69.

¹⁸ BURKE, Peter. Abertura: a nova história, seu passado e seu futuro. IN: BURKE, Peter (Org.). *A escrita da história: Novas perspectivas*. São Paulo: Edunesp, 1992. p. 35.

vitalidade de sua historiografia. Suas concepções de estrutura e sujeito iniciaram um importante debate dentro do marxismo, especialmente sobre a necessidade de fugir de fórmulas historiográficas prontas e também uma forma de romper com a interpretação economicista da história proposta por outros marxismos.

*

Uma observação de caráter metodológico faz-se necessária antes do início da exploração do texto e, que diz respeito ao terceiro capítulo. Como nomes próprios ou conceitos podem ser considerados usos do passado? O que estou querendo dizer aqui é que palavras como “Engels”, e os outros nomes próprios, no uso que quero fazer dela e de outras, não são encaradas como palavras que designam um sujeito, mas como palavras que, camufladas do entendimento de sujeito, são, na verdade, predicados. E, por isso, a necessidade das aspas, pois, não me refiro ao sujeito ontológico, mas ao sujeito gramatical. O filósofo inglês Gilbert Ryle deu o nome de expressões sistematicamente enganadoras para termos desse tipo, e os classificou de enunciados quase ontológicos. Isto é, se se considera algo que, aparentemente, é um sujeito singular, como em “Deus existe” ou em “Satã não existe”, se for correta a análise, então, também “Deus” e “Satã”, a despeito das aparências gramaticais, serão, na realidade, expressões predicativas.

“Isto é, essas expressões constituem, na asserção segundo a qual alguma coisa possui uma característica especificada, aquele elemento que significa a característica pela qual se afirma que o sujeito é, caracterizado. Podemos dizer aproximadamente nos seguintes termos: ‘x existe’ e ‘x não existe’ não afirmam ou negam que um determinado sujeito de atributos, x, tem o atributo de existir; ao contrário, afirmam ou negam, a propósito de alguma coisa que não é nomeada no enunciado, o atributo de ser x-ico (x-ish) ou de ser um x”.¹⁹

Assim, o aparente termo sujeito é uma expressão predicativa camuflada e aquilo que é efetivamente registrado nesses enunciados pode ser reenunciado em outros enunciados cujas partes nem chegam sequer a fazer referência a algum sujeito. Desta forma, qualquer pessoa que:

¹⁹ RYLE, Gilbert. Expressões sistematicamente enganadoras. In: *Os pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1985. p. 7.

“abstrai e generaliza, tentando considerar aquilo que diferentes fatos do mesmo tipo têm em comum, se vê obrigado a utilizar a forma gramatical comum dos enunciados dos fatos, a título de alças com as quais possa apreender a forma lógica comum dos próprios fatos. Com efeito, visto que a maneira segundo a qual um fato *deveria* ser registrado constituiria uma indicação quanto à forma desse fato, nós passamos imediatamente a supor que o modo pelo qual um fato é concretamente registrado *constitui* uma indicação desse gênero. Muitas vezes, porém, a indicação é enganosa, sugerindo que o fato tem uma forma diferente daquela que é realmente a sua forma”.²⁰

Destarte, o que aparentemente é o sujeito da frase, tem que ser desconstruído em seus predicados que o compõe. Por isso, considero correto usar os nomes próprios como se referindo ao passado, pois, tanto “Engels”, como, “Vico” são, nessa análise, mais que sujeitos, também são, predicados e, assim, a necessidade de usar as aspas.

*

A justificativa da dissertação se dá por duas vias, por um lado, pela importância dos conceitos na teoria da historiografia, e por outro lado, por ser na historiografia brasileira uma abordagem que pretende realizar uma experiência de leitura sobre *A miséria da teoria*.

A relevância dos conceitos para a edificação da narrativa historiográfica é ressaltado por Rüsen que afirma os conceitos são o material com que são construídas as teorias históricas e constituem o mais saliente instrumento linguístico do historiador, sua forma e utilização decidem se e como o pensamento histórico se realiza. Para Koselleck a história só passaria a ser história à medida que já tivesse sido compreendida como conceito e que do ponto de vista da teoria do conhecimento, nada que ainda não tivesse sido compreendido como conceito poderia realizar-se como história. Desta forma, o exame conceitual do texto thompsoniano averiguando a construção dos conceitos vem ao encontro das afirmações de Rüsen e Koselleck, pois este exame de conceitos abre, por um lado, o exame dos conceitos teóricos de Thompson em *A miséria da teoria* que acaba sendo uma propedêutica para os demais textos historiográficos dele; por outro lado, acaba sendo uma possível abordagem para

²⁰ Idem. p.9

qualquer texto que tenha a problemática da análise de conceitos em textos historiográficos.²¹

Não localizei na historiografia brasileira uma abordagem semelhante a esta, da análise da construção narrativa dos conceitos de estrutura e sujeito vinculada a problemática dos usos do passado no livro *A miséria da teoria*. Entretanto, há alguns artigos sobre *A miséria da teoria*, mas nenhum neste recorte analítico, analisando a construção narrativa dos conceitos de estrutura e sujeito. O que há sobre isso é o que já foi exposto mais acima, uma análise sobre a referencialidade dos conceitos ou apenas uma reexposição dos argumentos de Thompson.

Entretanto, a análise da dissertação encontra semelhança com a abordagem da dissertação de mestrado de Fernando Nicolazzi e de dois artigos de Durval Muniz. Nicolazzi em sua dissertação, apesar de não tratar especificamente de Thompson, mas do conceito de experiência histórica, reserva um capítulo da sua dissertação para analisar o conceito de experiência histórica em Thompson, mais especificamente, em *A formação da classe operária inglesa*. De forma semelhante ele analisa a construção deste conceito na escrita thompsoniana. Como, no desenrolar da narrativa, Thompson vai aglutinando elementos textuais que formam o conceito de experiência histórica. Durval Muniz tem dois artigos nos quais aborda Thompson, também, como Nicolazzi, não tem *A miséria da teoria* como recorte analítico. Entretanto, faz uma análise de conceitos. No primeiro artigo também, como Nicolazzi, analisa o conceito de experiência em contraposição a Michel Foucault. Faz esta análise devido a grande influência de Thompson, junto com Foucault, nos cursos de pós-graduação em história no Brasil da década de 1980. E vai mostrando no decorrer do seu artigo, a partir de elementos conceituais dos dois autores que é impossível uma união conceitual de ambos. No segundo artigo só sobre Thompson, faz um inventário maior do autor, também indo para as outras obras do autor, abordando os conceitos de

²¹ RÜSEN, Jörn. Conceitos históricos. In: *Reconstrução do passado: Teoria da história II: os princípios da pesquisa histórica*. Brasília: Ed. UNB, 2007. KOSELLECK, Reinhart. História dos conceitos e história social. In: *Futuro passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

representação, humanismo, tradição, sujeito, classe e fontes históricas, querendo mostrar com essa desconstrução que Thompson é uma miríade de práticas.²²

Outros dois artigos que abordam especificamente *A miséria da teoria*, são de Ricardo Müller e Holien Bezerra²³. Esses artigos, contudo só reapresentam as argumentações de Thompson desenvolvidas em *A Miséria da teoria*, não incidindo nenhuma crítica. Somente o artigo de Müller contextualiza o embate de Thompson com Althusser. Os demais artigos contidos na referência bibliográfica dão conta de outras obras de Thompson, mas nenhum usa uma abordagem semelhante a da dissertação, ou fazem um balanço historiográfico de Thompson²⁴ ou fazem uma comparação entre a obra de Marx e a de Thompson concluindo que este desvirtuou a obra de Marx²⁵. Evidentemente que na introdução da dissertação não se propõe a fazer uma história da recepção da obra de Thompson no Brasil, mas apenas uma simples sistematização dos comentários a respeito de Thompson. Assim, a dissertação justifica-se, pois propõe uma abordagem que pode não ser inovadora em Thompson, mas talvez o seja para *A miséria da teoria*.

*

Com o objetivo de compreender a construção narrativa dos conceitos de estrutura e sujeito na obra *A miséria da teoria* de E. P. Thompson, esta dissertação é dividida em três capítulos para dar conta da finalidade proposta. No primeiro capítulo busca-se em relação aos usos do passado, que envolve o livro de Thompson, a constituição do mercado linguístico no qual ele estava submerso. Desta forma, a problemática dos usos do passado, no caso específico d'*A miséria da teoria*, tem que localizar historicamente a paisagem intelectual desse livro. É preciso, para entender a

²² NICOLAZZI, Fernando. *O conceito de experiência histórica e a narrativa historiográfica*. 2004. 149 f. Dissertação (Mestrado em história) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UFRGS, Porto Alegre, 2004. Ver também de Nicolazzi: A narrativa da experiência em Foucault e Thompson. In: *Anos 90*, Porto Alegre, v.11, n.19/20, jan./dez., 2004. Os dois artigos de Durval Muniz são: *Experiência: uma fissura no silêncio* e *Por uma leitura "safada" de E. P. Thompson* In: ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. *História: A arte de inventar o passado. Ensaios de teoria da história*. Bauru, SP: Edusc, 2007.

²³ MÜLLER, Ricardo. Revisitando E. P. Thompson e a "Miséria da teoria". IN: *Diálogos*, DHI/PPH/UEM, V.11, N.1/N.2, 2006. BEZERRA, Holien. E. P. Thompson e a teoria na história. In: *Projeto história*. Dossiê: Diálogos com E. P. Thompson. São Paulo: n. 12. Outubro de 95.

²⁴ Ver os artigos de: Claudio Batalha, Norberto Ferreras, Alexandre Fortes, Michael Löwy; Robert Sayre, Adalberto Marson, Sidnei Munhoz, Ana Rosa Silva, Artur Vitorino. Arlene Renk, *Projeto história*.

²⁵ Ver os artigos de: José willington Germano, João Evangelista, o artigo de Sergio Silva em *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*.

problemática dos usos do passado n' *A miséria da teoria*, compreender as peculiaridades do ambiente intelectual, que excedem e antecedem o próprio livro.²⁶

Na averiguação dos usos do passado, neste livro historiográfico, o passado, através de nomes próprios e conceitos, é usado na intenção de legitimar uma narrativa sobre o presente dentro de um mercado linguístico específico. Configurando, portanto, a narrativa para um determinado jogo das trocas linguísticas. Os usos do passado, na narrativa historiográfica, que firma o que é em uma narração, torna-se, assim, uma disputa no mercado linguístico pela produção e reprodução “verdadeira” do *ter-sido* do passado. *A miséria da teoria* é uma narrativa pelo reconhecimento social da representação correta do marxismo dentro da esquerda britânica. Esse emprego particular do passado engendra o reconhecimento da identidade histórica das sociedades e das pessoas. Dessa forma, o primeiro capítulo serve para a reconstrução do contexto do texto de Thompson, serve para entender a possibilidade das trocas linguísticas possíveis para sua época, em seu texto, para entender a construção narrativa dos conceitos de estrutura e sujeito.

A abordagem deste primeiro capítulo analisa três mercados linguísticos, por ordem de escala. Primeiro as trocas linguísticas entre marxismo e estruturalismo, o embate travado entre essas duas correntes teóricas a partir da década de 1950; segundo e numa escala mais reduzida, a possibilidade de entender o porquê das divergências dentro do marxismo a partir de uma análise do próprio desenvolvimento teórico do marxismo, que possibilitaria existir dois marxismos; por fim, uma análise do mercado linguístico, mais reduzido em relação aos demais, da historiografia marxista inglesa, e o debate mais representativo dela entre E. P. Thompson e Perry Anderson. Por ordem decrescente de mercado linguístico, mas isso não quer dizer uma diminuição de importância na formação intelectual de Thompson, tenta-se contextualizar o evento do livro de Thompson na economia das trocas linguísticas de sua época e nas quais participou, e a partir disso uma possível significação do discurso.

²⁶ BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas linguísticas*: O que falar quer dizer. São Paulo: Edusp, 2008. RICOUER, Paul. *Teoria da interpretação*: O discurso e o excesso de significação. Lisboa, Portugal: Edições 70, 2009.

No segundo capítulo investiga-se a gramática dos usos possíveis do conceito de estrutura e sujeito no livro *A miséria da teoria*. Isto é, busca-se compreender no interior do próprio texto as limitações e os enquadramentos que marcam a possibilidade da construção narrativa dos conceitos de estrutura e sujeito. Há quatro conceitos que marcam a gramática do livro e Thompson os discute em sequência. Na arquitetura do livro estes conceitos servem como auxílio para a compreensão narrativa de estrutura e sujeito. Assim, esses quatro conceitos que são: Empirismo, historicismo, humanismo e moralismo. Estes ajudam a perceber a normatização da construção narrativa dos conceitos de estrutura e sujeito.

Para analisar estes conceitos foram propostas duas abordagens: 1) como estes conceitos são construídos no decorrer do texto; 2) Como significam, por um lado, a partir da teoria do conhecimento e, por outro, como eles podem fazer sentido de um ponto de vista pragmático, isto é, como o mundo da vida valida as asserções destes conceitos. Neste sentido o momento pragmático da formação dos conceitos oferece o sentido tanto das relações de força e de reconhecimento social que o uso destes conceitos engendra como, também, é o campo de validade do sentido epistemológico dos conceitos.²⁷

O entendimento de uma gramática do livro é relevante para compreender os possíveis empregos dos nomes próprios e conceitos, no terceiro capítulo, como usos do passado, pois a percepção de uma gramática enquadra o emprego e o sentido possível daqueles.

No terceiro capítulo busca-se compreender os usos do passado, através do emprego de nomes próprios e conceitos, como fonte conceitual no livro para a construção narrativa dos conceitos de estrutura e sujeito. Após a delimitação do mercado linguístico e da gramática do livro, parte-se para a averiguação dos passados, convertidos em nomes próprios e conceitos, que engendram o significado narrativo

²⁷ Sobre pragmática ver: HABERMAS, Jürgen. Guinada pragmática. In: *Pensamento pós-metafísico*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2002. Também do mesmo autor: Verdade no discurso e no mundo da vida. In: *Verdade e justificação: ensaios filosóficos*. São Paulo, Edições Loyola, 2004. Ver também: DOSSE, François: As ciências humanas: ciências pragmáticas. In: *O império do sentido: a humanização das Ciências Humanas*. Bauru, SP: EDUSC, 2003.

dos conceitos de estrutura e sujeito já delimitados pelo mercado linguístico e a gramática da obra.

Na averiguação do texto de Thompson encontraram-se três modos de compreender o passado, assim, denominados: 1) Positividades, que é o passado que subsidia seu entendimento de estrutura e sujeito; 2) Negatividades, que é o passado que renega na construção narrativa dos conceitos de estrutura e sujeito e 3) Disjunções, os passados usados de modo contraditório ao mesmo tempo em que é renegado também faz parte da construção narrativa dos conceitos.

Desta forma, cada nome próprio e conceito, que representa o passado transposto em um personagem são enquadrados numa daquelas classificações. Na abordagem deste terceiro capítulo cada personagem narrativo que pertence a uma daquelas classificações sobre o entendimento do passado em Thompson é analisado em sua construção narrativa. Assim, desconstrói-se a integralidade dos personagens para saber como eles foram compostos no decorrer da narrativa.

Após e durante a análise de desconstruções dos personagens age o conceito de intriga, que reúne os fragmentos da análise tanto dos personagens como dos personagens entre si. A intriga é a ligação, já pré-esboçada no mercado linguístico e na gramática da obra, entre os personagens que vai subsidiar a construção narrativa dos conceitos de estrutura e sujeito.

Enfim, é a partir destes três capítulos que se averigua no texto thompsoniano como e por qual razão foi agenciado o passado para fornecer a constituição narrativa dos conceitos de estrutura e sujeito como resposta na historiografia marxista inglesa, que estava sendo infiltrada pelo o marxismo althusseriano, para as aporias do que surgiram no marxismo após 1956.

Capítulo I. O mercado linguístico

“A palavra, enquanto distinta da língua, é esse momento em que a intenção significativa, ainda muda e toda em ato, revela-se capaz de incorporar-se à cultura, minha e de outro, capaz de me formar e de formá-lo, transformando o sentido dos instrumentos culturais. Por sua vez torna-se ‘disponível’ porque, retrospectivamente, nos dá a ilusão de que estava contida nas significações já disponíveis, quando na verdade, por uma espécie de *astúcia* ela as esposara apenas para infundir-lhes uma nova vida” (Maurice Merleau-Ponty).²⁸

“Não é possível dissociar plenamente questão de significado de questões de validade. Não é possível isolar, de um lado, a questão fundamental da teoria do significado, isto é, o que significa compreender o significado de uma expressão linguística, e, de outro lado, a questão referente ao contexto em que essa expressão pode ser aceita como válida. Pois, não saberíamos o que significa compreender o significado de uma expressão linguística, caso não soubéssemos como utilizá-la para nos entendermos com alguém sobre algo (...) Na linguagem, as dimensões do significado e a validade estão ligadas internamente”(Jürgen Habermas).²⁹

O primeiro capítulo desta dissertação abordará o contexto de enunciação de E. P. Thompson no livro *A miséria da teoria*. A importância da investigação do contexto de enunciação deve-se, em primeiro lugar, ao fato de que toda enunciação é um comunicar algo a alguém. É dizer ou escrever algo, em um tempo e espaço definidos, a um público. É querer fazer-se entendido sobre um determinado assunto. A enunciação tem, assim, um lado veritativo, isto é, representar o objeto de forma verdadeira e, por outro lado, tem uma dimensão pragmática que busca estabilizar uma identidade no mundo da vida para poder desta forma agir sobre o mundo.

²⁸ MERLEAU-PONTY, Maurice. Fenomenologia da linguagem. In: *Os pensadores*. São Paulo: Abril cultural, 1984. p. 136.

²⁹ HABERMAS, Jürgen. Ações, atos de fala, interações mediadas pela linguagem e mundo da vida. In: *Pensamento pós-metafísico*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2002. p. 77.

1.1. A economia das trocas linguísticas

Recorre-se ao conceito de Pierre Bourdieu (1930-2002) sobre o mercado linguístico para apreender o contexto de trocas linguísticas em que surgiu o livro aqui analisado. O ano de publicação do livro de Thompson é 1978, entretanto, para compreender a argumentação do livro, faz-se necessário recompor o quadro intelectual da época. O mercado linguístico é um conceito operacional que busca dar conta da intengibilidade dos enunciados em um determinado recorte espaço-temporal. Busca mostrar as condições de possibilidade de um enunciado fazer sentido. Deste modo, Bourdieu crítica John Austin (1911-1960) e Jürgen Habermas por não entenderem que a eficácia dos atos de linguagem é inseparável da existência de uma instituição ou lugar capaz de definir as condições a serem cumpridas para que a enunciação das palavras possa operar. Tentar compreender linguisticamente a eficácia das manifestações linguísticas ou, então, buscar na linguagem o princípio da lógica e da eficácia da linguagem institucionalizada, é esquecer que a autoridade, segundo Bourdieu, de que se reveste a linguagem, vem de fora. A linguagem representa tal autoridade, manifestando-a e simbolizando-a.³⁰

Para Bourdieu o uso da linguagem depende da posição social do locutor que, por sua vez, comanda o acesso que se lhe abre à língua da instituição, à palavra oficial, ortodoxa, legítima. O mercado linguístico se caracteriza então pelas condições sociais da enunciação. Os agentes sociais, ao iniciarem qualquer relação de comunicação, o fazem a partir de um campo, no qual as posições já estão objetivamente estruturadas. Assim, a linguagem só pode ser compreendida na sua profunda articulação com o mercado linguístico na qual ela insere e adquire significado. No mercado linguístico, as palavras são objetos de troca, disputa, uma intensa luta pela nomeação legítima. Esta nomeação dos agentes, na luta pelas definições legítimas, dispõe de forças, que estão referenciadas aos campos hierarquizados e às posições que ocupam nos campos respectivos. O espaço da interação funciona como uma situação de mercado linguístico pré-constituído, definidor do que pode ou não ser dito, de quem é excluído

³⁰ BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas linguísticas: O que falar quer dizer*. São Paulo: Edusp, 2008.

e de quem se exclui. Os discursos só se fazem compreensíveis na estrita relação que mantêm com as relações de produção linguística em que eles são produzidos.

Contudo, para continuar com o conceito operacional de mercado linguístico deve-se potencializa-lo para além de uma sociologia da linguagem que apreende somente as condições de possibilidades da enunciação. A perspectiva de Bourdieu, apesar de apreender as condições de possibilidade do dizer, não escapa a recaída em esquemas reprodutores no seio do qual circulam os agentes.

Nessa perspectiva, Habermas traz o ator de volta para o cerne da explicação social, mas o redimensiona. Esse ator só é inteligível a partir da sua inclusão num contexto interativo linguisticamente constituído, nesse sentido, como um sujeito capaz de linguagem e, portanto, possuidor virtual de competência crítica, que se forma à medida que se realiza a influência mútua. Esta é uma diferença com Bourdieu, que desconsidera a aptidão crítica dos agentes e considera a linguagem, simplesmente como arena de contenda e não como instrumento emancipatório.³¹

A conformação das relações interativas, nos padrões de um mercado linguístico de Bourdieu, é precisamente a demonstração da invasão sistêmica na esfera comunicativa, que deixa de ter a linguagem como meio do entendimento, para pautar-se em torno de meios de integração sistêmicos como o dinheiro e o poder. Para Habermas, trata-se, na modernidade, de perceber o desenvolvimento parcializado de um tipo de razão, que ele qualifica como instrumental e que reduz as dimensões da racionalidade a uma ação com respeito a fins e que se configura como razão manipulatória e opressora. É este o ponto de ruptura com Bourdieu e, que quero integrar ao conceito de mercado linguístico, cuja proposta teórica fundamenta a ação social, como ação estratégica, definindo-a do ponto de vista dos interesses. A sociologia de Bourdieu, radicada numa razão instrumental, compreende a ação humana como tendo um caráter manipulatório e dominador. Em tal concepção, não há

³¹ SAMPAIO, Inês S. Vitorino. A sociologia dos bens simbólicos e a teoria do mercado linguístico de Pierre Bourdieu. IN: *Temáticas*, Campinas, 1(1/2), jul/dez. 1993.

lugar para a gratuidade ou para a discussão racional crítica, tudo é reduzido a relações de poder.³²

O que Habermas tentará evidenciar é que esta é apenas uma dimensão da racionalidade, que se oferece, na modernidade, como hegemônica. Dessa forma, o conhecimento ganha uma nova dimensão, rompendo as amarras de um saber manipulatório e dominador e se abre à discussão de suas preposições através de um processo argumentativo. Assim, transfere-se a linha da inquirição da racionalidade cognitiva para a racionalidade comunicativa. Esta formulação vai ser objeto de uma crítica de Bourdieu, que denuncia Habermas por originar uma idealização das relações interativas, que teria por fim suprimir das relações de comunicação às relações de força, e que estaria expresso na sua utilização a-crítica do conceito de força ilocucionária. Bourdieu, ao voltar a sua análise para as situações concretas da fala, que Habermas abstrai, apresenta os sujeitos como tendo competências articuladas a partir de sua posição social, questionando, portanto, a possibilidade de competências universais.

Bourdieu politiza as relações culturais, reduzindo-as à expressão de relações de poder. Nesse sentido, embora reconhecendo o mérito inegável de Bourdieu, ao evidenciar tais relações de força, considero o seu enfoque analítico, centrado nessas relações, como restrito. Por isso, o uso de Habermas para potencializar os conceitos de mercado linguístico e troca linguística, para poder ir além das relações de poder, e vislumbrar na enunciação seu aspecto tanto social quanto performativo e veritativo. Assim, os enunciados de Thompson, em seu livro, vão ser problematizados dentro desses conceitos potencializados pela crítica habermasiana. A partir dessa visão de texto que será investigado a construção narrativa de estrutura e sujeito no livro *A miséria da teoria* de E. P. Thompson.

Qual o mercado linguístico de Thompson? É essa questão que esse capítulo procura elucidar, para contextualizar o livro dele, para saber em quais trocas linguísticas Thompson entrou e absorveu para construir narrativamente os conceitos de estrutura e sujeito.

³² Habermas, Jürgen. Racionalidade do entendimento mútuo. In: *Verdade e justificação: ensaios filosóficos*. São Paulo, Edições Loyola, 2004.

Quais trocas linguísticas de Thompson constituíram o horizonte de diálogo do autor para a constituição narrativa de estrutura e sujeito em seu livro? Antes de responder a essa pergunta, deve ficar clarificado para a compreensão, que a economia das trocas linguísticas é a ocorrência da interação linguística no mercado linguístico. Por meios das trocas linguísticas, inevitáveis, o mercado contribui para formar, não só o valor simbólico, mas também o sentido do discurso. O que circula na economia das trocas linguísticas não é a “língua”, mas discursos estilisticamente caracterizados, ao mesmo tempo do lado da produção, na medida em que cada locutor transforma a língua comum num idioleto, e do lado da recepção, na medida em que cada receptor contribui para produzir a mensagem que ele percebe e aprecia, importando para ela tudo o que constitui sua experiência singular e coletiva.

Nas trocas linguísticas, os diversos sentidos de uma palavra se definem na relação entre o núcleo da palavra e a lógica específica dos diferentes mercados onde se define o sentido mais comum. O que explica a existência de um número cada vez maior de significados para os mesmos signos é a unificação do mercado linguístico. De fato não, existem palavras neutras, inocentes. Cada palavra, cada locução ameaça assumir dois sentidos antagônicos conforme a maneira que o emissor e o receptor tiverem de interpretá-la. Por não haver neutralidade e transparência nas palavras é que uma investigação do texto de E. Thompson tem que ter como um dos seus momentos uma análise de contexto, do mercado linguístico que Thompson participava e das trocas linguísticas realizadas.

1.2. Marxismo X Estruturalismo

O mercado linguístico em que se encontra envolvido o texto de Thompson tem como predominantes duas correntes teóricas: o marxismo e o estruturalismo. O seu livro, *A miséria da teoria*, como Thompson deixa explícito, é uma crítica às ideias de Louis Althusser e à sua influência na historiografia inglesa. Tanto E. Thompson como Althusser fazem parte da corrente teórica do marxismo, entretanto, divergem das tradições marxistas que pertencem. E. P. Thompson faz parte da tradição dos historiadores marxistas britânicos e Althusser do marxismo-estruturalista francês.

Assim, um escrutínio desse mercado linguístico que envolve o marxismo e o estruturalismo e as trocas linguísticas aí realizadas se tornam não só producentes para compreender o texto de Thompson, mas como um caminho metodológico que nos assegura conhecer o evento da enunciação, nos assegura saber o que dizer é fazer nesse conflito intelectual entre Thompson e Althusser.³³

1.2.1. O marxismo no século XX

Não se pretende nesta dissertação fazer uma história de fôlego do marxismo no século XX. O que se pretende é, a partir de alguns comentadores, traçar algumas linhas gerais do marxismo, principalmente como sistema de pensamento, e as diferenças das análises entres esses comentadores, para perceber as várias interpretações da história do marxismo e como pode ser contraditório e difícil qualquer definição do que seja o marxismo. Essa compreensão do marxismo no século XX ajuda a situar a significação do livro *A miséria da teoria* no seio do debate teórico que está em envolvido.³⁴

Dos cinco autores, entre os quais, Guy Bourd  (1942-1982) Hervé Martin e Fontana (1931), ao analisarem o marxismo no século XX, o colocam dentro de uma perspectiva da história da historiografia. Perry Anderson (1938) analisa o marxismo a partir da própria história do marxismo. Michael L wy (1938) analisa o marxismo a partir da perspectiva da sociologia do conhecimento.

Bourd -Martin e Fontana marcam, na história do marxismo do século XX, um duplo movimento: dogmatismo e renova o. O dogmatismo para ambos seria caracterizado por três características, por um lado, o cientismo em que haveria uma aproxima o do marxismo com o positivismo; por outro lado, o economismo, em que a explica o da sociedade se reduziria a fenômenos econômicos e, por último, o uso político do marxismo aonde este era a ideologia oficial de Estado, contribuindo para

³³ KAYE, Harvey. *Los historiadores marxistas brit nicos: Un análisis introductorio*. Zaragoza: Universidad, Prensas Universitarias, 1989.

³⁴ ANDERSON, Perry. *Considera es sobre o marxismo ocidental; Nas trilhas do materialismo histórico*. São Paulo: Boitempo editorial, 2004. BOURDÉ, Guy; MARTIN, Hervé. O marxismo e a história. In: *As escolas históricas*. Lisboa: Publica es Europa-América, 1990. FONTANA, Josep. *História: análise do passado e projeto social*. Bauru, SP: Edusc, 1998. *As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen: Marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento*. São Paulo, Cortez, 2000.

simplificações grosseiras do marxismo para sua vulgarização e, também, o marxismo foi usado por esta elite burocrata dos PCs para legitimar sua permanência no poder suprimindo qualquer renovação que criticasse sua orientação do marxismo. Para Bourd -Martin e Fontana esses seriam considerados os desvios do marxismo no século XX.

A renova o do marxismo para ambos deu-se, justamente, aonde houve uma contesta o dos três desvios anteriores. Contudo,   aí que estes autores divergem em quem fez parte do dogmatismo e da renova o, mostrando interpreta es diferentes da história do marxismo no século XX. Não se buscou aqui fazer um inventário exaustivo de quem estes autores colocam do lado do dogmatismo ou da renova o, apenas procurou-se mostrar as contradi es de ambos e suas respectivas interpreta es da história do marxismo.

Para Bourd -Martin, entre os que fazem parte do dogmatismo, ou da “esclerose dogmática”, estão: Karl Kautsky (1854-1938), Paul Lafargue (1842-1911), Jules Bazile, (1845-1922) e a ideologia do marxismo oficial que esclerose o marxismo contra o sentido de uma possível reatualiza o do marxismo, na inten o de legitimar-se no poder. Um dos exemplos, para Bourd -Martin, seria o livro *História do partido comunista* que seria pródigo em legitimar ou deslegitimar segundo os fluxos de poder na URSS. Na renova o do marxismo, a dupla Bourd -Martin coloca os nomes de Max Adler (1873-1937) Rudolf Hilferding (1877 -1941) Jean Léon Jaur s (1859-1914) Antonio Gramsci (1891-1937) Georg Lukács (1885-1971) Louis Althusser e seus seguidores como Roger Establet (1938) Étienne Balibar (1942), também, Marc Bloch (1886-1944) Camille-Ernest Labrousse (1895–1988) e Pierre Vilar (1906-2003).

Fontana, contudo, tem uma visão diferente dos nomes que compõe as duas categorias que usamos para caracterizar o marxismo no século XX. No dogmatismo estão Kautsky, Eduard Bernstein (1850-1932) Georgi Plekhanov (1856-1918) Antonio Labriola (1843-1904) Witold Kula (1916-1988) Jerzy Topolski (1928-1998) Immanuel Wallerstein (1930), também, da mesma forma de Bourd -Martin a ideologia do marxismo oficial. Contudo, diferente de Bourd -Martin, Fontana coloca Hilferding como fazendo parte do dogmatismo, além de Althusser e seus seguidores. Isso  

interessante, pois, Fontana coloca duas tradições do marxismo como fazendo parte do “atraso” marxista, a tradição que vem do estruturalismo e a austro-marxista. Outra tradição importante nos dogmáticos é de Perry Anderson. Nessa pequena interpretação daqueles autores, pode-se entender como é difícil estabelecer, no mercado linguístico marxista, quem está de que lado na feira das trocas linguísticas. Pode-se também perceber que estes conceitos iniciais, dogmatismo e renovação, que usamos a partir de Bourdieu-Martin e Fontana, são um tanto quanto difíceis de estabelecerem o certo ou a verdade da história do marxismo. Fontana, na renovação do marxismo, coloca a Escola de Frankfurt, Karl Korsch (1886-1961) a tradição marxista da historiografia inglesa, na qual se encontra E. Thompson e a aparição de textos inéditos de Marx.

Löwy ao investigar o marxismo do ponto de vista da sociologia do conhecimento, também, mas de uma maneira diferente dos autores anteriores estabelece uma divisão do que seria o marxismo do ponto de vista cognitivo correto ou não. Do lado equivocado assenta: Bernstein, Kautsky, Hilferding, Plekhanov, Althusser e Max Adler, que Bourdieu-Martin, anteriormente, havia os colocado como renovador do marxismo, Löwy os coloca como fazendo um uso equivocado do marxismo. Para Löwy, quem percorre o caminho certo da teoria marxista seria Luckács, Korsch, Gramsci e Rosa Luxemburgo (1871-1919). Fora a maneira de introduzirem o marxismo em seus livros, Fontana e Löwy tem uma leitura parecida dos autores que fizeram a história do marxismo de uma maneira correta e de quem se equivocou. Em comum, rejeitam a tradição francesa ligada Althusser e os autores de destaque na Segunda Internacional.

Perry Anderson tem uma leitura diferente dos demais, que entendo ser mais complexa que o jogo do certo e do errado daqueles autores. Anderson divide o marxismo em dois momentos: a Tradição Clássica e o Marxismo Ocidental. A tradição Clássica engloba, para Anderson, além dos pais fundadores do marxismo, estes autores: os herdeiros imediatos dos criadores, Labriola, Franz Mehring (1843-1904) Kautsky e Plekhanov, na geração posterior, Vladimir Lenin (1870-1923), Hilferding, e Leon Trotsky (1879-1940) Otto Bauer (1881-1938) e Nicolai Bukharin (1888-1938).

Os herdeiros imediatos que Anderson reúne na Tradição Clássica, permaneciam preocupados, de diversos modos, em sistematizar o materialismo histórico como uma teoria original do homem e da natureza, apta a suprir disciplinas que avaliavam burguesas e a adotar o movimento operário de uma visão de mundo ampla e coerente, que pudesse ser prontamente apreendida por seus participantes. Os alvos prioritários desses sucessores eram a sistematização e a recapitulação de um espólio ainda assaz coevo e imediato.

Os herdeiros imediatos de Marx e Engels se formaram, segundo Anderson, em um período de relativa calma. A geração seguinte de marxistas alcançou a maioria em uma atmosfera muito irrequieta, quando o capitalismo europeu principiava a cruzar na direção da tempestade da Primeira Guerra Mundial. Estes teóricos eram bem mais numerosos do que aqueles que os antecederam, e ratificaram, de forma ainda mais dramática, uma mutação que já era ressaltada no período anterior: o deslocamento da linha geográfica da cultura marxista para a Europa central e oriental. Assim, o que distinguiu essa geração são as manifestas variações do modo de produção capitalista, causadoras da monopolização e do imperialismo, demandando diagnósticos e esclarecimentos econômicos contínuos. *O Capital* não podia ficar, para essa geração, na posição em que estava. Ele tinha que ser desenvolvido. Os teóricos do período acolhiam a premissa de que era de importância fundamental decodificar as leis fundamentais de movimento do capitalismo na nova fase de seu desenvolvimento histórico. Para Anderson, quando se estabiliza na Rússia um estrato burocrático privilegiado acima da classe operária, a unidade revolucionária entre teoria e prática foi irremediavelmente aniquilada.

O Marxismo Ocidental é composto, segundo Anderson, por duas gerações: na primeira estão: Lukács, Korsh, Gramsci, Walter Benjamin (1892-1940), Max Horkheimer (1895-1973), Galvano Della Volpe (1895-1968) e Herbert Marcuse (1898-1979). Na segunda geração estão: Henri Lefebvre (1901-1991), Theodor Adorno (1903-1969) Jean Paul Sartre (1905-1980) Lucien Goldmann (1913-1970) e Althusser. O primeiro grupo de intelectuais era composto por aqueles cuja experiência mais marcante em suas formulações políticas foi ou a própria Primeira Guerra ou a influência da Revolução Russa. O segundo grupo dessa geração da tradição era

formado por homens que atingiram a maturidade bem depois da Primeira Guerra, com sua formação política influenciada pelo avanço do fascismo e pela Segunda Guerra Mundial.

A primeira e mais basilar de sua particularidade, conforme Anderson é a separação estrutural deste marxismo com a prática política; outra característica é ser um fruto da derrota. O fracasso da revolução socialista em propagar-se fora da Rússia, causa e consequência de sua corrupção dentro daquele país, segundo Anderson, é a base comum de toda a tradição teórica desse período. O resultado desse impasse seria o silêncio premeditado do Marxismo Ocidental naqueles espaços mais capitais para a Tradição Clássica: o exame das leis econômicas do funcionamento do capitalismo, análise da máquina política do Estado e a estratégia da luta de classes.

Há um deslocamento fundamental de todo o eixo gravitacional do marxismo europeu em direção à filosofia como resultado da renúncia progressiva de estruturas econômicas ou políticas como objetos essenciais da teoria. O fato mais marcante em toda direção da tradição é a irrefutável predominância de filósofos profissionais dentro dela. Do ponto de vista social, esta transformação denotou uma crescente academicização da teoria produzida na nova fase. Para o Marxismo Ocidental o principal objeto teórico passou a ser o próprio pensamento de Marx. Outra característica do Marxismo Ocidental é a continua conexão com sistemas de pensamentos contemporâneos alheios ao materialismo histórico, e muitas vezes antagônicos a ele. Além disso, este também se distinguiu por um eixo vertical de referência, de tipo bem estranho as tradições marxistas precedentes: a invariável edificação de uma genealogia filosófica que se estendia a fases anteriores a Marx.

Não há, no Marxismo Ocidental, qualquer episódio de interação ou conflito teórico total entre pensadores ou escolas, segundo Anderson, e menos ainda de uma perspectiva geral do âmbito internacional da sua tradição. Outra característica do Marxismo Ocidental como um todo, ao desenvolver para além das questões de método para tratar de questões substantivas, acabou por concentrar-se especialmente no estudo de superestruturas. Foi a cultura que recebeu a maior parte de seus cuidados.

Contudo, Fontana crítica esta interpretação de Anderson sobre a história do marxismo no século XX. Para ele, as histórias do pensamento marxista costumam contentar-se, ao falar do período entre 1920 e 1939, em dar por suposto que na URSS tudo ficou sufocado pelo dogmatismo stalinista e que no Ocidente não houve grande coisa mais que aquilo de que se falou: a escola de Frankfurt, Lukács, Korsch e Gramsci. Tal atitude, conforme Fontana, que procede de uma injustificada identificação entre pensamento marxista e filosofia, no sentido mais especializado do termo, que segundo ele, chegou a ser racionalizada por Perry Anderson, que assegura que a burocracia dos partidos comunistas reservou-se o direito de opinar sobre os grandes problemas políticos e econômicos, e que isso explica por que o marxismo ocidental abandonou nesses anos tais problemas para concentrar-se na filosofia. Essa explicação é inaceitável para Fontana. Não se pode, para ele, na URSS, restringir a paisagem ao dogmatismo dos catecismos teóricos e ao oportunismo das histórias da revolução do partido.

Notam-se as várias interpretações da história do marxismo nos diferentes autores. Bourdieu-Martin e Fontana concordam quanto às duas fases distintas do marxismo no século XX, a esclerose-dogmática e a renovação, mas divergem dos autores que pertencem a cada uma das fases. Já Löwy não divide a história do marxismo no século XX em duas, mas sua análise que parte de uma sociologia do conhecimento chega, como Fontana, nos mesmos nomes que obstruíram o que se pode chamar do bom andamento do marxismo no século XX. Anderson mostra que há duas tradições do marxismo, uma mais voltada à economia e outra mais filosófica. Dentro dessas contradições da interpretação da história do marxismo é que se deve iniciar-se a compreender os enunciados de Thompson.

1.2.2. O estruturalismo

Como no subcapítulo sobre o marxismo, neste também, não se propõe uma pesquisa de fôlego sobre a história do estruturalismo. O que se pretende é mostrar o mercado linguístico estruturalista, para poder entender como o enunciado de Thompson pode ser compreendido quando ele crítica o estruturalismo e o marxismo

de Althusser. Diferentemente do subcapítulo anterior, neste, os autores usados tem uma convergência de julgamentos muito grande sobre o fenômeno do estruturalismo.³⁵

A procedência do estruturalismo é uma revolução epistemológica realizada, no princípio do século passado, pelo linguista suíço Ferdinand de Saussure (1857-1913). Afastado da filologia clássica, mais preocupada com a evolução histórica das línguas do que com sua organização interna, Saussure quer disseminar os fundamentos de uma verdadeira ciência da linguagem. No cerne dessa ciência, há uma ideia grávida de futuro: uma língua não é uma coleção empírica de palavras, mas um sistema de signos que se articulam entre si segundo regras específicas. Ela constitui uma totalidade autônoma, remetendo apenas a si mesma e possuindo a sua estrutura própria. Assim, é a análise dessa estrutura que deve, doravante, orientar o procedimento do linguista.³⁶

Claude Lévi-Strauss (1908-2009), figura central do estruturalismo, quando em Nova York, conhece Roman Jakobson (1896-1982) que revela a existência e as potencialidades da linguística estrutural. Prontamente, Lévi-Strauss, percebendo que o conjunto dos fenômenos sociais, alusivos à ordem simbólica, poderia ser também tratado como sistemas de signos com estrutura específica, arquiteta exportar o método saussuriano para um campo não-linguístico, o das relações de parentesco nas sociedades sem escrita. Deste modo, Lévi-Strauss, ao conseguir a importação do método da linguística estrutural à antropologia para construir uma ciência dos mitos, percebe-se obrigado a extraí-los do contexto sociocultural em que foram produzidos ou transmitidos e reduzi-los a puras sequências de unidades semânticas, combináveis entre si segundo regras que, aparentemente, devem menos a história do que a álgebra. Sua aspiração mais original foi estabelecer uma ciência do social, que exerça o papel de ciência do espírito e permita, ao mesmo tempo, evitar a psicologia, disciplina

³⁵ DOSSE, François. *História do estruturalismo*. Bauru, SP: EDUSC, 2007. 2vls. DELACAMPAGNE, Christian. "Estrutura" contra "sujeito". In: *História da filosofia no século XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997. BOURDÉ, Guy; MARTIN, Hervé. O estruturalismo e a história. In: *As escolas históricas*. Lisboa: Publicações Europa-América, 1990. CEZAR, Temístocles. Estruturalismo e pós-estruturalismo na perspectiva do conhecimento histórico. In: *Anos 90*, Porto Alegre, n.4, dezembro, 1995.

³⁶ DELACAMPAGNE, Christian. "Estrutura" contra "sujeito". In: *História da filosofia no século XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997. p. 237.

que ele considerava de status frágil. É nessa ambição que reside à lógica dos três eixos fundamentais do seu trabalho: definir as sociedades como sistemas simbólicos; mostrar a incompatibilidade desses sistemas e sua igual dignidade; restabelecer finalmente a sua unidade profunda no nível estrutural, última garantia da unidade do espírito humano.³⁷

E é na França, onde o estruturalismo ganha corpo e finca bandeira, que esse movimento intelectual causa seus primeiros efeitos. Apesar de tudo o que os separa, Lévi-Strauss, Jacques Lacan (1901-1981), Georges Dumézil (1898-1986), Roland Barthes (1915-1980) e Michael Foucault (1926-1984) dividem verdadeiramente algumas orientações essenciais. Materialistas, anti-dialéticos e alguns anti-marxistas, são acima de tudo anti-sartreanos, isto é, anti-humanistas. Partidários de uma filosofia do conceito querem acabar com o primado da consciência, tão caro a Sartre. Frente ao existencialismo sartreano, o estruturalismo poderia ser acusado de decretar a morte do homem, de ser anti-humanista e de recusar a história, isto é, privilegiar sistemas e processos em detrimento de agentes sociais, unificando a variedade de tipologias em modelos sintéticos e sumários, reduzindo a variada complexidade relacional àquelas que sobrelevaram o papel atribuído ao sincrônico em relação ao diacrônico na sociedade humana. Era, no fundo, em nome do cientificismo, a busca por um método capaz de prover certa integridade global da humanidade. O estudo científico das estruturas da linguagem, do inconsciente, dos mitos ou das relações sociais prova, segundo eles, a natureza ilusória da autonomia do sujeito; efeito imaginário do narcisismo, este deve ser deposto do trono que ocupa desde Descartes. Com isso, o voluntarismo de Sartre, sua confiança otimista na probabilidade de atuar sobre o curso da história, sua aspiração pelo engajamento perdem toda justificação. Céticos em relação à política, os estruturalistas são, nos anos sessenta, positivistas ou estetas, ou ambos ao mesmo tempo. Se admitem a necessidade de um conhecimento objetivo dos fenômenos simbólicos, não esperam que ele contribua para modificar o mundo.³⁸

³⁷ Idem, p. 240-242. Ver também: LÉVI-STRAUSS, Claude. A noção de estrutura em etnologia. In: *Os pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1985. Sobre Lévi-Strauss ver: HARTOG, François. O olhar distanciado: Lévi-Strauss e a história. In: *Topoi*, v.7, n.12, jan-jun. 2006.

³⁸ DELACAMPAGNE, Christian. op. cit., p. 247.

Existem diferentes formas de aplicação do estruturalismo no campo das ciências sociais. É plausível efetuar, assim, uma distinção que não oculte as fronteiras disciplinares. De um lado, um estruturalismo científico, representado principalmente por Lévi-Strauss, Algirdas-Julien Greimas (1917-1992) e Lacan e envolvendo ao mesmo tempo, portanto, a antropologia, a semiótica e a psicanálise, por outro lado, um estruturalismo mais flexível, mais ondulante e cambiante, com Barthes, Gérard Genette (1930), Tzvetan Todorov (1939) e Michel Serres (1930), e que se poderia qualificar de estruturalismo semiológico. Por fim, também existe um estruturalismo historicizado ou epistêmico, no qual se encontrariam inseridos Althusser, Bourdieu, Foucault, Jacques Derrida (1930-2004), Jean-Pierre Vernant (1914-2007) e, mais amplamente, a terceira geração dos *Annales*. O estruturalismo foi a língua comum de toda uma geração intelectual, mesmo que não exista solidariedade de doutrina e menos ainda de escola ou de combate entre seus diversos representantes.³⁹

A esses três tipos de estruturalismo pode-se falar em três fases do mesmo. A primeira fase foi a da invenção do estruturalismo, a fase heroica do êxito espetacular de suas ideias. O clímax alcançado em 1966 marca, também, o início espetacular da reversão da tendência, inaugurando o segundo momento dessa trajetória definida pela reinvenção do estruturalismo, momento em que até mesmo os principais criadores do movimento, atingidos pelas críticas, buscam reformular suas concepções, distanciando-se do estruturalismo inicial, mas preservando seus fundamentos básicos, fazendo uso de seu espírito crítico fino para preencher as fissuras mais evidentes. O terceiro momento é o da desconstrução, em que pontifica Derrida, com estocadas certeiras que visaram especialmente Lévi-Strauss, Lacan, Foucault e toda arquitetura centrada na dicotomia significante/significado, que sustentava a construção advinda da linguística estrutural embasada no arbítrio do signo.

1.2.3. O embate

Perry Anderson propõe uma discussão sobre o recuo do materialismo histórico na década de 1960 e 1970 e o avanço do estruturalismo nas ciências sociais.

³⁹ DOSSE, François. op. cit., p. 25-26. 1vl.

Este autor começa analisando esta questão a partir da França. Para ele, o marxismo francês usufruiu de uma ascendência cultural incontestável após a Libertação da ocupação nazista, gozando de uma supremacia no universo do marxismo global nesse período. Entretanto, o declínio final desta dominação deu-se no fim dos anos de 1970, não sendo apenas uma questão nacional. Na década de 1970 houve um profundo recuo de pensadores centrais do marxismo. A hipótese de Anderson é a seguinte: após os anos 1950, o marxismo:

“finalmente encontrou um adversário intelectual capaz de enfrentá-lo e vencê-lo. Seu oponente vitorioso foi à ampla frente teórica do estruturalismo e seus sucessores pós-estruturalistas. Assim, as crises do marxismo latino seriam o resultado não de um declínio circunstancial, mas de uma derrota frontal”.⁴⁰

Anderson percebe que, no declínio do marxismo e no respectivo avanço do estruturalismo, a partir dos anos 50, não houve uma descontinuidade de questões ou temas. Para ele havia um problema central em torno do qual todos os contendores se concentraram, e poderia parecer que foi justamente a superioridade do estruturalismo, no primeiro momento, no próprio terreno do marxismo, que lhe assegurava a vitória decisiva. Qual era o problema? Essencialmente, a natureza das relações entre *estrutura* e *sujeito* na história e sociedades humanas.

Para Anderson, estrutura e sujeito sempre se constituíram como problemas centrais e fundamentais do materialismo histórico enquanto explicação do desenvolvimento da história. Deste modo, compreende que o marxismo clássico, mesmo no auge de suas forças, não forneceu nenhuma resposta coerente a tal questão. Assim, tais questões não resolvidas, segundo o autor, incomodaram a historiografia marxista.

Entretanto, Anderson percebe que tal questão, dentro do materialismo histórico, não assumiu nenhuma forma historiográfica, tendo surgido como um problema central da filosofia. Para o historiador britânico, a Escola dos *Annales*, que na França controlou a pesquisa histórica, ficou muito distante do marxismo, estando desinteressada do problema da relação estrutura-sujeito; ela estava mais interessada

⁴⁰ ANDERSON, Perry. op. cit., p. 168.

na busca de processos profundos ou durações mais longas da história, compreendendo o sujeito como mero evento superficial.

Anderson compreende que em Jean Paul Sartre, Maurice Merleau-Ponty (1908-1961) e Simone de Beauvoir (1908-1986), há um esforço continuado em repensar as relações entre estrutura e sujeito. Desta forma, a *Crítica da razão dialética* tentava fornecer uma explicação das estruturas mais elementares de qualquer história possível, que apontava para a tentativa de uma história global, cujo término seria uma compreensão totalizante da história. Contudo, em 1962, Claude Lévi-Strauss publica *O pensamento selvagem*, uma crítica contundente a Sartre. Ele atacava frontalmente o historicismo de Sartre, defendendo as propriedades invariantes de todas as mentes humanas e da dignidade igual de todas as sociedades. Identificava as ideias de Sartre simplesmente com a mitologia do pensamento civilizado em oposição ao pensamento selvagem, sem nenhuma superioridade intrínseca. Sartre, um interlocutor ágil e fecundo, não deu nenhuma resposta aos ataques de Lévi-Strauss.⁴¹

Entretanto, quando a resposta marxista veio, não era uma refutação, mas uma subscrição da afirmação estruturalista, em dois livros de Althusser, *A Favor de Marx e Ler o capital*:

“em vez de ir contra o ataque de Lévi-Strauss a história ou contra sua interpretação do humanismo, endossaram-nos e incorporaram-nos a um marxismo que era agora reinterpretado como um anti-humanismo teórico, para qual a diacronia era apenas o ‘desenvolvimento das formas’ do próprio conhecimento sincrônico”.⁴²

Althusser rapidamente adquiriu um amplo prestígio e influência na esquerda francesa, deslocando quase totalmente outras perspectivas teóricas anteriores, como Sartre, Georges Lefebvre (1874-1959) e Goldmann, da formação de uma nova geração de historiadores marxistas. Lévi-Strauss havia se empenhado categoricamente em cortar a relação entre estrutura e sujeito, retirando este último de qualquer campo de conhecimento científico. Esta mudança teórica, ao invés de ser combatida por Althusser, foi por ele radicalizada em uma versão de marxismo em que os sujeitos

⁴¹ Ver também. LÉVI-STRAUSS. Raça e história; Totemismo hoje: In: *Os pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1985.

⁴² ANDERSON, Perry. op. cit., p. 172.

foram inteiramente abolidos. Pouco tempo depois, seu antigo aluno, Michel Foucault, proclamou uma retórica do fim do homem. O avanço do estruturalismo, longe de ser desviado ou detido pela nova versão do marxismo, foi acelerado por esta, apesar de suas declarações de distanciamento.

A evidência mais clara do padrão de hegemonia resultante foi fornecida pelo teste dos acontecimentos do Maio francês. Aqui, segundo Anderson, seria plausível pensar que o estruturalismo como posição seria derrotado ao encontrar uma dinâmica histórica que ele pretendia negar. Seria impossível imaginar uma irrupção de sujeitos individuais e coletivos mais espetacular do que foi a revolta de trabalhadores e estudantes de 1968. Entretanto, o estruturalismo, ao contrário das expectativas, passou pelo teste de Maio e, ressurgiu do outro lado, extenuado e retocado, com um prefixo cronológico. Onde havia o estruturalismo havia agora o pós-estruturalismo.

Para o autor, houve uma abrupta e ampla renúncia ao marxismo tanto por pensadores de gerações mais antigas como das mais recentes da esquerda. Segundo, simultaneamente, houve uma mudança de temperatura política da Europa no final dos anos 1970. Não tanto um abandono do marxismo, mas antes sua diluição ou diminuição, penetrada por ceticismo crescente quanto à própria ideia de uma ruptura revolucionária com o capitalismo.

Entretanto, uma nova força gravitacional exercia uma forte influência sobre a cultura marxista ocidental nos anos 70. Depois do descrédito do modelo reformista de Nikita Khrushchev (1874-1971) na URSS, a Revolução Cultural Chinesa parecia oferecer um novo alento à esquerda mundial. Contudo, segundo Anderson, o balanço final desta revolução foi calamitoso, enquanto que o seu repúdio popular foi esmagador. A Revolução Cultural e suas consequências consumaram o cisma oriental dentro do movimento comunista internacional dominando pelos soviéticos. O advento do eurocomunismo, dez anos depois, realizou um cisma ocidental equivalente. Mas, para Anderson, enquanto o maoísmo reagira principalmente contra o kruschevismo, o eurocomunismo, cronologicamente posterior e tematicamente distinto, era uma resposta à consolidação brejnevista.

Apesar das profundas diferenças no conteúdo das duas cisões, o maoísmo e o eurocomunismo compartilhavam um ponto de referência negativo quanto à URSS, embora fossem de várias maneiras, pólos opostos. Mas foi mais frequente uma evolução do maoísmo para o eurocomunismo, mediada pela rejeição veemente, comum a ambos, da experiência soviética. Para Anderson, então, a chamada crise do marxismo tem sua origem e significado basicamente em uma dupla decepção: primeiro, com a alternativa chinesa; a seguir, com a alternativa da Europa Ocidental à principal experiência pós-revolucionária do século XX até então, a da URSS.

É neste contexto histórico e teórico do marxismo que vai surgir a reflexão teórica e historiográfica de Thompson. O ano de 1956 é de rupturas no marxismo francês e na Europa em geral. É a verdadeira hora do nascimento do estruturalismo como fenômeno intelectual que sucedeu o marxismo. Ao otimismo da Libertação, que se exprimiu na filosofia marxista-existencialista, segue-se um desencanto com a história.

As revelações dos crimes de Josef Stalin (1878-1953) por Nikita Khrutchev e a invasão da Hungria, em 1956, criam um choque de tal ordem que o olhar crítico sobre o modelo soviético adquire sua independência no seio da esquerda. Assim, a ideologia comunista vem esbarrar na realidade histórica, e o que se oferecia como esperança de manhãs harmoniosas deixa transparecer o horror da lógica de um poder totalitário. Para François Dosse:

“essa época de luto pelas esperanças perdidas vai dominar todo o período dos anos de 1956 a 1968. Debruçam-se sobre o que resiste à mudança, sobre o que não permite ao voluntarismo político triunfar. A sensibilidade coletiva faz prevalecerem as invariantes, as imobilidades”.⁴³

Assim, o historiador francês compreende que, na medida em que a Revolução Russa era entendida como um prolongamento da Revolução Francesa, os intelectuais vão começar a repensar os valores iluministas a partir da atual influência do bolchevismo. A história já não se apresenta mais com esperança, mas é interrogada em suas falhas para se tentar compreender como ela pôde conter em si mesma os

⁴³ DOSSE, François. op. cit., p. 219, vl.1.

germes da barbárie. É nessa releitura crítica dos valores da democracia ocidental que se enraíza o fenômeno estruturalista. O estruturalismo ofereceu-se a muitos, a esse respeito, como uma tábua de salvação no momento de agonia do marxismo institucional.

Para Dosse, entendeu-se que o estruturalismo substituiria o marxismo com igual certeza de cientificidade obedecendo às leis clássicas da ciência. Maneja-se o determinismo e a objetivação excluindo o sujeito e a história, em proveito a um modelo tão rigoroso quanto os das ciências da natureza: a lingüística estrutural. A valorização das estruturas permitia explicar a persistente defasagem na relação entre estrutura e sujeito, entre a tarefa histórica de transformação e a incapacidade de convencer as pessoas sobre a necessidade desta.

O verdadeiro beneficiário da crise de 1956 é, pois, o estruturalismo, porque, esse paradigma permitia, pelo menos, prevalecer-se de certo nível de cientificidade e de operacionalidade numa província particular do saber, ao preservar o horizonte da universalidade própria dos compromissos de outrora sem referi-lo a voluntarismo algum na transformação do mundo, ao limitar-se a procurar compreendê-lo melhor, e ao integrar as figuras da alteridade e do inconsciente.

Assim, dentro desta conjuntura histórica e teórica, Althusser se apresentava a muitos como o salvador do marxismo. Ao tentar reabilitar o marxismo, Althusser, propõe o seu desligamento da práxis, da dialética hegeliana, a fim de sepultar a vulgata stalinista em uso, sustentada num economicismo mecânico. Para isso, Althusser apóia-se no estruturalismo e apresenta o marxismo como o único capaz de realizar a síntese global do saber e de instalar-se no âmago do paradigma estrutural. O preço a ser pago implica, portanto, participar no afastamento do vivido, do psicológico, dos modelos conscientes, assim como da dialética da alienação. Althusser encara o materialismo histórico, segundo o modelo de corte epistemológico de Gaston Bachelard, entendendo materialismo histórico como ciência e o que veio antes como ideologia.

Esse desligamento do marxismo do seu próprio destino histórico, no início dos anos 1960, era um meio de salvá-lo de sua própria decomposição, instalando-o no

cerne da ciência. Responde a necessidade de sair de um marxismo oficial pós-stalinista, portador de uma herança funesta, encerrado no dogmatismo. Althusser queria complexificar o marxismo, ressuscitar um marxismo científico.⁴⁴

1.3. Os dois marxismos

Após analisar o mercado linguístico mais geral das trocas linguísticas entre estruturalismo e marxismo, o recorte analítico é, nesse subcapítulo, mais específico. A abordagem é relativa às contradições internas do marxismo que o levam a várias interpretações. O objeto de análise é a troca linguística específica do mercado marxista europeu do qual Thompson participava.

Diferente do subcapítulo anterior, que apresentava uma história do marxismo, este tem uma caráter mais teórico, pois tem a pretensão de desenvolver não uma história do marxismo, mas uma compreensão do porque é possível haver mais de um tipo de marxismo. Assim, as divergências dentro do marxismo não são relativas, nesse subcapítulo, à historicidade de quem pondera esse sistema de pensamento, mas uma contradição que já nasce nessa própria maneira de pensar marxista.

Neste subcapítulo sobre o marxismo será reconstruída a argumentação de Alvin Gouldner (1920-1980). O marxismo é dividido teoricamente, por ele em dois: o marxismo científico e o marxismo crítico. Para ele, Marx refletiu, por um lado, que o aparecimento do socialismo está sujeito ao precedente amadurecimento de adequadas condições objetivas, notadamente dos esqueletos de um industrialismo avançado, e, além disso, ponderou que o capitalismo cunha estas condições pela ação de suas próprias leis cegas, impessoais e necessárias. Portanto considerado que o capitalismo é uma fase do desenvolvimento social destinado a dar origem à outra sociedade superior: o socialismo. Por outro lado, Marx não arquitetou sua teoria

⁴⁴ ALTHUSSER, Louis. *A favor de Marx*. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1979. _____. *Ler O Capital*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979. 2vls. _____. *Sobre o trabalho teórico*. Lisboa, Portugal: Editorial Presença, 1978.

meramente como uma ciência social. Foi ao mesmo tempo uma doutrina da revolução. O marxismo não trata unicamente de compreender a sociedade, não só prognostica o nascimento do proletariado revolucionário que sobrepujara o capitalismo, senão que mobiliza ativamente os indivíduos para isto. Interfere com o fim de modificar o mundo. Gouldner compreende que o marxismo no seu surgimento já é abastecido de anfibiologia: compreender o mundo e modifica-lo.⁴⁵

Esta ambiguidade se acha reproduzida em seu entendimento de práxis. Na concepção do marxismo científico, a práxis é o trabalho irrefletido sobre o qual repousa o capitalismo, o trabalho assalariado imposto pela necessidade, que atua dentro das estreitas instituições da propriedade e suas atrofiadas divisões do trabalho. A percepção do marxismo crítico de práxis põe ênfase em uma prática mais deliberadamente eleita, sobretudo na política. Se a práxis é o trabalho constrangido que reproduz o *status quo*, a prática é o trabalho livre que contribui a emancipação. Ao empreender a primeira forma de trabalho, as pessoas se submetem a necessidade, no entanto na segunda cultiva uma determinada ação contra ela. Destarte, o marxismo é uma conjunção, cheia de conflitos, de ciência e política, de teoria e prática. Deste modo, o marxismo é, ambas as coisas, ciência e ideologia, compreensão racional e prática política, conhecimento sobre o mundo e uma incumbência para fazer algo para mudá-lo.

As duas interpretações do marxismo, como alude Gouldner, são desenvolvidas em parte, ao redor da tensão nuclear entre o voluntarismo e o determinismo, entre a liberdade e a necessidade. Ambas as interpretações, para ele, são parte verdadeiras do marxismo. Os dois marxismos são, de fato, distinções estruturais de um só marxismo originalmente indiferenciado. Com o tempo, os dois surgem, em parte, do esforço posto em reduzir as reais tensões internas do marxismo original. Há no marxismo tanto voluntarismo como determinismo. A tensão entre voluntarismo e determinismo, dentro do marxismo e ao redor da qual se constituem os dois marxismos, não estabelece uma circunstância particular do marxismo. Para o autor, esta tensão é a demonstração de uma ocorrência mais geral própria da teoria social, assim as teorias

⁴⁵ GOULDNER, Alvin. *Los dos marxismos: Contradicciones y anomalias em el desarrollo de la teoría*. Madrid: Alianza editorial, 1983. p. 44-77.

sociais podem ser agrupadas em torno de dois polos. O primeiro apresenta um entendimento de sociedade que a abrange como uma textura de significados humanos e encarnações de atividades humanas. A segunda apresenta uma sociedade arquitetada como uma facticidade, que vigia seus membros individuais com controles coercitivos e os modela em seus processos socializadores. A tensão entre o voluntarismo e o determinismo dentro do marxismo, pois, forma parte da estrutura profunda do pensamento ocidental. O marxismo não inventou tal tensão.

Como paradigmas diferentes do marxismo, o marxismo crítico e o científico nascem em distintas condições socio-históricas, em pessoas distintas e em redes e grupos sociais diferenciados. Parte desta tensão teórica está constituída como um conflito entre os que asseguram e os que rejeitam a valor de Hegel (1770-1831) para Marx, e entre os que empregam e abdicam uma concepção mais hegeliana da crítica da ideologia. O marxismo científico considera a ideologia como reflexo desfigurado do mundo, na verdade, como invertida por lentes deformantes do próprio interesse, todavia, não obstante, como um espelho que reflete o mundo. O marxismo crítico, ao contrário, aceita a crença de que se bem os homens modelam máscaras ideológicas para a dominação de classe, o fazem sobre o domínio de sua própria razão crítica e a de outros, pelo que devem buscar máscaras que sejam convincentes para si mesmos e para os outros. A diferença entre marxismo crítico e científico reflete um conflito entre quem vê em Marx a culminação do idealismo alemão e os que colocam de evidência sua superioridade sobre esta tradição. Portanto, é também uma diferença entre quem aceita o jovem Marx, e, deste modo mais hegeliano, como autenticamente marxista, e quem analisam ao jovem Marx como mergulhado, todavia na ideologia. Os marxistas críticos, ou hegelianizantes, arquitetam o marxismo como crítica, mais que como ciência; realçam a ininterrupção de Marx com Hegel, a importância do jovem Marx, a importância atual da ênfase que o jovem Marx coloca na alienação, e são mais historicistas. Os marxistas científicos, ou anti-hegelianos, tem sublinhado que Marx realizou um corte epistemológico com Hegel após 1845. Os marxistas críticos, geralmente dão destaque à continuidade entre o jovem Marx e o velho Marx, visto que o jovem foi evidentemente um hegeliano, ambiciona confirmar a ligação durável do marxismo com a mais ampla tradição da filosofia alemã cuja culminação é Hegel. Ao

contrário, os marxistas científicos ressaltam a transposição que o Marx maduro deu da ideologia à ciência. Os marxistas críticos defendem um historicismo que põem evidência na fluidez e na mutação social, um tipo de concepção que ordena a interpretação contextual dos episódios. Os marxistas científicos buscam estruturas sociais estáveis que reaparecem e presumivelmente são compreensíveis fora de algum contexto.

Os dois marxismos são, igualmente, dois estilos cognitivos distintos. As disposições estruturalistas do marxismo científico se expressam em um estilo cognitivo que vê os objetos como detentores de contornos bem marcantes com rara ou nenhuma mistura de objetos diferentes. Os diversos objetos são declaradamente imputados a categorias diferentes, e os critérios de categorização acentuam as atribuições sem ambiguidades de um objeto a uma e só uma categoria, desvalorizando em geral o ambíguo, ao invés de considerá-lo valioso em certas condições. Ao contrário, o estilo cognitivo do marxismo crítico não vê os objetos como visivelmente definidos, atenua a importância às noções dicotômicas de infraestrutura e superestrutura e invoca a totalidade na qual as fronteiras entre os objetos se borram, impede atenciosamente as categorias e hierarquias e tem um impulso para a unidade. A problemática central ao redor do qual se expressa esta distinção de estilos cognitivos é a tendência do marxismo científico a dividir o mundo sociocultural de objetos e acontecimento em duas estruturas básicas: a infraestrutura e a superestrutura. Em contraste com isto, o marxismo crítico tende a rejeitar tal separação dicotômica do mundo social, por considerá-la uma vulgar simplificação, a destacar a totalidade, e a arguir que quem usa esta dicotomia tem concepções sumamente estreitas dos elementos que entram em cada parte dela.

O marxismo científico e o crítico não diferem simplesmente em suas epistemologias, estilos de conhecimento e modos de análises e interpretação do mundo social. Também diferem nos modos em que deliberadamente tratam de mudar o mundo e suas concepções sobre a natureza do câmbio social. Diferente do marxismo crítico que privilegia a consciência e a vontade humana, o marxismo científico acentua a densidade da estrutura social e o peso da história, como inabalável pela mera vontade. O marxismo crítico e o científico também diferem em suas políticas.

Para Gouldner, Marx utilizou dois conceitos de mudança: um gradualista, evolucionista e contínuo, e outro mais descontínuo, abrupto e catastrófico. O primeiro é especialmente a concepção que o marxismo científico tem da mudança histórica, e coincide com o darwinismo, o segundo se aproxima mais ao aspecto do marxismo crítico da mudança histórica e se baseia em Hegel. Os conceitos de mudança que sustentam o marxismo científico e o crítico diferem primariamente em que a primeira concepção, a darwiniana, se centra no objeto que dirige as mudanças em uma série de formas naturais, contudo que a segunda inclui em parte a atividade do sujeito cognoscente e o corpo de seu conhecimento.

Os marxistas críticos e os científicos ainda diferem em como relacionam o marxismo com a cultura circundante. Os que definem o marxismo como uma ciência naturalmente o atrelam com a ciência e a tecnologia em geral, e com as instituições das quais estas dependem. Os marxistas críticos, ao contrário, incluem o marxismo com uma camada distinta da cultura, uma cultura mais humanística que precedeu a ciência e a tecnologia moderna e que se sente mais antiga e basilar que elas.

Uma diferença básica entre o marxismo científico e o crítico, conforme Gouldner é sua afinidade com o que chama de a “grande tradição”, que contrasta com a “pequena tradição” da cultura povo e campesina. Tanto o marxismo crítico como o científico são portadores da grande tradição da cultura européia. No entanto, cada um está interligado mais estreitamente com um aspecto diferente dela. O marxismo científico se orienta à tecnologia e à ciência moderna e reconhece o grande valor que se as confere, entretanto, o marxismo crítico se norteia para os aspectos mais antigos, mais humanísticos, mais literários e mais filosóficos da grande tradição européia. Ordenando de modo diferente, o marxismo científico se funda em uma cultura mais instrumental nessa parte da grande tradição que se valoriza não tanto por si mesma como pelo que pode produzir. O marxismo crítico, ao contrário, se orienta mais vigorosamente para os aspectos transcendentais da grande tradição européia, os objetivos e valores que desde muito atrás tem estimado. Dito em termos diferentes, o marxismo científico se preocupa pela civilização técnica, contudo, o marxismo crítico se interessa mais pela conservação da cultura. O marxismo científico busca a

modernização técnica, o crítico aponta a um fortalecimento moral que até pode discrepar da modernização técnica.

No entendimento sobre ciência os dois marxismos também diferem. No vocabulário do marxismo científico, a ciência é prestigiosa e, em sua maior parte, apropriada. O juízo do marxismo crítico sobre a ciência difere visivelmente, pois avalia, em geral, menos benigna ou boa, ainda que aceite o juízo do marxismo científico sobre seu saber. Em grande parte para o marxismo crítico, a ciência forma parte do problema humano moderno ou está intimamente associado com o que o gera. O marxismo científico, ao contrário, aceita mais favoravelmente a ciência como parte de sua solução. A análise do marxismo crítico à sociedade contemporânea não excetua a ciência, e não crê que os limites da ciência só sejam fruto do sistema da propriedade dentro do qual opera. O que contrapõe fundamentalmente é que renuncia uma noção descontextualizada de ciência, isto é, que a conceba como autônoma. Em síntese, a crítica recusa a ciência como configuração soberana de racionalidade.

O marxismo científico trata de recontextualizar os temas e objetos que estuda e, portanto, se vê levado a formar diferentes versões de análises de sistemas. O marxismo crítico trata, adicionalmente, de recontextualizar os mesmos recursos intelectuais com que aborda esses temas. Assim, o marxismo crítico gera um discurso orientado ao mundo social e às tradições em que se há discutido este mundo, sejam estas linguagens técnicas, como a economia política, ou as linguagens ordinárias da vida cotidiana. Portanto, o marxismo crítico recusa a espera indefinida do conhecimento certo, ou positivo, sobre o mundo social antes de atuar.

Igualmente no aspecto político, os dois marxismos diferem. Mais além das diferenças intelectuais que separam aos dois marxismos, há também, diferenças políticas que estão em si mesmas conectadas com o destaque do marxismo científico nas medidas instrumentais e com a preocupação do marxismo crítico pelos valores. A expressão política disto que se acha na grande adesão dos marxistas científicos a seu partido e a suas organizações políticas, em suma, aos meios enquanto tais, enquanto que os marxistas críticos conferem sua mais intensa adesão a um conjunto de valores, a uma concepção, a uma consciência. Se a patologia dos marxistas científicos é o

ritualismo e o revisionismo, a dos marxistas críticos são o aventureirismo e o messianismo revolucionário.

Nos marxistas críticos, versam na negativa a submeter-se “ao que é”, sua negativa a esperar interminavelmente, sua crença de que sempre é o momento certo para mudar o mundo, de que há sempre algum modo de exercer pressão contra o *status quo*, em suma, de que sempre há um caminho até a revolução. Um de seus pontos fortes, não menos que suas debilidades, o marxismo crítico é um romantismo. Os marxistas científicos, ao contrário, nutrem o cultivo da persistência e a paciência política, a formação e a preparação de quadros até que chegue o momento, a cuidadosa avaliação das condições históricas em que realmente estão sem confundir com o que gostaria que fossem.

Tanto os críticos como os científicos estão entregues à revolução, porém são distintas suas crenças sobre o futuro da revolução. Os primeiros pensam que o futuro da revolução depende da clareza da consciência e do vigor do compromisso consciente interior, de uma consciência que pode ser impressa na história como uma espécie de matéria germinal por quem tem o valor de fazer. Os segundos, por sua parte, vêm salvaguardando o futuro da revolução, não pelo heroísmo de clara visão do revolucionário, senão pela história mesma, pelas inexoráveis contradições da sociedade, pela avaliação científica dessas contradições, e pelo aproveitamento das crises políticas que criam estas contradições em desenvolvimento.

Os marxistas críticos contrabalançam com seu destaque no voluntarismo a carência das condições econômicas e tecnológicas, outrora julgadas, pelos marxistas científicos, como um requisito para o socialismo e, por isso, é adequado para os esforços revolucionários nas nações subdesenvolvidas. O marxismo científico, ao contrário, acredita certamente na evolução social e no desenvolvimento de certas disposições naturais para realizar suas esperanças socialistas. Em decorrência, avalia as estruturas sociais objetivadas como aquilo que deve confiar, mais que nos homens na sua vontade e consciência. O marxismo científico considera os homens como obra de tais estruturas. O marxismo crítico, ao contrário, vê os homens como os produtores das estruturas sociais. O marxismo científico repousa em um juízo tacitamente severo

sobre a natureza humana e a considera desprovida dos requisitos da história: não confia nas pessoas, senão nas estruturas sociais, para resolver os problemas históricos. Em contraste com ele, o marxismo crítico não confia na história objetivada, nas estruturas sociais ou na natureza, senão na vontade e na consciência das pessoas, para superar das deficiências da natureza, a história e as estruturas econômicas. O marxismo crítico se apoia sobre, e trata de despertar as potencialidades dos homens.

Para Gouldner, outra diferença entre os dois marxismos diz respeito ao otimismo e ao pessimismo. Se o marxismo científico se caracteriza por sua insistência nos limites impostos pelo mundo e, portanto se vê a si mesmo como um materialismo, o marxismo crítico exalta a dialética e define as situações sociais de modos que dão a máxima importância aos sujeitos e a sua ação na situação ou na sua interação.

O marxismo crítico contém uma profunda ambiguidade. De um lado, tem limitada confiança em um conhecimento objetivo da sociedade fundado em uma ciência generalizadora. Por outro lado, o marxismo crítico prediz tacitamente certo conhecimento concreto do mundo social que, por ser dissonante com seu fim revolucionário, é uma “má notícia” que logo trata de desacreditar com fundamentos metodológicos. Desse modo, a estrutura de sentimentos do marxismo crítico tem um toque de pessimismo. A estrutura de sentimentos do marxismo científico é mais otimista. É verdade, o marxismo científico atrai e é aceito, em parte, porque suas generalizações específicas sobre a sociedade e seu desenvolvimento são compatíveis com as esperanças sobre o futuro. A história é aqui experimentada de maneira objetivista, como algo separado de nós e de nosso saber, como algo com o qual nos aliamos.

Posto que o marxismo crítico tem um pessimismo enfatizado com respeito à sua perspectiva revolucionária, também contém uma disposição a violência e ao terror para provocar o “salto” revolucionário como substituto das leis inevitáveis do marxismo científico que, sobre o capitalismo avançado, presumivelmente asseguram a vitória da revolução. Uma contradição do marxismo crítico, pois, é que, se bem possui

certa potencialidade para a racionalidade e ao populismo, também é vulnerável a um voluntarismo autoritário, à irracionalidade e ao terror elitista.⁴⁶

Cada um deles, o marxismo crítico e o científico, abre um espaço para o outro em razão de suas próprias limitações peculiares. O marxismo científico se centra tipicamente nas imperiosas contradições internas de uma economia capitalista que decisivamente condena. A política é tratada como epifenômeno que se ajusta automaticamente às modificações no modo de produção, cujo desenvolvimento somente é imperativo coroar com a captura do poder estatal para estabelecer o socialismo, na visão do marxismo científico. O marxismo científico, pois, é uma espécie de utopismo político, o qual supõe que as condições e os esforços políticos necessários para chegar ao socialismo surgiram de algum modo da maturação da economia e das contradições do capitalismo. Assim, uma evolução automática da economia, mais que a luta, a disciplina, o esforço e a vontade decidida das pessoas, bastará para produzir o socialismo. Em suma, um marxismo científico tem consequências ambíguas: leva seus partidários a esperar o inevitável, induz a certa passividade e da origem a um socialismo evolutivo e parlamentar, pois a garantia de vitória que oferece mantém as esperanças. É o descuido pelo marxismo científico do instrumento político o que em parte estimula o marxismo crítico. Assim, ainda que haja uma tensão, os dois marxismos constituem uma unidade dos opostos dialética, e cada um contribui ao desenvolvimento do outro.

O marxismo crítico, como a crítica em geral, julga que um sistema político e social pode ser diferente do que o é agora, e que deve fazer-se um esforço para fechar o abismo entre o que o sistema é e o que poderia ser. Porém, fechar esse abismo é invocar uma moral, pois, implica que o que pode ser deve ser. A crítica e o marxismo crítico, pois, exigem um fundamento valorativo para a escolha e para a crítica do que é, porém, em realidade, não o tem. O marxismo científico busca outros fundamentos, fundamentos não morais, na necessidade de certos processos, para justificar suas opções, partindo da premissa de que a miséria incessária merece oposição e de que as mudanças historicamente necessárias merecem-se realizar. A necessidade se converteu em seu substituto da moralidade. Esta é precisamente a lógica implícita pela

⁴⁶ Idem, p. 65.

qual o marxismo científico conduz a uma passividade que faz surgir o voluntarismo ativista do marxismo crítico, o qual, por carecer de um fundamento para sua moralidade, por sua vez provoca a busca de um fundamento não moral, que o marxismo científico pretende achar na inexorável necessidade de suas leis econômicas.

Uma possibilidade de superar a crise de valores que surge é uma elite intelectual usurpar a soberania popular proclamando-se a mera servidora dessa soberania. Essa elite intelectual afirma que a sua teoria não é ordinária nem, certamente, outra mera ideologia, senão um conhecimento extraordinário e muito superior, com alguma qualidade especial que imuniza contra as condições sociais corruptoras em que há nascido. Assim, o marxismo científico se fundou em uma crise de moralidade. Sua tática consiste em desviar a questão de como nosso conhecimento escapa ao destino comum, rodeando-se da auréola da nova e mais elevada autoridade secular: a ciência. Ao ser ciência certa, ou positiva, induziria aprovação e produziria consenso, aliviando aos homens “racionais” do problema da escolha moral. Porém, o esforço do marxismo para achar uma base de decisão termina na conclusão de que os moralismos são sentimentos inessários. Para ele, a questão de como criticar o mundo sem uma suposição valorativa fundada se constata com a resposta de que alguém não está criticando o mundo, esta simplesmente confiando nas leis impessoais da história, não na moral ou os ideais, para produzir a mudança necessária. É assim, como o marxismo científico chega a separar-se da crítica. Este expressa a renúncia a crítica, no marxismo, em nome da necessidade. Portanto, deve insistir em que o que vê no mundo o sabe com certeza.

Para Gouldner, o marxismo crítico e o científico são distinções analíticas, ou tipo ideais, mais que grupos e pessoas históricos concretos. Os tipos ideais facilitam o exame de grupos concretos e pessoas específicas, porém estes não são idênticos ou reduzíveis ao primeiro. Um marxista específico pode ser mais científico que outros, porém, falar dele somente como marxista científico é uma maneira abreviada de expressão para aludir a esse grau relativamente maior de marxismo científico.

1.4. Historiografia inglesa: A polêmica entre E. P. Thompson X Perry Anderson

O mercado linguístico da historiografia marxista inglesa é onde acontecem as principais trocas linguísticas de Thompson. No contexto da década de sessenta, mais de dez anos antes do lançamento do livro *A miséria da teoria*, Thompson inicia uma polêmica historiográfica com seu compatriota e historiador marxista Perry Anderson. A polêmica entre Thompson e Anderson pode ser dividida em duas partes. A primeira, que será discutida neste subcapítulo, inicia-se com a publicação de um artigo de Anderson, intitulado *Origins of the present crisis*, no qual apresenta uma interpretação da história da Inglaterra que é combatida por Thompson. Esse primeiro debate tem um caráter historiográfico-político, pois se inicia com a discussão da história da Inglaterra para discutir o que Anderson considera a crise por qual passa a Inglaterra no início da década de sessenta. O segundo debate, que se inicia com *A miséria da teoria*, e que tem a resposta de Anderson dois anos depois, tem um caráter historiográfico-teórico, onde são discutidos a tradição marxista e o conhecimento historiográfico. Contudo, tanto o primeiro debate como o segundo, não são restritos à política ou à teoria. Também o primeiro levanta questões teóricas e o segundo questões políticas, entretanto, há questões predominantes em cada um, no primeiro a política e no segundo a teoria, tendo sempre a historiografia como porta de acesso.⁴⁷

Nas trocas linguísticas do mercado linguístico da historiografia marxista inglesa, Thompson e Anderson estão numa disputa pela interpretação correta do passado inglês e na sua posterior reprodução nos meios acadêmicos e institucionais, contudo, uma busca não só pelo acesso a reprodução de uma visão historiográfica hegemônica no seio da historiografia inglesa, mas uma disputa, também, no seu caráter veritativo.

⁴⁷ O primeiro debate se compõe dos seguintes textos, por ordem de aparecimento: ANDERSON, Perry. *Origins of the present crisis*. In: *New left review*, 1/23, January-February, 1964. THOMPSON, E. P. *As peculiaridades dos ingleses*: In: *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: Ed. Unicamp, 2001. ANDERSON, Perry. *Socialism and pseud-empiricism*. In: *New left review*, 1/35, March-April, 1965. THOMPSON, E. P. *Nota sobre "As peculiaridades dos ingleses"*. In: *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: Ed. Unicamp, 2001.

Em meados da década de sessenta do século passado, foi publicado no periódico inglês *New Left Review*, por Tom Nairn (1932) e Perry Anderson, uma série de artigos a respeito da história e trajetória política da Inglaterra. As hipóteses defendidas por eles surgiram fundamentalmente no artigo de Anderson, *Origins of the present crisis* em 1964, e foram conhecidas como as teses Anderson-Nairn. A divulgação de tais teses, em geral, e de *Origins*, em particular, causou o debate. Neste texto, Anderson considerava a experiência histórica da burguesia inglesa como imperfeita.

Para o autor, a classe burguesa inglesa jamais tivera questionado o domínio político da aristocracia e, em decorrência, abdicava a oportunidade de rejeitar a compreensão de mundo em vigor e sugerir uma cosmovisão própria do mundo. Conforme o que seria um preceito histórico geral, Anderson assegurava que a classe dependente contrai continuamente uma componente expressiva do arsenal ideológico da classe dominante, o modelo escolhido pelo autor para alimentar tal afirmativa dizia respeito ao processo revolucionário francês, em que a classe trabalhadora tinha se apropriado radicalmente das exigências burguesas. Destarte, o autor esclarecia o que seria o drama do proletário inglês, que, tendo sido antecedido por uma classe social que não desenvolveu sua própria visão de mundo e se fixou apenas a um empirismo raso, jamais conseguiu organizar uma ideologia que se ambicionasse hegemônica no país. Disso derivaria o problema da classe trabalhadora inglesa em abraçar o marxismo, cuja doutrina Anderson avaliava que nunca havia sido propriamente ampliada no país.⁴⁸

Tais formulações proclamavam um ponto de vista histórico e político diferente daquele advogado por componentes mais velhos da *New Left* britânica. Somente um ano antes das teses Anderson-Nairn, Thompson publicava *A formação da classe operária inglesa*. Nesse livro, aborda a constituição da classe operária inglesa nas

⁴⁸ Althusser no prefácio de *A favor de Marx* desenvolve um argumento semelhante a esse. Que a classe operária francesa nunca conseguiu formular uma filosofia com consistência e profundidade por causa da burguesia. Só que ao contrário de Anderson, que afirma que a burguesia inglesa por ser fraca desenvolveu um proletário fraco, na França, segundo Althusser, a burguesia era tão forte que sufocou qualquer possibilidade de desenvolvimento de uma filosofia marxista na França: “Assim, é que as próprias formas da dominação burguesa chegaram a privar, por longo tempo, o movimento operário francês de intelectuais indispensáveis à formação de uma autêntica tradição *teórica*”. ALTHUSSER, Louis. Prefácio: Hoje. In: *A favor de Marx*. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1979. P. 15

balizas da própria experiência dos trabalhadores. A imputação de uma identidade fixa à classe é intensamente combatida pelo autor, que sustenta uma compreensão da classe em movimento, como um fenômeno histórico, como um acontecimento. A desvalorização com que Anderson escrevia a propósito da tradição inglesa, bem como a negação das realizações da classe burguesa e da classe trabalhadora, contradizia o empenho efetivado por Thompson, para identificar o desenvolvimento de um ativismo político popular na Inglaterra. Sob a configuração de contestação meticulosa do teor de *Origins*, Thompson escreveu *As peculiaridades dos ingleses* em 1965. Tal artigo foi veiculado na publicação *Socialist Register* (SR). Thompson, que compusera a equipe editorial da *NLR*, tinha largado sua função ao entender que o periódico, na direção de Anderson desde 1962, andava em um caminho diferente daquela sugerido primeiramente. Editada por John Saville (1916-2009) e Ralph Miliband (1924-1994), a *SR* reunia a dissidência da *NLR*.

Nas *Peculiaridades dos ingleses*, Thompson censura o persistente cotejamento que Anderson realiza entre a história da Inglaterra e a história de outros países, notadamente a França. O autor demonstra que muitas inexatidões históricas oferecidas por Anderson derivam do emprego insensato de padrões de análises históricas. Com o escopo de corrigir as preterições de Anderson para com realizações da classe burguesa da Inglaterra, Thompson reconstrói períodos históricos nos quais a burguesia adquiriu uma função proeminente e enfatiza a contribuição extraordinária desta classe em áreas como o protestantismo, a política econômica e a ciência natural. Combatendo as relações de determinação presentes em *Origins*, Thompson aborda o movimento trabalhista na Inglaterra sob um aspecto que admite a identificação de uma cultura de resistência desenvolvida entre os trabalhadores e evidencia que tanto o marxismo como o antimarxismo são subsídios característicos da cultura e do movimento operário do país. No fim, Thompson rebate a queixa de Anderson concernente à suposta penúria da maneira da investigação empírica, assegurando ser o empirismo um idioma intelectual cujo ponto central é a probabilidade de interpenetração entre a teoria e a práxis e o desenvolvimento de um movimento dialético entre o conceitual e o empírico, entre os modelos e as particularidades. É plausível afirmar que, nesta polêmica, os dois autores, defenderam diferentes

explicações e críticas da configuração histórica da estrutura de classes na Inglaterra e da relação que instituem com o Estado. Por várias vezes, o debate se estendeu e as ponderações sugeridas por ambos os autores abrangeram pontos maiores que dizem respeito à historiografia e à prática política da esquerda.

Para Renata Dalaqua, Thompson, mais do que Anderson, indica reflexões acerca do significado do debate no interior da *New Left*. É este autor quem fala em transição, a palavra-chave para a compreensão do momento que a polêmica evidencia. Entretanto, Anderson dá rastros para perceber a controvérsia, na medida em que realiza julgamentos e apreciações do desempenho dos marxistas na Inglaterra. Se transição é a ideia que melhor esclarece a discussão, ela não está concluída sem que se sobreponham outras balizas. De acordo com Dalaqua existem três distintas extensões no sentido do debate: 1) transição política, 2) transição de geração e 3) transição teórica.⁴⁹

A primeira delas está manifesta naquela que tem sido a prática política mais constante da *New Left* britânica: a publicação do periódico *New Left Review*. Há quatro décadas, a revista está em circulação e é seguramente a referência mais notada quando se fala neste grupo de marxistas ingleses. Dalaqua defende que com a chegada de Perry Anderson a editoria da revista acarreta na demarcação de uma linha que divide entre antes e depois de 1962. A escolha de conteúdo da revista é, acima de tudo, uma decisão política. Após 1962, o periódico passou a publicar mais textos redigidos por intelectuais de países subdesenvolvidos, em detrimento de artigos redigidos por dissidentes do leste europeu.

A transição de gerações entre os marxistas britânicos acarreta algumas alterações dentro da esquerda. As percepções políticas da nova geração, que aparecem junto com Anderson, diferem da geração que lhe antecede de outros modos. Contudo, existe um ponto fundamental: o fato desta segunda geração não ter vivenciado a guerra. A Segunda Guerra Mundial marcou profundamente a primeira geração da *New Left*, e a relação que os membros deste primeiro grupo estabeleceram com o PCGB pode ser mais bem compreendido quando se pondera a vivência deste

⁴⁹ DALAQUA, Renata. O debate no interior da *New left* britânica: o significado da controvérsia entre Perry Anderson e E. P. Thompson. IN: *História Social*, n.16, primeiro semestre de 2009.

conflito. O papel exercido pelo PCGB foi, por muito tempo, essencial na vida de intelectuais que, como Hobsbawm e Thompson, tomaram parte ativamente da guerra. A experiência da guerra não é algo que se transmite, e daí decore o que Dalaqua chama *generation gap*, existente entre o primeiro e o segundo grupo da *New Left*.

A transição teórica advém com o ingresso, no debate marxista inglês, de conceitos e ideias desenvolvidos por Louis Althusser e Antonio Gramsci. Thompson censura o insuficiente lugar que os exames estruturais deixam à ação humana. A crescente requisição por exatidão teórica incomoda este autor, como a prioridade da teoria sobre a história. Com a publicação de *A miséria da teoria*, Thompson incentivara mais um debate relativo aos postulados defendidos por intelectuais althusserianos e ao que eles conduzem. Mesmo não se considerando um discípulo de Althusser, Anderson propõe-se a rebater o livro de Thompson e publica o livro *Teoria, política e história: Un debate com E. P. Thompson*.⁵⁰

⁵⁰ Uma demonstração, já em 1965, da influência de Althusser sobre Anderson está em uma passagem de *Socialism and Pseud-Empiricism*: “Thompson has, in fact, radically misinterpreted the drift of four work, for one reason: he lacks the theoretical compass to locate it” pg. 30 “It is an interesting sign that for the first time there are perhaps indications today of a ‘counter-idealist’ trend within European Marxism of a potentially comparable strength and sophistication. Althusser’s work has this promise”. ANDERSON, Perry. *Socialism and pseud-empiricism*. In: *New left review*, 1/35, March-April, 1965. p. 31-32. Um bom debate sobre a recepção de *A miséria da teoria* no mercado linguístico da historiografia marxista inglesa é o capítulo *El culturalismo: debates em torno: A miseria de la teoria* no livro SAMUEL, Raphael (Ed.). *Historia popular y teoria socialista*. Barcelona: Crítica; Grijalho, 1984.

Capítulo II. A gramática d'A *miséria*

“O único problema verdadeiro é o dos conceitos em história” (Paul Veyne).⁵¹

“A partir dessas marcas na linguagem, já se pode retornar às maneiras de fazer dos operadores. Mas não basta descrever lances, golpes ou truques singulares. Para pensá-los, deve-se supor que a essas maneiras de fazer correspondem procedimentos em número finito (a invenção não é ilimitada e, como as improvisações no piano ou na guitarra, supõe o conhecimento e a aplicação de códigos) e que implicam uma *lógica dos jogos de ações relativos a tipos de circunstâncias*. Esta lógica articulada em cima da *ocasião* tem como preliminar, contrariando a cientificidade ocidental, a não-autonomia do campo de ação (...) Toda sociedade mostra sempre, em algum lugar, as formalidades a que suas práticas obedecem” (Michel de Certeau).⁵²

Neste segundo capítulo procurar-se-á a gramática conceitual de *A miséria da teoria* a partir das relações que os conceitos mantêm entre elas no livro. Compreendendo a morfologia do uso das expressões, isto é, examinando os seus domínios de uso e descrevendo suas formas, podem-se reconhecer diferentes modos de funcionamento dos conceitos e nomes próprios, governados por regras semânticas e pragmáticas. E como ninguém sai da linguagem, nem pode encontrar outro lugar de onde interpretá-la, resta lançar-se contra seus limites. Ao se destacar nesse uso das palavras, uma formalidade de sistema, tem-se um primeiro fundo sobre as racionalidades próprias ao uso dos conceitos.

Este segundo capítulo aborda a significação dos quatro conceitos que Thompson trabalha ao longo do livro, e que são um dos motes para as discussões de Thompson. Os quatro conceitos, que são em sequência tratados no texto, são: (1) empirismo, (2) historicismo, (3) humanismo e (4) moralismo.

Na investigação destes quatro conceitos, procura-se ver o subsídio analítico que eles engendram na significação de estrutura e sujeito no livro averiguado. O porquê de estes conceitos serem examinados, quais suas possíveis ligações entre si, e como eles foram construídos no decorrer do texto são questões que ajudam a perceber de que

⁵¹ VEYNE, Paul. *Como se escreve a história; Foucault revoluciona a história*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2008. p. 103.

⁵² CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. p. 83.

forma Thompson está inserido no debate no interior do marxismo e da historiografia inglesa em particular.

Não se pode esquecer a arquitetura maior do texto em que esta discussão está contida. No mercado das trocas linguísticas, este texto se caracteriza como o embate de dois tipos de marxismo diferentes, referentes a tradições marxistas diferentes. Thompson está, neste texto, discutindo com o filósofo francês Louis Althusser e, por tabela, com seus importadores ingleses. Então a discussão, que se propõe neste capítulo, está ligada, dentro deste mercado linguístico, ao reconhecimento da produção e reprodução da interpretação certa destes quatro conceitos, no marxismo em geral e na historiografia inglesa em particular:

“Os conceitos da história resultam, assim, de lutas raramente aparentes pelas quais os atores tentam fazer prevalecer as representações do social que lhe são próprias: definição e delimitação de grupos sociais, hierarquias de prestígio e de direitos, etc.”.⁵³

Os conceitos formam redes em que se associam para a formação de sentidos das sentenças históricas. Os conceitos, aqui analisados em separados, formam uma rede gramatical que normatizam o sentido possível do texto. Além de terem uma função representativa do real, os conceitos, também tem a função de exprimir as relações de força e poder do mercado linguístico e a distinção social que elas engendram. Os conceitos não têm só um caráter epistemológico, também, como percebe Prost, são “armas”.⁵⁴

Os elementos da rede de conceitos, do texto de Thompson, são bastante heterogêneos. Com isso, o que diz respeito propriamente a esta formação discursiva e o que permite demarcar a rede de conceitos, embora discordantes, que lhe são específicos, é a maneira pela qual esses distintos elementos estão relacionados uns aos outros, e, é esse feixe de afinidades que forma uma rede de formação conceitual. A descrição de semelhante rede não poderia valer por uma descrição direta e imediata dos próprios conceitos.

⁵³ PROST, Antoine. *Doze lições sobre história*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008. p. 130.

⁵⁴ Idem, p. 123-126

2.1. Empirismo

O empirismo em Thompson é uma forma teórica de se contrapor a historiografia marxista inglesa influenciada por Althusser. No embate do empirismo, Thompson contrapõe-se, no texto, ao empirismo de Karl Popper e as críticas ao empirismo de Althusser. Em relação a Popper defende seu empirismo contra o positivismo deste e, em relação às críticas de Louis Althusser, defende um empirismo como um contraponto ao abstracionismo.⁵⁵

Sob o avanço do marxismo na historiografia inglesa, Thompson percebe que é possível que o próprio sucesso do materialismo histórico, como prática, anterior à invasão de Althusser, tenha estimulado este sopor conceitual, que agora esta fazendo pesar sua imperiosa retaliação e:

“é possível que o próprio êxito do materialismo histórico como prática tenha estimulado uma letargia conceptual, que agora está fazendo pesar sobre nós sua necessária desforra. E isto é o mais possível naquelas áreas do mundo de língua inglesa onde uma prática vigorosa do materialismo histórico foi realizada dentro de um idioma de discurso “empírico” herdado, que é reproduzido por fortes tradições educacionais e culturais”.⁵⁶

Thompson, para salvaguardar sua posição teórica, busca uma tradição empírica inglesa para justificar seu posicionamento. Contra o avanço, do que chama teoricismo estruturalista francês, opõe a tradição empírica inglesa. Ele argumenta que Althusser é somente um filósofo com um conhecimento apenas causal da prática histórica que vislumbra e rejeita com um irado franzir de testa o empirismo que:

“pode ser o resultado de árduas confrontações, ocorridas tanto nas lutas conceptuais (a definição das questões apropriadas, a elaboração de hipóteses e a exposição de atribuições ideológicas na historiografia preexistente) como nos interstícios do próprio método histórico”.⁵⁷

⁵⁵ É difícil escolher entre as obras de Althusser qual deva ser a referência sobre o empirismo, pois toda sua obra é um ataque ao empirismo. ALTHUSSER, Louis. De “O Capital” à filosofia de Marx. In: *Ler O Capital*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979. 1vl.

⁵⁶ THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria*. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1981. p. 9. A abreviatura PT é a paginação do livro em inglês, que virá sempre após a da versão em português. PT, pg. 1-2

⁵⁷ Idem. p. 9. PT, p. 2.

Portanto, Thompson tenta ressituar o empirismo como um momento do método da historiografia marxista.

Para Thompson, um compromisso tácito com o althusserianismo é negociado, embora toda negociação seja no silêncio e em ceder terreno a Althusser. Pois Althusser nunca se dispôs a ceder terreno ao historicismo, ao humanismo e ao empirismo. Althusser e seus seguidores questionam, centralmente, o próprio materialismo histórico, sem pretender modificá-lo, mas, sim o deslocando. Para Thompson, em troca, oferecem um teorismo a-histórico, que se revela um idealismo. O historiador inglês distingue o modo (ou técnicas) empírico de investigação com a formação ideológica, o empirismo. Esta diferenciação é importante, pois, é o que no seu entender o distingue do empirismo de Popper e o faz se afastar da crítica, do empirismo como ideologia, feita por Althusser.

O empirismo tornou-se um campo de batalha na produção e reprodução do significado correto do conceito. Thompson defende um empirismo, ou modo empírico de investigação para se diferenciar do que entende do empirismo como ideologia, por perceber que a importação da teoria de Althusser na Inglaterra está introduzindo um modo de pensar abstracionista, pois, no seu entender, no modo de pensar de Althusser, não ha lugar para a experiência ou toda a experiência em si já seria contaminada pela ideologia, logo, não tem um critério empírico de produção da verdade ou um critério da experiência para distinguir o verdadeiro do falso que não seja análise do artefato linguístico. Esse confronto em torno do empirismo em geral, na alusão a Popper, mas, mais especificamente dentro do marxismo, referência a Althusser, e em particular na historiografia inglesa, os sectários de Althusser na Inglaterra, levam Thompson a defender um método empírico, que contemple no seu entender, ao contrário de seus concorrentes na produção da significação legítima do empirismo:⁵⁸

“Essa agitação, esse acontecimentos, se estão dentro do “ser social”, com frequência parecem chocar-se,

⁵⁸ Para Ellen Wood, “one of the principal divisions among Marxist theorists in Britain was between ‘Althusserians’ and loose collection of people variously described as ‘culturalist’, ‘humanists’ or even ‘Thompsonians’”. WOOD, Ellen. *Falling through the cracks: E. P. Thompson and the debate on base and superstructure*. In: KAYE, Harvey; McCLELLAND, Keith (Ed.). *E. P. Thompson: Critical perspectives*. Philadelphia: Temple University Press, 1990.

lançar-se sobre, romper-se contra a consciência social existente. Propõem novos problemas e, acima de tudo, dão origem continuamente à *experiência* – uma categoria que, por mais imperfeita que seja, é indispensável ao historiador, já que compreende a resposta mental e emocional, seja de um indivíduo ou de um grupo social, a muitos acontecimentos inter-relacionados ou a muitas repetições do mesmo tipo de acontecimento”.⁵⁹

Para Thompson, talvez se pudesse argumentar que a experiência é um nível inferior de mentação⁶⁰, que ela só produziria o mais grosseiro senso comum, matéria-prima ideologicamente contaminada, entretanto: “Não creio que seja assim – pelo contrário, considero tal suposição como uma ilusão muito característica dos intelectuais, que supõem que os comuns mortais são estúpidos”.⁶¹ Na relação gramatical da palavra experiência em Thompson, “experiência” assume a dignidade epistemológica na produção do conhecimento histórico. Contudo, no seu significado de empirismo, este vai mais além que apenas reproduzir o senso comum, o já conhecido, assume a perspectiva que todo o conhecimento racional inicia na experiência. A questão que Thompson propõe não é a dos limites da experiência, mas a maneira de alcançá-la ou produzi-la:

“A experiência surge espontaneamente no ser social, mas não surge sem pensamento. Surge porque homens e mulheres (e não apenas filósofos) são racionais, e refletem sobre o que acontecem a eles e ao seu mundo. Se tivermos de empregar a (difícil) noção de que o ser social determina a consciência social, como iremos supor que se dá? Certamente não iremos supor que o ‘ser’ está aqui, como uma materialidade grosseira da qual toda idealidade foi abstraída, e que a ‘consciência’ (como idealidade abstrata) está ali. Pois não podemos conceber nenhuma forma de ser social independentemente de seus conceitos e expectativas organizadores, nem poderia o ser social reproduzir-se por um único dia sem o pensamento. O que queremos dizer é que ocorrem mudanças no ser social que dão origem a *experiência* modificada; e essa experiência é *determinante*, no sentido de que exerce pressões sobre a consciência social existente, propõe novas questões e proporciona grande parte do material sobre o qual se desenvolvem os exercícios intelectuais mais elaborados. A experiência, ao que se supõe, constitui

⁵⁹ THOMPSON, E. P. op. cit. p. 15. *PT*, p. 7.

⁶⁰ Este é a tradução que o tradutor da à palavra *mentation*, que creio pode ser melhor traduzida por: atividade mental.

⁶¹ Idem, p. 16. *PT*, p. 7.

uma parte da matéria-prima oferecida aos processos do discurso científico de demonstração”.⁶²

Nesta concepção, do conceito de experiência, Thompson dá margem de autonomia ao pensamento em relação à estrutura material, entretanto, o ser social coloca o material sobre qual a consciência elabora seu pensamento. Por um lado, Thompson está querendo fugir do materialismo vulgar fundado na epistemologia do reflexo, isto é, a consciência é determinada pelo ser social sem autonomia para atuar no próprio ser social. Por outro lado, distingue-se de Althusser por creditar a este o contrário do materialismo vulgar, isto é, a consciência social determinando o ser social. Para Thompson, em relação a Althusser, a experiência seria esse canal que possibilitaria um diálogo entre consciência e ser, pois, a experiência exerceria pressões na consciência, mas ao mesmo tempo não a determinaria em todo, deixando aberto neste diálogo que a própria consciência trabalhe produtivamente a experiência.

Assim, a experiência não chega obedientemente, da maneira proposta por Althusser. Para Thompson, o filósofo francês oferece menos uma epistemologia que leva em conta os movimentos formativos reais da consciência do que uma descrição de certos procedimentos da vida acadêmica. A explicação de Althusser deixa de fora a força propulsora do mundo real. O que Althusser também deixa de lado é o diálogo entre ser social e consciência social. Foi hábito, segundo Thompson, dos marxistas ressaltar as pressões determinantes do ser sobre a consciência, embora nos últimos anos, segundo Thompson, uma grande parte do marxismo ocidental tenha feito o diálogo pender de novo para a dominação ideológica. Se ele resalta mais o primeiro interlocutor do diálogo, o ser social, é por que Althusser nada tem a dizer sobre a consciência social conforme Thompson, pois se recusa a ouvir historiadores ou antropólogos. Seu silêncio, às ciências sociais, para o historiador inglês: “É uma consequência de sua determinação anterior de fechar qualquer brecha, por menor que seja, pela qual o ‘empirismo’ possa penetrar”.⁶³

Para Althusser, para quem o empirismo é ideologia, e como consequência, a historiografia iniciaria a edificação do seu conhecimento em cima de evidências que são apenas construções ideológicas. Para Thompson não é verdade que a evidência ou

⁶² Idem, p. 17. *PT*, p.8.

⁶³ Idem, p. 18. *PT*, p. 9.

fato, continuamente cheguem numa configuração ideológica (como em G I), claro que para Thompson a organização conceitual é parte integrante do significado do fato, por que o modo empírico de investigação é:

“A diferença entre uma disciplina intelectual madura e uma formação meramente ideológica (teologia, astrologia, certas partes da sociologia burguesa e do marxismo stalinista ortodoxo – e talvez do estruturalismo althusseriano) está exatamente nesses procedimentos e controles; pois se o objeto do conhecimento consistisse apenas de ‘fatos’ ideológicos elaborados pelos próprios procedimentos dessa disciplina, então não haveria nunca uma maneira de confirmar ou refutar qualquer proposição: não poderia haver um tribunal de recursos científico ou disciplinar”.⁶⁴

Tribunal científico de apelação é outra significação de empirismo em Thompson. Para a historiografia saber o que é do passado, o empirismo entra como um juiz que decide sobre a veracidade ou não da evidência ou fato do passado. Mais um elemento da rede gramatical do conceito de empirismo de Thompson. O empirismo seria mais uma forma de controle da evidência histórica que poderia eliminar a influência da ideologia sobre o fato histórico.

Thompson entende que para a epistemologia de Althusser, ao contrário da sua, qualquer investigação empírica é imprópria, pois nasce de uma problemática burguesa. Dizer que a estrutura poderia ser revelada pelos procedimentos da investigação histórica não teria sentido, porque tudo o que poderia se conhecer da história são certas representações conceituais; generalidade I impuras, portanto, a verdade histórica só pode ser revelada dentro da própria teoria, pelos procedimentos teóricos. O rigor formal de tais procedimentos é a única prova da verdade desse conhecimento, e de sua correspondência com os fenômenos reais. Contrariamente a epistemologia de Althusser, para Thompson:

“Não pode haver meios de decidir sobre a ‘adequação ou inadequação’ do conhecimento (em proposição aos casos especiais da lógica, matemática, etc.) a menos que suponhamos procedimentos (um ‘diálogo’ da prática) destinados a estabelecer a correspondência

⁶⁴ Idem, p. 20. *PT*, p. 12.

entre esse conhecimento e as propriedades ‘inscritas’ naquele real”.⁶⁵

Nos procedimentos destinados a estabelecer a correspondência entre o conhecimento e o real, é aí que Thompson coloca o empirismo. O modo empírico de investigação vem a ser o tribunal que decide sobre a validade da correspondência entre a representação e o real. Contudo, o empirismo de Thompson é do tipo construcionista, isto é, o sistema teórico também tem o poder de ser um tribunal de decisão sobre a validade das sentenças. Por isso o diálogo entre consciência e ser social. Este é outro elemento do empirismo thompsoniano, ser do tipo construtivista, do diálogo entre conceito e evidência,⁶⁶ porque:

“O real, embora ativo em suas outras manifestações, é epistemologicamente nulo ou inerte: isto é, só se pode tornar objeto da investigação epistemológica no ponto em que penetra o campo de percepção, ou conhecimento”.⁶⁷

Conhecimento é, em Thompson, uma relação real e determinante, isto é, uma relação de apropriação ativa por uma parte, pensamento, da outra parte, características seletivas do real, e essa relação pode acontecer não em quaisquer termos que o pensamento preceitue, porém de forma que são determinadas pelos atributos do objeto real. As características da realidade determinam tanto os processos apropriados de pensamento, isto é, sua adequação ou inadequação, quanto seu produto. Nisto incide o diálogo entre a consciência e o ser. Thompson, assim, define seu processo de conhecimento: “A madeira impõe suas propriedades e sua ‘lógica’ ao marceneiro, tal como este impõe suas ferramentas, suas habilidades e sua concepção ideal de mesas à madeira”.⁶⁸

A metáfora acima serve para ressaltar, em Thompson, uma provável forma de relação entre um sujeito ativo e um objeto inerte, na qual o objeto continua determinante. A madeira não pode definir o que é feito, nem se é bem ou mal feito, entretanto, pode com certeza determinar o que não pode ser feito, os limites do que é feito e as habilidades e ferramentas necessárias para isto. Numa tal equação, o

⁶⁵ Idem, p. 26. *PT*, p. 17.

⁶⁶ MUNSLOW, Alun. *Desconstruindo a história*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. p. 38-41.

⁶⁷ THOMPSON. E P. op. cit., p.26. *PT*, p. 17.

⁶⁸ Idem, p. 26. *PT*, p. 18.

pensamento, segundo o historiador inglês, só pode representar o que é correspondente às propriedades determinantes de seu objeto real, e deve atuar dentro desse palco determinado. Se foge a isto, então se converte num remendado malfeito, extravagante e especulativo, e na auto-extrapolação de um conhecimento de mesas, a partir de uma intransigência preexistente. Como esse conhecimento não satisfaz à realidade da madeira demonstrará sem atraso a sua adequação ou inadequação.

Para Thompson, se o objeto real é epistemologicamente imóvel, isto é, não se pode fixar ou expor ao conhecimento, em que isso se verifica no pensamento e seus métodos, todavia isto não exprime que seja inerte de distintas maneiras; não carece ser ideologicamente ou sociologicamente inerte e:

“o real não está ‘lá fora’ e o pensamento dentro do silencioso auditório de conferências de nossas cabeças, ‘aqui dentro’. Pensamento e ser habitam um único espaço que somos nós mesmos”.⁶⁹

Mesmo quando refletimos no entendimento de Thompson, também temos animosidade, adoecemos ou desejamos, e a consciência está misturada ao ser, mesmo ao observarmos o real, sentimos nossa própria realidade palpável. De tal modo que os enigmas que as matérias primas oferecem ao pensamento versam, com constância, precisamente em suas características muito ativas, indicativas e invasoras. O diálogo entre a consciência e o ser torna-se cada vez mais complexo quando a consciência crítica está atuando sobre uma matéria-prima feita de seu próprio material: artefatos intelectuais, relações sociais, o fato histórico.

O construtivismo teórico de Thompson, além de ser uma forma de organização conceitual de seu material historiográfico, também, acaba sendo uma “arma” na disputa pela produção e reprodução correta do significado de “empirismo” que ele discute em seu livro. O diálogo entre ser e consciência é um novo significado na rede gramatical do empirismo, em Thompson, que lhe da distinção no mercado linguístico no qual se encontra.

⁶⁹ Idem, p. 27. *PT*, p. 18.

A teoria de Althusser não está sujeita a controles empíricos, no entendimento de Thompson, por isso, no entendimento dele, Althusser dá esse salto porque não consegue ver outra saída do compulsivo campo ideológico do empirismo ingênuo, com sua complacência intelectual e suas técnicas autoconfirmadoras, aquilo de que ele quer fugir – prisão empirista - certamente existe e, assim, para Thompson, ele constrói o teatro do absurdo. Prisão e teatro estão lado a lado, as duas são produtos da estase conceitual, erguidas, pedra sobre pedra, com categorias não-históricas, estáticas.

Entretanto, dando um passo à frente no empirismo de Thompson, a questão crítica concerne menos, por um lado, a epistemologia em sua relação com fatos isolados do que, por outro lado, a legitimidade epistemológica do conhecimento histórico, quando considerado em seus aspectos de conhecimento de causação, de estruturas, das modalidades de relação entre grupos ou instituições sociais, e a lógica do processo histórico.

É quando Thompson quer justificar ser possível conhecer estruturas ou processos de causação através do empirismo que, Popper e Althusser diferem novamente de Thompson. Para Popper o empirismo só pode conhecer fatos isolados, nunca uma estrutura holista e, para Althusser, o empirismo, por ser uma ideologia burguesa, não teria como provar as estruturas ou o conhecimento de causação, restando à teoria, a partir do corte epistemológico, prover o conhecimento. E ambos, segundo Thompson, ficam com aparências, já que ambos começam negando que estas sejam a inscrição de uma realidade ulterior, de relações e práticas, cuja significação só pode ser desvendada de um árduo interrogatório. Tal interrogatório, que rompe velhas categorias e cria outras, novas, antes de poder explicar a evidência, que sempre esteve ali. Mas a criação e destruição de conceitos, as proposições de novas hipóteses, a reconstrução de categorias, não são uma questão de invenção teórica. Isso surge, para Thompson, do diálogo entre o modo empírico de investigação e os conceitos. Assim, um conhecimento holista da sociedade, sua estrutura, sua causação, não é um problema para o empirismo, como para Popper, nem uma questão só de teoria como para Althusser. O empirismo em Thompson agrega para si um novo significado: conhecimento holista da sociedade, sua causação e estrutura. Ele observa a propensão dos dois filósofos, ao examinar as credenciais epistemológicas da história, a colocar os

fatos como se fossem isolados, em lugar do material habitual do historiador: evidência de comportamento acontecendo no tempo. Assim, a justificativa do empirismo de Thompson acontece através da lógica histórica, novo conceito da rede gramatical do empirismo thompsoniano:

“Por ‘lógica histórica’ entendo um método lógico de investigação adequado a materiais históricos, destinado, na medida do possível, a testar hipóteses quanto à estrutura, causação etc., e a eliminar procedimentos autoconfirmadores (‘instâncias’, ‘ilustrações’). O discurso histórico disciplinado da prova consiste num diálogo entre conceito e evidência, um diálogo conduzido por hipóteses sucessivas, de um lado, e a pesquisa empírica de outro. O interrogador é a lógica histórica; o conteúdo da interrogação é uma hipótese (por exemplo, quanto à maneira pela qual os diferentes fenômenos agiram uns sobre os outros); o interrogado é a evidência, com suas propriedades determinadas (...) É dizer que é essa lógica que constitui o tribunal de recursos final da disciplina: *não* – por favor, notem – a ‘evidência’ por si mesma, mas a evidência interrogada dessa maneira”.⁷⁰

No mercado linguístico da historiografia marxista, o livro *A miséria da Teoria* tem o propósito de se contrapor ao avanço do althusserianismo em nível teórico, e um dos embates que Thompson enseja é pelo reconhecimento da significação correta do conceito de empirismo. Para ele a construção que faz Althusser da teoria da história não tem termos para a experiência, nem para o processo, quando avaliado como prática humana. Mas isso não é perdoável, segundo Thompson, para uma pessoa que se propõem a refletir sobre história, já que experiência e práticas são manifestas; nem é perdoável num marxista:

“Já que experiência é um termo médio necessário entre o ser social e a consciência social: é a experiência (muitas vezes a experiência de classe) que dá cor a cultura, aos valores e ao pensamento: é por meio da experiência que o modo de produção exerce uma pressão determinante sobre outras atividades: e é pela prática que a produção é mantida”.⁷¹

O que é estranho, no entendimento de Thompson, em relação a esse modo de produção do conhecimento, dos althusserianos, é que pode ser construído e reconstruído dentro da teoria, sem qualquer recurso ao conhecimento dos

⁷⁰ Idem, p. 49. *PT*, p. 39.

⁷¹ Idem, p. 112. *PT*, p. 98.

historiadores, antropólogos e outros, pois a prática teórica engendra esses modos de produção não na teoria ou na sociedade, mas na metafísica; e na maneira metafísica de produção, por sua vez, produz não mercadorias, mas conceitos e categorias metafísicas, ao mesmo tempo em que reproduz interminavelmente as suas próprias condições de auto-reprodução metafísica. De modo que isso não é, afinal de contas, um local de feliz reunião, mas um lugar de dissociação total entre métodos e tradições incompatíveis, de um lado, os pesquisadores empíricos, através da investigação pela evidência, segundo Thompson, e, de outro lado, o grupo de praticantes teóricos; de um lado o materialismo histórico para o historiador inglês, de outro a prática teórica althusseriana. Não é uma questão de discordância sobre isto ou aquilo, mas de incompatibilidade total quanto à maneira pela qual o historiador e o teórico se situam ante o modo de produção do conhecimento para Thompson.

Thompson desenvolve no seu texto o argumento de que o marxismo teve dois desenvolvimentos, por um lado, o da economia política, como antiestrutura em *O capital* e o *Grundrisse*, e por outro lado, o materialismo histórico como apreensão total da história. Afirma que a economia política não tem termos para outras esferas da vida fora da área econômica e que Althusser baseia-se nela para montar seu planetário. Entretanto, Thompson busca para o materialismo histórico outra forma de ligação dos fenômenos que não a econômica. Sua resposta, a esta problemática, inicia-se com uma analogia ao darwinismo. Assim, como Darwin propôs e demonstrou um processo evolucionário que se desenvolveu por meio de uma transmutação hipotética das espécies (espécies que até então haviam sido consideradas como imutáveis e fixas) e ainda assim permaneceu inteiramente no escuro quanto aos meios genéticos autênticos dessa transmissão e transmutação, assim também, de modo equivalente, o materialismo histórico, como uma teoria ficou sem sua genética própria, conforme Thompson. Se fosse plausível propor uma correlação, e, em parte, demonstrá-la, entre um modo de produção e um processo histórico, como, e de que maneira, isso se faria, pergunta-se Thompson. É uma pergunta importante, para ele, pois, vislumbra três repostas possíveis. A primeira resposta seria, simplesmente, deixar de lado o problema, sem solução. E a teologia dirá que a evolução evidencia a manifestação peculiar da vontade divina, enquanto, na segunda, a prática teórica dirá que a história

manifesta o desenvolvimento das formas do capital. A terceira resposta deverá ser descoberta. E esta outra resposta vem a partir da leitura de Thompson do empirismo:

“O que descobrimos (em minha opinião) está num termo que falta ‘experiência humana’. É esse, exatamente, o termo que Althusser e seus seguidores desejam expulsar, sob injúrias, do clube do pensamento, com o nome de ‘empirismo’. Os homens e mulheres também retornam como sujeitos, dentro desse termo – não como sujeitos autônomos, ‘indivíduos livres’, mas como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida ‘tratam’ essa experiência em sua *consciência* e sua *cultura* (as suas outras expressões excluídas pela prática teórica) das mais complexas maneiras (sim, ‘relativamente autônomas’) e em seguida (muitas vezes, mas nem sempre, através das estruturas de classe resultantes) agem, por sua vez, sobre sua situação determinada”.⁷²

Volta-se assim ao termo que falta, experiência, e enfrenta-se prontamente, segundo Thompson, os verdadeiros silêncios de Marx. Não se trata apenas de um ponto de junção entre estrutura e processo, mas um ponto de disjunção entre tradições alternativas e incompatíveis. Para uma delas, na análise do historiador inglês, esses silêncios são espaços em branco ou ausência de rigor em Marx e devem ser costurados aproximando os conceitos, gerados conceitualmente pela matriz conceptual, assim, os sentidos empíricos são interrompidos, os órgãos morais e estéticos são abafados, a curiosidade é sedada, todas as evidências manifestas de vida ou de arte são maculadas como ideologia, o ego teórico cresce, e os reúne em torno da abstração.

Por mais elaborados que sejam os mecanismos internos, as torções e autonomias, a prática teórica constitui, para Thompson, o ponto extremo do reducionismo ao rejeitar a investigação empírica: a mente está para sempre, sem o empirismo thompsoniano, limitada aos limites da mente; não pode caminhar do lado de fora. E esse sistema de clausura, é o lugar onde todos os marxismos, concebidos como sistemas teóricos autosuficientes, autojustificativos, sem controles empíricos, devem terminar segundo Thompson.

⁷² Idem, p. 182. *PT*, p.164.

Thompson volta ao termo experiência, procurando nesse termo uma exploração aberta do mundo. Essa exploração faz exigências de igual rigor teórico, mas dentro do diálogo entre a conceitualização e a confrontação empírica. Essa exploração ainda pode situar-se na tradição marxista, no sentido que Thompson manifesta, tomando as hipóteses de Marx e alguns de seus conceitos centrais, e colocando-os em operação. Mas o fim dessa exploração não é achar um sistema conceitual finito, o marxismo. Não há, nem pode haver nunca, esse sistema finito a partir do empirismo de Thompson.

Por meio do conceito de experiência, que Thompson quer resgatar para a teoria da história marxista: “a estrutura é transmutada em processo, e o sujeito é reinserido na história”.⁷³ E pelo conceito de experiência, Thompson entende que ela reexamina todos os sistemas teóricos densos, complexos e elaborados pelos quais a vida familiar e social é estruturada e a consciência social encontra realização e expressão. Tudo o que, em sua totalidade, compreende a genética de todo o processo histórico, sistemas que se reúnem todos, num certo ponto, na experiência humana comum, que exerce ela própria sua pressão sobre o conjunto. Ao empirismo de Thompson agrega-se mais uma significação, mais política que as anteriores, recolocar um sujeito ativo na história, capaz de alterar as estruturas. O conceito de empirismo, na teoria de Thompson, resgata, contra a determinação conceitual do abstracionismo de Althusser, a indeterminação da história, o devir sempre aberto à mudança pela agência humana.

Podem-se perceber depois do exame do uso do conceito em Thompson dois usos principais do conceito. O primeiro tem um caráter mais epistemológico e está ligado a lógica histórica, ao discurso de prova do historiador. É um recurso à possibilidade de “testar” certas situações como meio de verificar as soluções possíveis que elas permitem. Thompson demonstra isso perfeitamente quando da possibilidade da evidência não ter em sua construção interferência ideológica.⁷⁴

⁷³ Idem, p. 188. *PT*, p. 170.

⁷⁴ Com certeza de todos os conceitos teóricos do livro o conceito de experiência foi o mais gerou debate. Mas a ressalva que quero fazer aqui é quanto há um possível flerte de Thompson com o positivismo. Tanto Gregor McLennan como Durval Muniz, apontam para essa dimensão positivista do conceito de experiência. Ver: McLENNAN, Gregor. E. P. Thompson and the discipline of historical context. In:

O segundo uso tem uma dimensão política. Pois mostra, contra o determinismo estrutural, a indeterminação histórica dos sujeitos. Contra o que Thompson considera o imobilismo da Guerra Fria, um período de estase histórica, a determinação da superestrutura pela base econômica, onde ele considera que Althusser monta seu planetário, ele propõe que cada nova experiência é trabalhada por um sistema conceitual e afetivo que habitam o mesmo espaço no ser. O sujeito não seria o reflexo da estrutura econômica, ao contrário, dela sofreria pressão, contudo, agiria de forma reflexiva sobre essa mesma estrutura que criou. A experiência cria o cenário de uma história possível.⁷⁵

2.2. Historicismo

Historicismo é o segundo conceito abordado por Thompson em seu texto. O conceito de historicismo apresenta-se como mais uma disputa, no mercado linguístico marxista, entre Thompson, Althusser e os althusserianos ingleses. O significado do conceito em “venda”, neste mercado linguístico, é a possibilidade de os eventos ou acontecimentos, poderem coligar-se e formarem um processo cognoscível pelo historiador através das evidências.⁷⁶

Novamente, duas interpretações da história estão em disputa, através da significação de um conceito. Para compreender o significado que o conceito de historicismo assume em Thompson, deve-se procurar no seu uso textual a rede

JOHNSON, Richard. *Making histories: studies in history-writing and politics*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1982. p. 104-106. Ver também: ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. Por uma leitura “safada” de E. P. Thompson. In: *História: A arte de inventar o passado. Ensaios de teoria da história*. Bauru, SP: Edusc, 2007. p. 237.

⁷⁵ Thompson após todas as críticas e do debate surgido em torno do seu conceito de experiência resolve ampliá-lo: “Quizás podríamos llamarlas experiencia I – la experiencia vivida – y experiencia II – la experiencia percibida (...) Lo que vemos – y estudiamos – em nuestra labor son acontecimientos repetidos dentro del “ser social” – acontecimientos, de hecho, que a menudo son consecuencia de causas espaldas de la conciencia o dela intención – que inevitablemente dan y deben dar origen a la experiencia vivida, la experiencia I, que no penetran instantáneamente como “reflejos” em la experiencia II, pero cuya presión sobre la totalidad del campo da la conciencia no puede ser desviado, aplazado, falsificado o suprimido indefinidamente por la ideología”. THOMPSON, E. P. *La política de la teoría*. In: SAMUEL, Raphael (Ed.). *Historia popular y teoría socialista*. Barcelona: Crítica; Grijalho, 1984. p. 314.

⁷⁶ ALTHUSSER, Louis. O marxismo não é um historicismo. In: *Ler O Capital*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979. v12.

gramatical que o compõe sem restituí-lo a uma origem ou a um lugar do puro historicismo. Por um lado, deve-se analisar o texto a partir das relações sociais que o fazem emergir e que já estão configuradas no texto. Por outro lado, entender o historicismo em Thompson a partir dos usos da rede gramatical do texto, no qual faz emergir as relações sociais, que produz o controle das palavras que emergem no texto, mas que transgridem o código da escrita da história, que escorregam de lugar para lugar, recusando qualquer nome definido estável. Desta forma, a escrita da história, um empreendimento de denominação, visa a restabelecer o significado de toda a linguagem, manter uma relação estável e de continuidade entre o falante ausente e um contexto sociolinguístico. As inúmeras possibilidades de sintaxes do passado obrigam a repetir indefinidamente a operação denominadora.

O historicismo de Thompson é contraposto ao de Althusser e ao de Popper. Ao contrário de Althusser, pois Thompson acredita que se é capaz de testar o processo pelo modo empírico de argumentação, algo que Althusser não concorda. Ao contrário de Popper, pois, esse acredita que quando a história é pensada como processo não há comprovação empírica possível e sim um uso de um ponto de vista para justificar a coligação dos fatos. Para Thompson é interessante notar que “tanto o empirismo como o estruturalismo althusseriano cheguem a um idêntico repúdio do ‘historicismo’”.⁷⁷

A gramática do conceito de historicismo, para Thompson, inicia-se quando se examina não um fato ou conceito, mas aqueles eventos que os historiadores avaliam como fundamentais para sua disciplina: “o ‘processo’ histórico, a inter-relação de fenômenos díspares (como economias e ideologias), a causação”.⁷⁸ Portanto, na rede conceitual do historicismo, em Thompson, a relação entre o pensamento e seu objeto torna-se complexa e mediata, e o saber histórico resultante institui relações entre fenômenos que nunca poderiam ser vistos, sentidos ou experimentados pelos atores, dessa forma, naquele período se organiza as verificações de acordo com conceitos e dentro de categorias que eram ignoradas pelos atores sociais cujos atos constituem o objeto de estudo. Conforme Thompson, todas essas dificuldades são tão imensas que

⁷⁷ THOMPSON, E. P. op. cit. p., p. 28. *PT*, p.19.

⁷⁸ Idem, p. 28. *PT*, p.19.

se torna evidente que a história real e o conhecimento histórico são coisas totalmente distintas. Historicismo como processo é o primeiro uso do conceito.

Para ele, ante a complexidade desta questão certo tipo de pensamento racional recua. É interessante que, na fase inicial deste recuo, Popper e Althusser retrocedam quanto ao historicismo. Para Thompson, isso não é inédito, porque continuamente houve censuras radicais às credenciais epistemológicas da história. Ele acredita que talvez a própria historiografia tenha instigado essa retaliação contra si mesma. Os séculos XIX e XX, segundo o historiador inglês, criaram assombrosos historicismos, (noções evolucionário, teleológicas e essencialistas) ele nem almeja denegar que esse mesmo historicismo penetrou em certa parte da tradição marxista, com a noção de uma sucessão de fases históricas impulsionadas pela luta de classe. Contudo a recriminação ao materialismo histórico, para Thompson, supunha com excessiva constância a sua responsabilidade, sem uma averiguação meticulosa da sua prática, ou, se os exemplos de sua culpa eram identificados, supunha-se então que anulavam todo o exercício, e não somente punha em questão o praticante. E, se críticos foram geralmente culpados dessa incomoda elisão, ninguém foi mais que Althusser, conforme Thompson, ao dizer que o materialismo histórico era um historicismo. Do começo ao fim, como percebe Thompson, a prática do historiador é presumida por ele, mas não analisada. Pode-se então concluir que o historicismo de Thompson não guarda semelhança com os historicismo teleológicos que pressupunham um entendimento da história *a priori*. Seu uso do conceito de historicismo, por enquanto, tem como significação entender que fatos separados podem coligir-se na explicação historiográfica e que é inválido pensar o entendimento da história como algo determinado por categorias *a priori*.

Mesmo que os historiadores possam adotar a decisão de escolher certas evidências, e escrever uma história de aspectos isolados do todo, o objeto real continua unitário, porque:

“O passado humano não é um agregado de histórias separadas, mas uma soma unitária do comportamento humano, cada qual se relaciona com outros de determinadas maneiras, tal como os atores individuais se relacionavam de certas maneiras (pelo mercado, pelas relações de poder e subordinação etc.). Na

medida em que essas ações e relações deram origem a modificações, que se tornam objeto de investigação racional, podemos definir essa soma como um *processo* histórico, isto é, *práticas* ordenadas de maneiras racionais”.⁷⁹

O passado, então, é unitário, e o historiador pode escrever histórias de aspectos isolados. O passado, como totalidade das ações humanas integradas, é um novo elemento do conceito de historicismo. Creio que para Thompson, por ele considerar possível, a partir de evidências, testar e comprovar estruturas sociais e econômicas do passado, que realmente o historiador pode explicar a história de um modo holista, pois, “Na medida em que uma noção é endossada pelas evidências, temos então todo o direito de dizer que ela *existe* ‘lá fora’, *na* história real”.⁸⁰ Aqui o empirismo e o historicismo de Thompson juntam-se.

O modo empírico confirma o processo e a história unitária e o processo e a totalidade da história dão sentido para a confirmação empírica das evidências observadas ao longo do tempo.

Algumas proposições do materialismo histórico, conforme Thompson, que implicam sobre as relações de produção e suas determinações, sobre modos e exploração, luta de classes, ideologia, ou sobre formações capitalistas sociais e econômicas, são (num polo de seu diálogo) derivadas da observação do suceder histórico no tempo. Para o historiador inglês, não se trata da observação de fatos separados em série, mas de conjuntos de fatos com suas regularidades próprias, da repetição de certos tipos de acontecimentos, da congruência de certos tipos de comportamento em diferentes contextos, em suma, das evidências de formações sociais sistemáticas e de uma lógica comum do processo.

A lógica comum do processo é outro elemento do historicismo thompsoniano. O processo, além de unitário, tem uma lógica comum. Por lógica comum pode-se entender que os acontecimentos estão dentro de um padrão já conhecido da historiografia. Thompson, neste ponto, não estaria voltando ao historicismo que

⁷⁹ Idem, p. 50-51. *PT*, p.40.

⁸⁰ Idem, p. 54. *PT*, p. 43.

condena? Entende a história como estando pré-determinada por categorias que o materialismo histórico oferece? Voltarei a essa questão mais a frente.

Para ele, essas teorias, na medida em que surgem não por si mesmas, mas, no outro polo do diálogo, por conceitualização, não podem ser testadas, como frequentemente se supõe, impondo-se uma suspensão ao processo, congelando a história, e tomando uma seção geológica estática, que mostrará o capitalismo ou as divisões de classe em qualquer período dado do tempo, como uma estrutura ordenada. Ao pesquisar a história não se está, para Thompson, passando em revista uma série de instantâneos, cada qual mostrando um momento do tempo social transfixado numa singular e perene pose:

“Pois cada um desses instantâneos não é apenas um momento do ser, mas também um momento do vir-a-ser: e mesmo dentro de cada seção aparentemente estática, encontrar-se-ão contradições e ligações, elementos subordinados e dominantes, energias decrescentes ou ascendentes. Qualquer momento histórico é ao mesmo tempo resultado de processos anteriores e um índice da direção de seu fluxo futuro”.⁸¹

Assim, a história só é conhecível quando a sua unidade não é descontinuada por camadas estanques. A unidade do processo deve ser compreendida, não com cortes que dariam origem a histórias separadas, mas com um único olhar que compreenderia as ligações entre o ser e o vir-a-ser. Desta forma, outro elemento do historicismo de Thompson é o conceito de totalidade que deriva desse modo de apreensão da história. A história é um apropriado laboratório, conforme o historiador inglês, no qual o processo, o ato de acontecer, está presente em cada momento da evidência, testando cada hipótese através de uma consequência, proporcionando resultados para cada experiência humana já realizada. Entretanto, se a lógica do processo pode ser falível, a multiplicidade mesma dos experimentos e sua congruência mútua limitam os perigos de erro, acredita Thompson. As evidências quanto a qualquer episódio particular podem ser imperfeitas. Para ele, haverá muitas lacunas se se examina os resultados na forma de fatos isolados em séries, mas sobrevivem

⁸¹ Idem, p. 58. *PT*, p. 47.

evidências suficientes para revelar a lógica do processo, sua congruência, às formações sociais características, e como ABC de fato da origem a D.

Contudo, a história não é governada por regras e não conhece causas suficientes, se os historiadores pensarem de outro modo, estarão caindo no erro *post hoc ergo propter hoc*, segundo Thompson, isto é, eles “observarão no laboratório dos acontecimentos as evidências de determinação, não vistas como lei governada pela regra, mas no sentido de ‘fixação de limites’ e ‘exercício de pressões’”.⁸² Portanto, a explicação histórica não pode tratar de absolutos e não pode apresentar causas suficientes. A explicação histórica, para Thompson:

“Não revela como a história *deveria* ter se processado, mas por que se processou dessa maneira, e não de outra; que o processo não é arbitrário, mas tem sua própria regularidade e racionalidade; que certos tipos de acontecimentos (políticos, econômicos, culturais) relacionaram-se, não de qualquer maneira que nos fosse agradável, mas de maneiras particulares e dentro determinados campos de possibilidades; que certas formações sociais não obedecem a uma ‘lei’, nem são os ‘efeitos’ de um teorema estrutural estático, mas se caracterizam por determinadas relações e por uma lógica particular de processo”.⁸³

A eficácia da experiência será diferentemente expressa em diferentes atividades e instituições, e se pode, por um ato de isolamento analítico, escrever histórias distintas dessas atividades e instituições. Mas parte do que é expresso será a mesma experiência unitária ou pressão determinante, ocorrendo no mesmo tempo histórico, e movimentando-se no mesmo ritmo. De modo que todas essas histórias distintas devem ser reunidas no mesmo tempo histórico real, o tempo em que o processo se realiza. Esse processo integral é o objetivo final do conhecimento histórico, e é isto o que, para Thompson, Althusser se propõe a desintegrar.

Nem uma pessoa, nem uma sociedade, podem ser vistas como uma soma de determinações que se cruzam, mas só podem ser conhecidas através da observação no tempo. Conforme Thompson, as sociedades podem ser vistas como jogos muito complexos, oferecendo por vezes indícios muito materiais de seu caráter, às vezes são

⁸² Idem, p. 61. *PT*, p. 49-50.

⁸³ Idem, p. 61. *PT*, p. 50.

governadas por regras visíveis, e outras, governadas por regras invisíveis, tão profundamente conhecidas pelos jogadores que nunca são mencionadas, e devem ser inferidas pelo observador.

O materialismo histórico de Thompson, agregado a seu conceito de historicismo, propõe-se a estudar o processo social em sua totalidade, isto é, propõe-se a fazê-lo quando este nasce não como mais uma historiografia setorial, mas como uma história total da sociedade, na qual todas as outras histórias setoriais estão coligadas. Entretanto, as credenciais do materialismo histórico estiveram nas últimas décadas sob um impetuoso ataque, e, isto proveio, segundo Thompson, primeiro de posições dentro das disciplinas acadêmicas ortodoxas burguesas (epistemologia, sociologia etc.), segundo, de bolsões dentro da própria visão da história (empirismo genuíno, positivismo quantitativo etc.) e, por último, de um estruturalismo “marxista”. E o que distingue todos esses ataques são a semelhança de suas formas, seus modos de argumentação e suas conclusões. Por um lado, tudo começa pelo questionamento da cognoscibilidade do processo e, por outro, termina fazendo pender os vocabulários do conhecimento, muito acentuadamente, no sentido de procedimentos antes sincrônicos que diacrônicos. O diacrônico, no entender de Thompson,

“É posto de lado como uma mera ‘narrativa’ não estruturada, um fluxo ininteligível de uma coisa oriunda da outra. Somente a estase da análise estrutural pode trazer conhecimento. O fluxo dos acontecimentos (‘tempo historicista’) é uma fábula empirista. A lógica do processo é recusada”⁸⁴.

Assim temos outro elemento que se adiciona a rede gramatical do historicismo: diacronia, a análise do objeto através do tempo. Thompson não recusa a sincronia, entretanto, aborda com mais detalhe a diacronia, pois esta, a partir da teoria estruturalista, foi posta de lado. Desta forma, não deixa de ser mais uma divergência com Althusser e seu sectários ingleses. A disposição do objeto no tempo, eis outra característica do historicismo thompsoniano. Na diacronia, a história como processo, como acontecer incompleto e indefinido, as categorias são definidas em contextos próprios e sofrem continuamente uma redefinição histórica cuja estrutura não é fornecida, mas protéica, trocando constantemente de configuração e articulação.

⁸⁴ Idem, p. 83. *PT*, p. 71.

Sobre a questão pendente de o historicismo de Thompson ser teleológico, ele pondera que:

“Quando dizemos não ser a história apenas processo, mas processo com regularidades e formas inteligíveis, a mente tem dificuldade em resistir à conclusão de que a história deve, portanto, ser *programada* de alguma maneira (seja programação divina ou ‘natural’); e repetidas vezes observamos a atribuição de sequências e metas extra-históricas ou teleológicas – metas em *direção* às quais o processo é visto como se movimentando: ‘resultado de uma mente’, ‘produto de um poder’, a realização de uma *potentia* imanente dentro da essência ou na origem do processo, que se manifesta no ‘desenvolvimento das formas’ ”.⁸⁵

Partindo desta evidência, a questão sobre se o historicismo de Thompson é ou não teleológico, parece-me que, *prima facie*, tem-se que responder que não. Pois, do ponto de vista teórico, por mais que ele fale de regularidades e pressões determinantes, quando ele propõe o diálogo entre evidência e conceitos, abre-se o espaço para confirmação ou não de uma hipótese. E, como observa Reinhart Koselleck (1923-2006), toda assertiva histórica tem conceitos meta-históricos que são condições de histórias possíveis. Por mais que Thompson, como marxista, trabalhe com conceitos caros ao marxismo, tais como, modo de produção, relações produtivas e que dependendo de como forem usados podem construir uma história teleológica, por ele propor uma relação de diálogo entre evidência e conceitos, o seu historicismo, a princípio, não pode ser caracterizado como teleológico.

Entretanto, o modo empírico de proceder e a lógica histórica não são o suficiente para caracterizar um historicismo como teleológico ou não, pois, se assumir-se com Willard Van Orman Quine (1908-2000), que não há diferença entre verdades analíticas e sintéticas e que todo enunciado significativo não é equivalente a algum construto lógico sobre termos que se referem à experiência imediata, a experiência não tem a última palavra, para confirmar ou desconfirmar uma assertiva histórica. Assim, quando defini, mais acima, dois usos principais do empirismo em Thompson; o primeiro uso não defini, em meu entendimento, por si, a validade ou não da assertiva histórica, caso contrário estar-se-ia voltando a uma perspectiva positivista do conhecimento. O segundo uso, com um teor mais pragmático pode confirmar ou não

⁸⁵ Idem, p. 102. *PT*, p. 88.

uma assertiva histórica, pois, seria desse segundo uso que viria o caráter construtivista da teoria de Thompson.⁸⁶

Assim como o empirismo, o historicismo de Thompson enquadra-se em dois usos principais. O primeiro tem um caráter epistemológico, visa ao conhecimento da história através da observação da evidência no tempo. A história é cognoscível através do processo observado pelo modo empírico de investigação que estabelece uma lógica comum dos fatos. Haveria conceitos que seriam testados e, se confirmados, coligariam os fatos e autorizariam à historiografia a possibilidade de dizer que as coisas existem *out there*. O segundo uso tem um caráter pragmático. Quando, através do historicismo, abre-se a possibilidade de transformações no ser a partir do vir-a-ser. Isto é, ao contrário do que aborda no livro quando analisa a inércia do período da Guerra Fria, ele propõe um historicismo que mesmo que tenha determinações, tem a possibilidade da mudança via diacronia. No tempo que transforma o ser a partir da experiência que é refletida na consciência dos homens e mulheres podendo transformar a vida que levam, por que o processo é entendido, em Thompson, como disputa das forças sociais em jogo.

2.3. Humanismo e Moralismo

Humanismo e moralismo são os conceitos finais a serem inquiridos neste capítulo. Da mesma forma que os demais, estes conceitos, enquadram-se na disputa pela produção e reprodução correta de significado no mercado linguístico marxista. Contra a história sem sujeito e sem apreciação axiológica de Althusser, Thompson quer se contrapor a ele na produção do significado destes conceitos, pois, estes são parte

⁸⁶ KOSELLECK, Reinhart. “Espaço de experiência” e “horizonte de expectativa”: duas categorias históricas. IN: *Futuro passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006. QUINE, Willard Van Orman. Dois dogmas do empirismo. IN: *Os pensadores*. São Paulo: Abril cultural, 1985.

importante da arquitetura teórica do pensamento epistemológico e político de Thompson.⁸⁷

Para Thompson, no pensamento histórico de Althusser revela-se que os homens e mulheres jamais fizeram sua própria história, sendo *träger*⁸⁸ ou vetores de determinações estruturais. Para ele, no pensamento estruturalista e de Althusser:

“Sistemas e subsistemas, elementos e estruturas, são arrastados para cima e para baixo das páginas, como se fossem pessoas (...) Nesse sistema não há homens bons ou maus; ou melhor, todos os homens são dotados de vontade igualmente neutra, suas vontades estando submetidas à vontade inexorável do processo social”.⁸⁹

Há no entendimento de Thompson que Althusser retira dos sujeitos, homens e mulheres à possibilidade de fazer história. Aqui, o historicismo e o humanismo de Thompson juntam-se. O historicismo abre, em Thompson, a possibilidade de a história estar sempre em aberto e, assim, encaixando-se no humanismo, que em Thompson significa homens e mulheres como os sujeitos da narrativa histórica, ao contrário do que ele condena em Althusser, sistemas e sub-sistemas. Homens e mulheres como sujeitos da escrita historiadora, primeira característica do humanismo de Thompson, contra o entendimento de Althusser de que as estruturas sociais seriam os agentes da história e os homens seus efeitos.⁹⁰

Nesse momento, segundo Thompson, em que o althusserianismo produziu uma caricatura do marxismo, que ofereceu para Thompson, numa terminologia muito diferente, mas com um vocabulário igualmente abstrato, uma idêntica reificação do processo, na qual uma superestrutura era reduzida a confirmar ou legitimar uma base. A reificação do processo ou a alienação dos sujeitos na história foi contra isso que

⁸⁷ Sobre humanismo e moralismo em Althusser ver, os capítulos finais em *A favor de Marx*, “Marxismo e humanismo” e “Nota complementar sobre o ‘humanismo real’”. Também em *Posições-1*, dois capítulos: “Observação sobre uma categoria: ‘Processo sem Sujeito nem Fim(s)’” e ‘Marx e o humanismo teórico’.

⁸⁸ Tradução: portador, carregador e suporte.

⁸⁹ THOMPSON. E. P. op. cit., p. 88. *PT*, p. 75-76.

⁹⁰ Iggers compreende que apesar do avanço do anti-humanismo, que ainda havia espaço dentro do marxismo para o humanismo: “The rediscovery of Marxist Humanism in the 1920s and 1930s and its role in the discussions in the 1960s played an important role in the turn away from Marxist orthodoxy, the abandonment by Western Marxists of the orthodox philosophy of history, and the emphasis instead on a critique of civilization in a capitalist society. Cultural Marxism played an important role in the critique of the positivistic scientism not only of traditional Marxism but also of the empirical social sciences”. IGGERS, Georg. *Historiography in the twentieth century*. In: *History and theory*. Wesleyan University, N. 44, October, 2005. p. 474.

Thompson escreveu e era isso que percebia na época em que escrevia este texto, a estase da Guerra Fria. Ele quer apontar reificação do processo histórico em Althusser, implícita nas premissas e estendendo-se ao vocabulário de análise, mostrando a história como um processo sem sujeito, colaborando para expulsar da história a ação humana, apresentando a consciência e as práticas humanas como coisas automotivadas. O conceito explícito da história como um processo sem sujeito é, para Thompson, uma descoberta de Althusser.

O conceito de humanismo de Althusser deixou-o, precisamente, com o conceito imanente da história como processo sem sujeito. Thompson escreveu contra o vocabulário estruturalista, que subsidia a metáfora inexorável e mecânica de infraestrutura e superestrutura. Pois, se um modo de produção pretende implicar uma forma regular e racional de desenvolvimento sequencial, e uma relação estrutural complexa, independente da racionalidade e agência dos atores humanos que efetivamente produzem e se relacionam, então, conforme Thompson, dentro em pouco serão feitas perguntas como: de quem é a vontade divina que programou essa estrutura automática, onde está o poder inconsciente ulterior?

Para Thompson, não só a estrutura só pode ser inquirida na observação do processo no tempo, como, além disso, cada momento, cada agora não necessitaria ser avaliado com um momento congelado do cruzamento de determinações múltiplas dependentes e predominantes, mas como uma ocasião do vir-a-ser, de probabilidades alternativas, de forças ascendentes e descendentes, de oposições e exercícios opostos, de sinais bilíngues. Em que o vir-a-ser representa a probabilidade da história continuamente aberta, em que os sujeitos dela são homens e mulheres. Entre essas duas noções, dos homens como suportes de estrutura ou como protagonistas da sua história, há no entendimento de Thompson, um abismo intransponível, que se situa entre a necessidade e os sempre malogrados e sempre ressurgentes agentes humanos de William Morris. De um lado, a história como processo sem sujeito; de outro, a história como prática humana não reprimida. Na leitura de Thompson, Althusser entende a história como um processo sem sujeito programado dentro de uma estrutura, um planetário girado por uma mão oculta.

Assim, Thompson pergunta-se se a analogia da luta de classes como motor da história é uma boa analogia. Para ele não especialmente. Há razões claras, conforme o historiador inglês, pelas quais as analogias derivadas de mecanismos ou processos naturais nunca podem ser adequadas ao processo humano, que inclui propriedades não encontradas em nenhuma das duas, pois, afinal, arrancam-nos uma negação: uma negação da agência humana, da criatividade, uma negação até de nós mesmos. Por isso que a analogia nunca agradou Thompson, é que ela supõe duas entidades distintas: história, que é inerte, uma intrincada composição de peças; e o motor que é colocado nela, e movimenta essas peças, ou coloca em movimento. Os escolásticos medievais, para Thompson, teriam usado uma analogia diferente: a luta de classes teria sido o sopro vital, ou alma, que animava o corpo inerte da história. A história é seu próprio motor. Deveria, segundo Thompson, também estar claro, agora, que essas proposições pertencem não à razão ou à ciência, mas à ideologia. Que os homens e as mulheres não são agentes em sua própria história, mas *tragër* – suporte de estruturas, vetores do processo – deve-se seguir-se do conceito de um processo sem sujeito. Supor outra coisa é perpetrar o defeito do humanismo. Outro elemento do humanismo de Thompson é o reconhecimento da historicidade do homem. Não haveria como encontrar, numa analogia com a natureza ou com a mecânica uma fórmula para compreender o homem na história, só a análise que historiciza pode saber por que os homens agem de tal forma em um determinado tempo e espaço.

Para Thompson, aquela interpretação do humanismo dominou por algum tempo a historiografia marxista e também, alguns partidos comunistas, em especial o francês: “De fato, o humanismo (o ‘Homem’) é um viciadíssimo conceito ideológico burguês, do qual o próprio Marx foi vítima em seus primeiros manuscritos”.⁹¹

No entendimento de Thompson da teoria de Althusser, ele percebe que para o filósofo francês o humanismo socialista é o velho inimigo; é a dupla constituída pela boa vontade abstrata (moralismo) e o homem (humanismo) em associação com o comunismo real. Tem-se empirismo sem empiristas, o historicismo sem qualquer atenção aos historiadores, e temos agora o humanismo e o moralismo sem qualquer rosto.

⁹¹ THOMPSON, E. P. op. cit., p. 123. *PT*, p. 138.

Em 1956 foi, por fim, oficialmente revelado que o stalinismo vinha a décadas esmagando homens como moscas, e, Thompson pergunta-se: “*E aonde estava Althusser em 1956?*”.⁹² Mas, no outro lado de sua face, o principal inimigo foi o humanismo socialista. O humanismo socialista era, ao historiador inglês, a voz de uma oposição comunista, de uma crítica total a prática e a teoria stalinista. Para Thompson a recusa do humanismo foi um truque antigo que identifica toda a oposição como sendo por definição, objetivamente, a voz do imperialismo reacionário, porque a crítica seria burguesa, como caracterização da compleição social da oposição comunista em 1956. Portanto, para Thompson, o althusserianismo bloqueia todas as saídas de seu sistema definindo antecipadamente qualquer saída possível como burguesa. É esse, o humanismo, portanto, o protagonista com quem Althusser se engalfinha.

A expulsão, para Thompson, do humanismo e do moralismo por Althusser, em *A favor de Marx*, foi um tanto brutal. O humanismo para Althusser é o argumento que introduz os homens como agentes ou sujeitos em sua própria história por uma redução disfarçada, que trata as relações como simples relações humanas, até mesmo Marx é condenado por recair, de tempos em tempos, numa antropologia latente, contida nos pressupostos ocultos da economia política.

Para Thompson, o conceito de humanismo de Althusser tem sua raiz nessa dissociação da produção e da consciência. Na tradição marxista, historiadores e antropólogos, que insistiram para que ideias, normas e regras fossem recolocadas no modo de produção, sem o que este não poderia sobreviver nem mesmo por um dia. Mas essa separação arbitrária de um modo de produção de tudo o que realmente ocorre na história acaba não nos dizendo nada e desculpando tudo. Como se pudessem matar homens em nome de um modo de produção. Outro elemento do humanismo de Thompson é o reconhecimento da totalidade do homem como ser formado de consciência, corpo e volição.

E, naquele mundo exterior, para Thompson, além da base segura do modo de produção, muitas das mais caras preocupações humanas estão localizadas. Além do

⁹² Idem, p. 132. *PT*, p. 148.

mais, isso suscita todo o problema da eficácia da agência humana, de homens e mulheres como sujeitos de sua própria história. Dentro dos circuitos seguros de um modo de produção, é bastante fácil para Althusser ver os homens como *tragër*. Mas no mundo fora daquela porta, talvez se pudesse mostrar que a agência teve um âmbito maior para exercer seus efeitos. Na verdade, essa agência não estará livre de pressões ulteriores determinadas, nem escapará aos limites determinados.

Assim, a partir da percepção do homem como totalidade, Thompson introduz um novo conceito à rede gramatical do humanismo: cultura. Esse conceito será uma forma, não só de se contrapor ao marxismo economicista, mas, também, uma forma de escapar da divisão entre mente e corpo ou consciência e modo de produção. Ele insere o termo cultura que, em sua origem antropológica, seria deplorado por Althusser, e que em sua definição e desenvolvimento subsequente dentro do conhecimento histórico não estava, conforme Thompson, à disposição de Marx. É um termo em cuja defesa ele está totalmente comprometido e, se os marxólogos insistirem na necessidade disso, ele estaria até mesmo contra Marx. Com o termo cultura Thompson acredita ter encontrado:

“Uma outra coisa, de significação ainda maior para todo o projeto do socialismo. Introduzi, algumas páginas atrás, outro termo médio necessário ‘cultura’. E verificamos que, com experiência e ‘cultura’, estamos num ponto de junção de outro tipo. Pois as pessoas não experimentam sua própria experiência apenas como ideias, no âmbito do pensamento e de seus procedimentos, ou (como supõe alguns praticantes teóricos) como instinto proletário etc. Elas também experimentam sua experiência como sentimento e lidam com esses sentimentos na cultura, como normas, obrigações familiares e de parentesco, e reciprocidades, como valores ou (através de formas mais elaboradas) na arte ou nas convicções religiosas. Essa metade da cultura (e é uma metade completa) pode ser descrita como consciência afetiva e moral”.⁹³

Com o termo cultura, humanismo e moralismo se entrelaçam, e isso tanto de um ponto de vista político como epistemológico. Isso significa não propor que a moral seja uma região autônoma, como em Althusser. Pelo contrário, para Thompson, significa dizer que toda contradição é um conflito de valor, tanto quanto um conflito

⁹³ Idem, p. 189. *PT*, p. 171.

de interesse; que em cada necessidade há um afeto, ou vontade, a caminho de se transformar num dever; que toda a luta de classes é ao mesmo tempo uma luta acerca de valores; e que o projeto do socialismo, conforme Thompson, não está garantido por nada e pode encontrar suas próprias garantias somente pela razão e por meio de uma ampla escolha de valores.

O moralismo, último conceito aqui examinado deu, segundo Thompson, ao movimento socialista os nervos utópicos da aspiração, os músculos da solidariedade e, ocasionalmente, a coragem do auto-sacrifício revolucionário. Em 1956, essa polêmica assumiu as proporções de uma repulsa em massa dentro do movimento comunista internacional, contra as práticas stalinistas e sua apologética; seus porta-vozes mais destacados foram, com frequência, poetas e romancista. Longe de apresentar uma crítica do stalinismo, Althusser empenhou-se numa ação policial ideológica contra essa crítica, tentando desautorizar os termos mais importantes em que ela foi feita, segundo Thompson. Por outro lado, a moral é simplesmente equacionada à moral burguesa, à ideologia. O humanismo e o moralismo dando um tratamento imaginário aos problemas reais.

O partido, guiado pela ciência marxista, é quem estaria mais bem capacitado a decidir quais são esses melhores interesses: e como o que está em jogo são interesses, que podem ser determinados com a precisão da ciência, não há, no caso, nenhuma escolha de valores. O que há nessas construções, para Thompson, é que elas constituem recursos desesperados, empregados por um racionalismo ingênuo, numa tentativa de fabricar uma nova explicação racionalista para um comportamento não-racional, isto é, uma consciência afetiva e moral deve ser deslocada, como ideologia, e não como uma experiência vivida, manejada de maneiras características. Thompson compreende que os valores não são uma região autônoma, mas:

“São vividos, e surgem dentro do mesmo vínculo com a vida material e as relações materiais em que surgem as nossas ideias. São as normas, regras, expectativas etc. necessárias e aprendidas (e ‘aprendidas’ no sentimento) no *‘habitus’* de viver; e aprendidas, em

primeiro lugar, na família, no trabalho e na comunidade imediata”.⁹⁴

Ele não está dizendo que os valores são independentes da coloração da ideologia. Os valores, tanto quanto as necessidades materiais, serão sempre um solo de contradição, de luta entre valores e visão de mundo alternativos. Não precisa, segundo Thompson, render-se ao relativismo moral e cultural. Nem se precisa supor alguma barreira intransponível entre valor e razão. Homens e mulheres discutem sobre valores, escolhem entre valores, e em sua escolha alegam evidências racionais e interrogam seus próprios valores por meios racionais. Isso equivale a dizer que essas pessoas são tão determinadas em seus valores quanto o são em suas ideias e ações, são tão sujeitos de sua própria consciência afetiva e moral quanto de sua história geral. Conflitos de valor, e escolhas de valor, ocorrem sempre. Quando uma pessoa, segundo o historiador inglês, se junta ou atravessa um piquete grevista, está fazendo uma escolha de valores, mesmo que os termos da escolha e parte daquilo que a pessoa escolhe sejam social e culturalmente determinados. O mais velho erro do racionalismo, conforme Thompson, foi supor que definindo o não-irracional como não fazendo parte do seu vocabulário havia, de alguma forma, conseguido eliminá-lo da vida.

Um exame materialista da moral deve situar-se, para Thompson, não segundo proposições idealistas, mas em face da permanência material da cultura: o modo de vida, e acima de tudo, as relações produtivas e familiares das pessoas. Não há, nem pode nunca haver, uma moral natural, nem fins naturais. Certamente o materialismo histórico e cultural, jamais as encontrou segundo Thompson. Os fins são escolhidos pela nossa cultura, que nos proporciona, ao mesmo tempo, nosso próprio meio de escolher e de influir nessa escolha. Pensar de outra maneira seria supor, para o historiador inglês, que nossas necessidades estão ali, em algum ponto fora de nós mesmos e da nossa cultura, e que se a ideologia fosse embora, a razão as identificaria imediatamente. O marxismo também se propôs, com frequência, no entendimento de Thompson, a abstrair dos sentimentos do homem as suas esperanças, e fixá-las no elemento mais puro da ciência. O stalinismo foi o império, e a prática teórica é o vocabulário, do qual foram expulsos, em mácula, o moralismo, o humanismo e a

⁹⁴ Idem, p. 194. *PT*, p.175.

agência humana. Para Thompson, consciência e moral estão intrinsecamente ligadas, pois, sem esse vínculo:

“As razões da Razão, desembaraçadas da consciência moral, se tornam, sem demora, as razões do interesse, e em seguida as razões de Estado, e daí, numa progressão incontestada, as racionalizações do oportunismo, da brutalidade e do crime”⁹⁵.

Humanismo e moralismo assumem, no texto de Thompson, o significado de recolocar homens e mulheres de volta ao centro do palco da narrativa histórica e os valores como um tema central da vida política e epistemológica. O humanismo em Thompson está muito perto das considerações dos pensadores moderno sobre o sujeito, isto é, apoia-se no eu autônomo, autoconsciente e racional. O moralismo entende-se aqui, como efeito de distanciamento e como ponto arquimédico para a crítica social. O moralismo tem, também, um alcance epistemológico em geral.

Como os demais, os dois conceitos tem dois usos em geral. O primeiro, de caráter epistemológico, traz para o sujeito do conhecimento a impossibilidade do objetivismo, tendo como consequência no conhecimento a subjetividade do eu. Isto entra em oposição com o marxismo de Althusser e seus sectários ingleses, que buscam através do corte epistemológico separar a ciência da ideologia. Com a inclusão da subjetividade, moral e afetiva, no próprio processo de conhecimento, a epistemologia da história de Thompson torna-se historicizada pela problemática que envolve o sujeito que conhece, contrapondo-se dessa maneira ao cientificismo do positivismo e do corte epistemológico de Althusser. A epistemologia da história em Thompson vive uma relação tensa entre a crítica das ideologias, via lógica da história, e a historização de um eu epistemológico, afetivo e moral, que conhece a partir da sua condição histórica.

O segundo uso das palavras tem um caráter pragmático. No mercado linguístico do marxismo da época, o humanismo e o moralismo, em Thompson, divergem da orientação oficial do marxismo de que os partidos comunistas seriam a vanguarda que conduziria a massa proletária, aqueles, munidos do arsenal científico disponibilizado por Marx, conheceriam as verdadeiras necessidades dos trabalhadores. Toda moral

⁹⁵ Idem, p. 199. *PT*, p. 180.

poderia ser equacionado em uma moral de classe. Toda escolha de valores seria atencipada pela ciência. Contra um processo histórico sem sujeitos humanos como centro da narrativa, Thompson resgata um significado de humanismo em que tome o homem como a medida das coisas. Pode-se entender, então, o humanismo em Thompson, como a tendência que leva em consideração as possibilidades, as limitações dos homens, e que, com base nisso, redimensione os problemas históricos. A partir desse conceito de humanismo, o moralismo seria, não a única, mas, umas das chaves de leitura da realidade. Todo o juízo sobre um acontecimento teria, também, por base, uma escolha moral. Na demanda diária de justificativa para as assertivas que se é exposto na vida social, o humanismo em Thompson recolocaria o homem como problema central e, o moralismo como uma dimensão vital das escolhas humanas. O humanismo e o moralismo em Thompson, portanto, podem dar sentido a um sujeito histórico capaz de interferir no processo histórico, pois, não é mais um suporte de estruturas, mas o centro da história que diariamente está a escolher.⁹⁶

Contudo, o exame desses conceitos não ficaria completo sem saber o que liga eles no livro. O que no texto de Thompson permite eles terem uma gramática em comum. Como bem notou Certeau, toda a interpretação histórica depende de um sistema de referência, que este sistema permanece uma filosofia implícita particular, que se infiltrando no trabalho de análise, organizando-o à sua revelia, remete a subjetividade do autor.⁹⁷

Assim, o que une a formação destes conceitos é a historicidade de qual emergem. Portanto, a ligação do que contribui para formação destes conceitos deve

⁹⁶ Quem bem analisa a problemática moral em Thompson é Axel Honneth: “Sem dúvida, foi o historiador inglês E. P. Thompson que deu o primeiro impulso para a reorientação dessa espécie, através da qual os pressupostos utilitaristas da tradição anterior puderam ser substituídos por premissas normativas; com seus estudos sobre representações morais cotidianas que motivaram as camadas mais baixas inglesas à resistência contra os começos da industrialização capitalista, ele preparou o caminho para todo o enfoque da pesquisa. Thompson se deixou guiar pela ideia de que a rebelião social nunca pode ser apenas uma exteriorização direta de experiências da miséria e da privação econômica; ao contrário, o que é considerado um estado insuportável de subsistência econômica se mede sempre pelas expectativas morais que os atingidos expõem consensualmente à organização da coletividade. Por isso, o protesto e a resistência prática só ocorrem em geral quando uma modificação da situação econômica é vivenciada como uma lesão normativa desse consenso tacitamente efetivo; nesse sentido, a investigação das lutas sociais de cooperação, regula de forma não oficial o modo como são distribuídos direitos e deveres entre os dominantes e os dominados”. HONNETH, Axel. *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo: Ed. 34, 2003. p. 262-263.

⁹⁷ CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007. Pg. 67.

ser examinado a partir da dialética do evento e da significação. No livro *A miséria da teoria*, o contexto que envolve o evento da escrita é uma disputa pelo entendimento correto do proceder historiográfico marxista, no mercado linguístico inglês. Entretanto este mercado da historiografia marxista inglesa sofre a influência do filósofo francês, Louis Althusser, contra quem Thompson escreve o livro. Para Thompson, o resultado da teoria da história que deriva de Althusser corrobora um *status quo* do marxismo soviético e oficialista. Isto é, corrobora o que ele entende por inércia das duas estruturas antagônicas, capitalismo e comunismo, em que os sujeitos são formados como incapazes de mudar a estrutura. Assim, para ele o marxismo estruturalista de Althusser é uma ideologia da época, como todos os estruturalismos, em que a escolha teórica privilegia, na narrativa historiadora, a estrutura contra os sujeitos. Esta escolha levaria ao conservadorismo político quanto à possibilidade da agencia humana transformadora das estruturas sociais.

Por isso, a formação dos conceitos, aqui examinados, se dá em contraposição aos de Althusser. Tanto empirismo, historicismo, humanismo e moralismo, são formados com a significação de corresponder à perspectiva histórica de Thompson sobre as condições políticas de sua época. Não sem razão ele temia uma guerra nuclear mundial que poderia levar ao extermínio da humanidade. A formação desses conceitos, no texto de Thompson, é aglutinada em torno de uma formação do sujeito histórico capaz de transformar estas estruturas da Guerra Fria que poderiam levar a humanidade ao colapso. Este é o momento pragmático da formação dos conceitos onde o mundo da vida dá o material linguístico com o qual se sente e se reflete sobre o mundo.

Capítulo III. A intriga na *Miséria*: De volta ao passado

“Compor a intriga já é fazer surgir o inteligível do acidental, o universal do singular, o necessário ou o verossímil do episódico” (Paul Ricoeur).⁹⁸

“Estes ‘objetos’ culturais reúnem em totalidades a dispersão dos seres ou seu amontoamento. Eles luzem e clareiam; eles exprimem ou iluminam uma época, como, aliás, temos o hábito de dizê-lo. Reunir em um conjunto, ou exprimir, ou ainda tornar a significação possível – eis a função do ‘objeto, obra ou gesto cultural’” (Emmanuel Lévinas).⁹⁹

O terceiro capítulo aborda o uso que Thompson faz do passado, em seu texto, para criar sua genealogia historiográfica e usá-la, como “remédio”, contra Althusser e sua invasão na historiografia marxista Inglesa no fim da década de 1970. E. P. Thompson gozava, desde sua chegada ao *Center for the Study of Social History*, na Universidade de Warnick, em 1965, de uma supremacia na história social inglesa e forjou, segundo Miles Taylor, uma geração de historiadores em diversas áreas. Entretanto, tal supremacia não durou muito, em meados dos anos 70, os escritos de Antônio Gramsci, então disponíveis em inglês, de Louis Althusser e Nicos Poulantzas começaram a influenciar os historiadores ingleses deslocando o controle de Thompson. O livro *A miséria da teoria* nasce dentro deste contexto historiográfico inglês e na disputa no interior da *New left*.¹⁰⁰

E. P. Thompson compreende o passado em seu texto de três maneiras. 1) o passado que subsidia seu entendimento de estrutura e sujeito, 2) o passado que rejeita na construção do significado estrutura e sujeito e 3) um passado usado de modo contraditório, ou seja, tanto como um passado que faz parte de sua construção teórica, quanto, como um passado que é excluído.

⁹⁸ RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa*. Campinas, SP: Papyrus, 1995. 1 vl. p. 70.

⁹⁹ LÉVINAS, Emmanuel. A significação e o sentido. In: *Humanismo do outro homem*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993. p. 29.

¹⁰⁰ RICOEUR, Paul. A história: remédio ou veneno? IN:_____. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Ed. Da UNICAMP, 2007. TAYLOR, Miles. As guinadas linguísticas na história social britânica. IN: *História social*. Campinas-SP, n.4/5, 1997/1998. p. 81-82. Nos três capítulos do livro, *O que é, afinal, Estudos culturais?*, Os autores destacam a recepção positiva que Althusser teve nos estudos culturais na Inglaterra.

Esses passados são usados por Thompson a fim de construir seus conceitos de estrutura e sujeito, no livro *A miséria da teoria*, da seguinte forma: 1) os Românticos – escritores ingleses do século XIX: William Morris, William Blake –, Engels, Vico e Darwin; 2) Stalinismo, o estruturalismo, Popper e, o personagem que ele critica no livro, Althusser, 3) os acontecimentos do ano 1956 – XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética, a invasão da Hungria por tropas soviéticas – o Marxismo e Marx.

3.1. Positividades

O uso do passado que Thompson emprega para construir o seu significado de estrutura e sujeito é delimitado, aqui, à quatro modos. 1) Friedrich Engels, 2) Charles Darwin, 3) Giambattista Vico e 4) Os Românticos. Esses quatro modos de utilização do passado dão corpo ao pensamento de Thompson, são como armamentos que o autor inglês usa para discutir historiografia e intervir politicamente em seu tempo. Partindo desse corpo de autores, Thompson cria sua tradição historiográfica, sua tradição marxista. Poucos se serviram de pensadores tão dispares para compor e sustentar seu pensamento. A originalidade e influência de Thompson passam sem dúvida por estes autores construídos em seu texto.

Destarte, já passado quase cem anos da morte de Marx e Engels, o marxismo já não tinha mais seus idealizadores ou seus fundadores. Isto é, já não tinha mais quem pudesse controlar a “verdade” do movimento. O marxismo tanto teórico quanto politicamente expandiu-se desde a morte de seus dois fundadores, indo muito além do contexto europeu que o propiciou surgir. Não haveria mais os “pais” legitimadores que excluiriam ou incluíram o que deveria ou não ser aceito como fazendo parte da doutrina. Não haveria mais uma censura dos fundadores no discurso marxista e na formação tanto teórica como política do marxismo. Não haveria controle sobre o excesso de palavras na época das massas. O “regicídio marxista” abre a possibilidade de várias configurações para o marxismo. Não sem razão, Perry Anderson, em

Considerações sobre o marxismo ocidental, ao analisar pensadores marxistas do século XX, viu que cada um deles tem, também, sua própria genealogia marxista.¹⁰¹

Pode-se dizer que o que Thompson faz em *A miséria da teoria* é conter, a seu modo, o excesso de palavras sobre o marxismo, através de seu relato tenta erigir uma ordem na demasia de significações, em que busca ordenar a experiência do passado, orientar-se no presente e projetar a expectativa do futuro. O agenciamento de Thompson na ordem das palavras é transformar o exagero de significações do marxismo em uma genealogia organizada e própria, em que têm os subsídios para resistir tanto na historiografia como na política.

O primeiro uso é relativo a um dos fundadores do marxismo, Friedrich Engels (1820-1895). Pode-se perguntar qual seria a originalidade ou a importância de perceber “Engels” como uma fonte do pensamento de Thompson já que ele é, junto com Marx, o fundador do pensamento marxista. Entretanto, sua utilização por Thompson justifica-se porque Althusser é um dos seus mais ferrenhos críticos e, portanto, reconhece em “Engels” uma possível saída da avalanche marxista estruturalista que invade a Inglaterra. Assim, “Engels” torna-se parte dos personagens que compõem a genealogia que formam as ideias de Thompson no embate historiográfico e político que vive na Inglaterra da década de 1970.

Ele cria uma cena burlesca em seu texto para a apresentação de “Engels”. Assim, monta um enredo a partir da leitura que faz de “Engels” no texto de Althusser. Desta sua leitura do filósofo francês, aquele aparece como um “palhaço” aposentado com pretensões de respeitabilidade epistemológica, interrogado, denunciado, zombado, atormentado é finalmente vaiado e chutado para fora do palco. Thompson o define assim a partir da leitura de Althusser, como um *poor old duffer*, isto é, como um velho pateta, estúpido, desajeitado, sem valor, um bufão. Assim, ele é culpado de associação com a ideologia burguesa, de no fim da vida ter erroneamente se equivocado no seu entendimento do marxismo.

¹⁰¹ Claro que não me esqueço do poder disciplinar e censorador que os partidos de esquerda têm sobre o marxismo tanto quanto movimento político como teoria. E que muitas vezes o fluxo das várias possibilidades de pensamento marxistas é excluído pelas próprias instituições de esquerda.

No seu embate teórico-político com Althusser e com seus receptores ingleses, “Engels”, como os demais usos do passado, são utilizados de uma dupla maneira, de um lado a partir de uma teoria do conhecimento na busca de prover uma representação mais precisa da história, isto é, um enunciado no seu sentido veritativo e, por outro lado, de um ponto de vista político, isto é, o enunciado no seu sentido pragmático, quando Thompson busca intervir no interior da esquerda inglesa. Pode-se dizer então que o uso dos personagens do passado está dentro de uma arquitetura maior do livro de Thompson que é primeiro, deflacionar o entendimento do marxismo como ciência e especialmente o culto ao *O capital* quer percebe em Althusser, assim, voltando ao materialismo histórico do jovem Marx e, segundo, fugir da estase política da Guerra Fria, em que a estagnação da agencia humana na história parece o mote político, segundo Thompson, tanto da esquerda quanto da direita.

Assim, opta por uma leitura de “Engels” que venha a corresponder a sua percepção de historiografia e política. Uma leitura de “Engels” no excesso de vendas de “Engels” no mercado linguístico. No entendimento de Thompson de Althusser, este busca que os conceitos sejam rígidos e para Thompson o que justamente “Engels” não propõe é uma rigidez conceitual. Isso embargaria a possibilidade do marxismo ser uma ciência e *O Capital* ser à base desta ciência marxista. Assim, Althusser retiraria “Engels” de uma linhagem de marxistas científicos e prosseguidores da obra de Marx.

Entretanto o uso de “Engels” por Thompson encaixa-se com sua ideia de história e particularmente na discussão que propõe sobre os conceitos em seu texto e na sua atuação política. Introduz “Engels” para afirmar que ele no fim de sua vida, em uma carta a Conrad Schmidt, observava que ele e Marx deram pouca atenção ao desenvolvimento do materialismo histórico e que seus dois últimos livros *Anti-Dühring* e *Ludwig Feuerbach - E o Fim da Filosofia Clássica Alemã* queria reparar este erro.¹⁰² Assim, na carta a Schmidt, Thompson retém duas questões básicas sobre conceitos (1):

¹⁰² “Em seus últimos anos, Engels olhou a sua volta, alarmado, e observou as consequências acumuladas da grande omissão dele mesmo e de Marx. Há ‘muitas alusões’ à teoria do materialismo histórico em *O Capital* (disse ele em carta a Bloch, em 1890) e ‘Marx’ não escreveu nada em que o materialismo histórico tivesse um papel’. Mas não escreveu nada em que tivesse um papel principal, e Bloch foi remetido ao *Anti-Dühring* e *Ludwig Feuerbach* como as obras em que poderia encontrar ‘a exposição mais detalhada do materialismo existente, pelo que sei’”. THOMPSON, E. P. op. cit., p. 78. PT, p. 66.

“Engels não está apenas dizendo que os conceitos e seu ‘objeto real’ são diferentes (...) Mas o objetivo de sua carta a Schmidt é argumentar, (a) que por serem todos os conceitos aproximações, isso não os torna ‘ficções’, (b) que só os conceitos nos permitem ‘ver sentido na’ realidade objetiva, compreendê-la e conhecê-la, (c) mas que mesmo no ato de conhecer podemos (e devemos) saber que nossos conceitos são mais abstratos e mais lógicos do que a diversidade dessa realidade – e, pela observação empírica, *podemos saber isto também* ”.¹⁰³

O segundo ponto sobre conceitos que Thompson retém na carta a Schmidt¹⁰⁴ para a construção de sua argumentação e para o significado de estrutura e sujeito é (2):

“O segundo ponto de Engels relaciona-se com a natureza de conceitos especificamente históricos, adequados à compreensão de materiais que se modificam constantemente (...) Engels diz não só que o objeto se modifica, mas também que os *próprios* conceitos devem estar ‘sujeitos a mudança e transformação’ (...) E Engels pode estar, igualmente, apontando – e acredito que está, em seu estudo do conceito de feudalismo – a flexibilidade particular dos conceitos adequados à análise histórica, isto é, a generalidade e elasticidade necessárias das categorias históricas, mais expectativas do que regras ”.¹⁰⁵

No uso que Thompson realiza de “Engels”, o que realmente necessita contra Althusser é um subsidio teórico para enfrentar o que considera a rigidez dos conceitos

¹⁰³ Idem, p. 67. *PT*, p. 56.

¹⁰⁴ Tanto Thompson quanto Althusser reproduzem o mesmo pedaço da carta à Conrad Schmidt, entretanto a interpretação de ambos dessa carta é oposta, para Althusser: “Esta resposta estarrlecadora (sob a banalidade de duas evidências) constitui de algum modo o comentário de boa vontade do mal-entendido, que dará força aos adversários de Marx para comentar de má vontade. Engels sai-se bem da objeção ‘operatória’ de C. Schmidt mediante uma teoria do conhecimento sob medida – que ele vai procurar e fundamentar nas aproximações da abstração, inadequação do conceito, enquanto conceito, a seu objeto! Trata-se de uma resposta marginal à questão: em Marx de fato o conceito lei do valor é cabalmente adequado a seu objeto, dado que é o conceito dos limites e suas variações, e portanto o conceito adequado de seu campo de inadequação – e de modo nenhum conceito inadequado em virtude de um pecado original que atingisse todos os conceitos postos no mundo pela abstração. Portanto, Engels menciona como debilidade nativa do conceito, com base numa teoria empirista do conhecimento, o que constituiu justamente a força teórica do conceito adequado de Marx! Essa menção só é possível na cumplicidade dessa teoria ideológica do conhecimento, ideológica não apenas em seu conteúdo (o empirismo), mas também em seu emprego, dado que feita para responder, entre outros, a esse mal-entendido teórico preciso (...) a teoria filosófica marxista fica tisonada, e com que tisonadura! A mesma da ideologia empirista do conhecimento, que serve de norma teórica silenciosa tanto à objeção de Schmidt como à resposta de Engels”. ALTHUSSER, Louis. Marx e suas descobertas. In: *Ler O Capital*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979. 2vl.

¹⁰⁵ THOMPSON, E. P. op. cit., p. 68. *PT*, p. 56-7

althusserianos que invadem a historiografia inglesa.¹⁰⁶ Os conceitos então devem ser mais expectativas que regras, devem estar sempre “atentos” às mudanças históricas. Ele precisa dessas considerações sobre a natureza dos conceitos, pois, entende que elas apreendem melhor a própria história. Assim, este uso de “Engels” significa, primeiro, que a historiografia deve fugir ao imobilismo estruturalista e a quantificação demográfica que para ele assolam a prática historiadora e, segundo, fugir do que considera o imobilismo político de sua época engendrado pelo estase da Guerra Fria, isto é, uma crítica aos intelectuais de esquerda que separam, para ele, teoria e prática, e que não têm vínculos sociais, vivenciando apenas psicodramas revolucionários.

Thompson, em seu texto, recorre às cartas do final da vida de “Engels”, onde este tentaria voltar ao projeto inicial do materialismo histórico como uma prática do conhecimento em que se estuda a sociedade sem ter a economia política como vigamestre do conhecimento, rechaçando assim a leitura, que entende que justamente Althusser faz do materialismo histórico. Desta forma, recorrendo às cartas de “Engels” no fim do século XIX, Thompson ressalta duas coisas, (1): “Que Engels reconhecia claramente ter Marx *proposto* uma teoria do materialismo histórico que não havia nem postulado plenamente, nem começado a desenvolver”.¹⁰⁷ (2) A segunda razão para ele retomar essas cartas: “é que nelas descobrimos que Engels indica corretamente (a meu ver) a área do maior (e mais perigoso e ambíguo) dos silêncios reais deixados pela morte de Marx – e selados depois pela morte do próprio Engels”.¹⁰⁸

Parece-me nítido que Thompson quer produzir sua autoridade intelectual, dentro do marxismo, destas cartas finais de “Engels”. Sua autorização para justificar-se

¹⁰⁶ Perry Anderson ao entrar nesse debate com um livro em resposta a Thompson, afirma que o historiador: “Sólo puede desempeñarse reconstruyendo la compleja multiplicidad de sus determinaciones reales, que exigirán una mayor conceptualización (*más rigurosa*) (...) Para que las categorías lo sean en el sentido pleno de la palabra, precisan de una de una definición exacta e inequívoca. Para captar los procesos de cambio que caracterizan a la historia, los conceptos históricos tienen que ser formulados y especificados con sumo cuidado: pero solo *serán* conceptos si fijan alguna estructura de invariabilidad, es decir, por amplia que sea su morfología (...) Em otras palabras, las realidades de la diversidad social y del flujo histórico obligan al historiador a ser más exigente y a producir más conceptos, no menos. Debe decirse que Althusser ha visto esta exigencia más claramente que Thompson a pesar de su gran distanciamiento de la práctica del historiador”. ANDERSON, Perry. *Teoría, política e historia: Un debate con E. P. Thompson*. Madrid: Siglo XXI, 1985.p.10-11.

¹⁰⁷ Thompson, E. P. op. cit., p. 79. *PT*, p. 67.

¹⁰⁸ Idem, p. 80. *PT*, p. 68.

teoricamente viria deste “cheque-em-branco” que Engels deixou escrito no fim do século XIX. Sua reconstrução do materialismo histórico tem assim esse uso específico de um “Engels” entre outros possíveis. Este, então, é seu alvará para repensar o marxismo como teoria e como política no último quartel do século XX.

O que este “Engels” recomenda nas cartas é que o materialismo histórico ainda está na sua infância e que não poderia ter a economia política como seu alicerce, isto é, o materialismo histórico deveria voltar ao jovem Marx, pré-*Grundrisse*, e não cair na armadilha de uma anti-economia política que Marx desenvolveu nos seus últimos escritos, e que Althusser se baseia para construir seu sistema teórico. Esta leitura de “Engels” por Thompson é importante para seus propósitos historiográficos, pois:

“Por que as ‘noções políticas, jurídicas e outras noções ideológicas’ não podem ser derivadas dos ‘fatos econômicos’ dentro de um discurso de Economia Política tão preciso que suas próprias definições de ‘econômico’ não permitem a entrada dessas evidências estranhas. E a noção de que os conceitos do marxismo devem ser categorias históricas e ‘sujeitas a modificação e transformação’ destruiria as credenciais do marxismo como uma ‘ciência’ exata do modo de produção capitalista”.¹⁰⁹

De modo que este “Engels” “diz”, no emprego de Thompson, que o materialismo histórico e a economia política marxista não conseguiram encontrar um ponto de contato comum e um vocabulário teórico capaz de abarcar tanto processo como estrutura e que o marxismo corre o perigo de ficar preso dentro de categorias de *O Capital*. Mas a pressão do materialismo histórico incipiente pode ser visto em sua estrutura, cuja expressão “Engels” podia autenticar. Este desejou, em suas cartas finais, dar ao materialismo histórico uma carta de alforria da estrutura do velho *Grundrisse*, mas não pode resolver os problemas teóricos resultantes. Para Thompson:

“O materialismo histórico subsequente, em sua prática – embora insuficiente em sua teoria – procurou servir sob essa carta de libertação. Althusser e seus colegas buscam lançar o materialismo histórico de volta à prisão das categorias da Economia política”.¹¹⁰

¹⁰⁹ Idem, p. 80. *PT*, p. 68.

¹¹⁰ Idem. 80. *PT*, p. 68.

No entanto, este uso não acontece sem críticas ao “Engels” que não interessa entre múltiplos “Engels”. Há sempre a seleção do permitido e do excluído. Deste modo, o lugar de Thompson no cenário político e na historiografia inglesa nos ajuda a moldar e a entender o “Engels” que ele precisa. Cabe ao historiador perceber, no tabuleiro dos nomes próprios, as variações nominais que o texto apresenta e compreendê-las nesta demanda de entendimento em que o falante nos interpela. Como o historiador francês Michel de Certeau sugere, devemos perceber que a palavra, signos e vestígios do passado propõem uma questão dupla: 1) o que se pode apreender do discurso do ausente, e, 2) a alteração da linguagem das palavras através da operação historiográfica.¹¹¹ Thompson procede, então, do discurso deste ausente quatro críticas:

“Estou pronto a concordar que várias das acusações são procedentes. Creio, portanto, ser verdade que em seus escritos (i) Engels deu credibilidade à ‘teoria da reflexão’ epistemológica, (ii) introduzi um paradigma do ‘processo natural’ (um darwinismo mal aplicado) em seu trabalho antropológico e histórico, que tendeu a um evolucionismo positivista, (iii) certamente introduziu – como Marx também o fez, e com igual certeza – noções historicistas de desenvolvimento obediente a leis e predeterminado (...) E a estas acusações acrescentei outras, minhas, mais marginais, em relação a negativa influência de Engels sobre o movimento socialista britânico, então em formação”¹¹²

Contudo, Thompson não admite que se faça como é de costume, em sua percepção, de fazer de “Engels” um bode expiatório e imputar-lhe qualquer pecado que seja atribuído aos marxismos subsequentes. “Engels”, segundo o emprego de Thompson, acompanhou de perto a sua época, se arriscou, muitas vezes indo mais longe que Marx, em lutas com o pensamento histórico e cultural contemporâneo, se empenhou profunda e apaixonante num movimento que se difundia a cinco continentes, dedicou-se generosamente nos seus últimos anos de vida, aos manuscritos de seu velho amigo e à incessante correspondência do movimento. Para

¹¹¹ CERTEAU, Michel de. CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007. p. 243

¹¹² THOMPSON, E. P. Op. cit., p. 81. PT, p. 69.

Thompson, se pode-se aprender com seus erros, isto é o que ele teria esperado: “Que homem extraordinário, dedicado e versátil ele foi!”¹¹³

“Engels” em sua última década, não renunciou as proposições de sua juventude, pelo contrário, na leitura de Thompson, ele repisou com nostalgia os “anos de inexperiência” da década de 1840 e, no bom senso e prudência da fase madura, advertiu que havia algo no movimento jovem das décadas de 1880 e 1890 que a afastava das concepções dos temas originais dele e de Marx. Se ele deve ser penitenciado, essas últimas cartas de restrições e advertências devem constituir o menor dos motivos. Pode-se admitir que tais cartas levantavam, sem resolver, muitas dificuldades: mas se as advertências tivessem sido escutadas, a história do marxismo poderia ter sido distinta.

Thompson termina o capítulo com essa imagem final deste seu antecessor teórico que ele procura reabilitar contra o entendimento que Althusser tem dele:

“Não permitirei que Friedrich Engels seja considerado, afinal de contas, como um bufão senil. Ele deve ser visto, até seu último ano, como gostaria de ser: sua grande sensatez, seus erros, seu amplo entendimento (mas sua excessiva possessividade ‘familiar’) do movimento, tudo isso se misturava”.¹¹⁴

Assim Thompson interpretava “Engels” e assim o usou em seu texto, munindo-se dele para suas batalhas teóricas. Outro personagem importante desta intriga de *A miséria da teoria* é Charles Robert Darwin (1809-1882), naturalista britânico que originou uma revolução na teoria da evolução das espécies. Contemporâneo de Marx e Engels, ele é o novo integrante desta intriga. É interessante notar o porquê deste emprego, pois, se “Engels” por ser um dos fundadores do marxismo parece não ser tão estranho, “Darwin”, por ser um naturalista foge, assim, *prima facie*, de uma relação possível com a tradição do pensamento historiográfico marxista.

Entretanto, no uso que este sofre, torna-se uma figura central para se entender o pensamento de Marx. Para Thompson, há uma clara divisão no pensamento de Marx

¹¹³ Idem, p. 81. *PT*, p. 69.

¹¹⁴ Idem, p. 82. *PT*, p. 69-70.

depois deste ter lido “Darwin”. Ele, também divide o marxismo enquanto sistema de pensamento a partir desta divisão sobre como interpretar “Darwin” com Marx.

Thompson narra que Marx, ao tentar fugir da armadilha da economia política, isto é, ao tentar pensar a sociedade como um todo sem ter as categorias da economia política (o lado *Grundrisse* de Marx) como seu fundamento e, portanto, ter um entendimento historicizado da sociedade, afirma que a importância metodológica de “Darwin” para isso foi fundamental.

Ele aponta que Marx rompe a armadilha da economia política a partir de quatro liberações. Aqui, para nosso entendimento do emprego de “Darwin”, só nos interessam as duas últimas. Este, no entendimento de Thompson, produziu marcas indeléveis no pensamento de Marx:

“Em relação à terceira, eu ressaltaria mais uma vez a importante influência de *A origem das espécies* (1859). Sei que minha admiração por Darwin é considerada uma amável (ou culpada) excentricidade, e que há uma tendência geral entre intelectuais progressistas a atribuir a Darwin os pecados do evolucionismo teleológico, do positivismo, do malthusianismo social, e apologias da exploração (‘sobrevivência dos mais adaptados’) e do racismo. Mas não estou convencido dessas objeções e, para ser honesto, nem mesmo estou convencido de que todos esses críticos leram *A origem das espécies*, e tampouco avaliações científicas fundamentadas dessa obra. Sei muito bem como as ideias de Darwin foram usadas por outros, e sei também de seus lapsos (bem poucos) subsequentes. Mas o que é notável em sua obra é a maneira pela qual ele discute rigorosamente, e de modo empírico, a lógica da evolução, que *não* é uma teleologia, cujas conclusões *não* estão englobadas nas premissas, mas que está ainda assim sujeita à explanação racional. De qualquer modo, minha admiração, inocente ou não, foi certamente partilhada por Engels e Marx”¹¹⁵.

O que Thompson quer com esta utilização é contrapor o empírico com abstracionismo. Assim, o uso de “Darwin” é novamente um recurso que usa a sua disposição para confrontar Althusser, a quem acusa de querer transformar o marxismo em um novo idealismo. O método empírico que recusaria qualquer noção não “provada” e que só com uma árdua pesquisa e diálogo entre fontes e conceitos

¹¹⁵ Idem, p. 75. *PT*, p. 63.

poderia levar o historiador a conhecer a verdade. Esta sua admiração por “Darwin” não é ingênua, pois, com ele em sua genealogia, adquire um “ancestral” de peso em seu discurso marxista. Na constituição desta tradição do pensamento marxista que Thompson constrói, tenta vincular Marx a este “Darwin” de sua leitura, para mostrar que a origem da investigação empírica, que ele avaliza e que esta no próprio Marx, na leitura deste de “Darwin”, e que por isso Althusser e os importadores ingleses de sua teoria do materialismo histórico estão equivocados ou pertencem à outra tradição de pensamento.

Deste uso do passado que traz o marxismo para dialogar com o darwinismo, Thompson reconhece dois pontos importantes no desenvolvimento do materialismo histórico:

“Primeiro, Marx reconheceu, a contragosto, que o método empírico, embora ‘rude’, embora ‘inglês’, trouxera uma substancial contribuição para o conhecimento; segundo, Marx reconheceu na explicação *não-teleológica* de uma lógica racional no processo natural ‘uma base (...) para nossa visão’, e até’ uma base de ciência natural para a luta de classes na história”.¹¹⁶

Para Thompson, este emprego é importante, pois, é um reconhecimento de que esta base empírica, não havia sido oferecida antes no *Grundrisse*. Mesmo a sugestão de que Marx estava consciente de que o seu modo abstracionista de proceder não seria uma refutação dessa teleologia. Essa leitura toma o trabalho de “Darwin” como exemplar da explicação racional do processo lógico que, em novos termos, deve ser desenvolvido na prática histórica. Foi à época da leitura das *Origens das espécies* que Marx começou a transformar o *Grundrisse* em *O Capital*. E isso leva a quarta liberação que Thompson percebe em Marx da economia política: “Em minha opinião, porém, a redação de *O Capital* envolveu uma reestruturação radical de seu material, segundo vias parcialmente sugeridas por *A origem das espécies*”.¹¹⁷ Deste modo, por influência de “Darwin”, Marx reelabora *O Capital*, muito mais atento às questões históricas que no *Grundrisse*.

¹¹⁶ Idem, p. 76. PT, p. 64.

¹¹⁷ Idem, p. 76. PT, p. 64.

A interpretação de Thompson da contribuição de “Darwin” ao marxismo envolveu não apenas a ampliação de uma extensão histórica ao trabalho, e uma ilustração visível maior, decorrida da averiguação empírica:

“Mas também a tentativa de colocar sob controle e reduzir à explicação racional do processo as formulações ‘idealistas’ (até mesmo auto-realizadoras, teleológicas) derivadas do procedimento abstracionista. O que surge em *O Capital* de uma nova forma, é um sentido da história, e uma concreção da exemplificação”.¹¹⁸

Em sua luta teórica contra Althusser, a historiografia inglesa por ele influenciada, e demais estruturalismos, Thompson vai propor um uso de “Darwin” como influenciador do método de Marx. Ele acredita que esta leitura precisa ser recuperada contra o que considera o delírio final da teoria, isto é, o momento em que, segundo a visão de Thompson, seus adversários teóricos esquecerem o procedimento empírico de investigação e consideram que só com a abstração resolverão as dificuldades da historiografia.

Outro personagem desta intriga é o filósofo italiano Giambattista Vico (1668-1744). O uso em relação a “Vico” deve-se ao fato de que Thompson quer mostrar a possibilidade de a história ser entendida enquanto um processo com sujeito. Essa defesa da história enquanto processo com sujeito é, como os outros usos, uma nova contenda com Althusser, acusado de expulsar da história tanto o processo quanto o sujeito. Para Thompson, é primordial, como historiador, pensar na história como processo, por que:

“O conceito de história como processo suscita imediatamente as questões de inteligibilidade e intenção. Cada evento histórico é único. Mas muitos acontecimentos, amplamente separados no tempo e no espaço, revelam, quando se estabelece relação entre eles, regularidades de processo”.¹¹⁹

“Vico”, no uso de Thompson, é mais um aliado para sua disputa no interior do marxismo, no texto é mais um soldado nominal nesta batalha de definição da interpretação certa do marxismo. Neste processo de ordenação do excesso de palavras

¹¹⁸ Idem, p. 77. *PT*, p. 65.

¹¹⁹ Idem, p. 97-98. *PT*, p. 84.

e nomes da época das massas, o texto de Thompson possui uma gramática diferente de Althusser, por mais que o texto a ser analisado, a princípio, pela possibilidade de interpretação de cada signo, parece sempre indeterminado, sem um ponto fixo no passado, sempre alhures, entretanto, o trabalho historiográfico corresponde a um trabalho de nominação e denominação, isto é, em dar um nome àquele que se manifesta como falante.

Thompson, por seu entendimento de historiografia e política, precisa de uma interpretação da história enquanto processo com sujeito, pois, frente ao que chama de imobilismo da Guerra Fria, precisa pressupor agentes humanos capazes de transformar a história em que o sentido desta já foi conhecido no processo e, assim, disponível a modificação. Na sua leitura de “Vico”, Thompson percebe que ele:

“Frente a essas regularidades, procurou definir o processo de maneira que antecipa, simultaneamente, a disciplina antropológica e o materialismo histórico (...) Vico conseguiu, de maneira notável, manter em suspensão simultânea, sem contradição evidente, uma heurística hegeliana, marxista e estruturalista (variante Lévi-straussiana) ”.¹²⁰

Thompson divide em três partes a argumentação de “Vico”. Primeiro, ele descreve uma história eterna ideal percorrida no tempo pela história de cada nação. As ideias uniformes que se originam em povos desconhecidos entre si devem ter uma base comum de verdade. Sob um aspecto, essa uniformidade pode ser vista como prova da providência divina.

Segundo, essa uniformidade se dá pelo senso comum partilhado por toda uma classe, toda uma nação, toda uma raça humana. Assim, de outro ângulo, a providência pode ser vista como uma necessidade, como necessidades ou utilidades humanas que determinam a consciência social de maneiras uniformes.

Terceiro, mas a uniformidade desse julgamento sem reflexão implica também uma uniformidade de estrutura mental, de modo que encontramos a noção de uma linguagem mental comum. Como essa linguagem mental comum foi dada ao homem pela providência divina, o círculo da argumentação se fecha, de tal modo que: “Vico

¹²⁰ Idem, p. 98. *PT*, p. 84-85.

nos está oferecendo a história como um processo com um sujeito, mas isso não precisa ser necessariamente um historicismo”.¹²¹

É interessante o uso que Thompson faz de “Vico”, pois dificilmente um marxista o coloca como um antecessor de Marx. Todavia, no contexto teórico e político em que vive, “Vico” é um “aliado” do passado para recolocar na história, processo e sujeito:

“O materialismo histórico vem, desde a época de Vico, buscando uma expressão que denote as uniformidades de costumes, etc., as regularidades das formações sociais e as análises não como necessidades sujeitas a leis, nem como coincidências fortuitas, mas como pressões modeladoras e diretivas, articulações indicativas de práticas humanas (...) É a percepção que tem Vico dessa lógica que assegura sua posição de precursor do materialismo histórico”¹²².

“Vico” é um personagem desta intriga historiográfica que vem socorrer Thompson. Partindo do lugar de fala de Thompson e indo até a análise das próprias palavras do texto como referentes de um ter sido e aberturas de um poder ser, faz com que se tenha que dar um nome já previsto na operação historiográfica a estes sinais incertos do texto. A tarefa é classificar as frases num lugar circunscrito pelo saber que o historiador detém. Classificar a alteridade que se apresenta. A historiografia se opõe à fuga do sentido do proferimento e a enquadra numa topografia linguística.

E o enquadramento do excesso de “Vico” por Thompson se concretiza com ele sendo um cúmplice do passado, no presente, para construir outro futuro. Por mais que “Vico”, em sua época, introduza no processo histórico a providência divina e o tempo cíclico, o que importa para Thompson é: “Chamo a atenção não para a tentativa de Vico de atribuir ao processo uma inteligibilidade cíclica, mas à sua soberba expressão de processo”.¹²³

Os próximos personagens desta parte da intriga (positividades) são os poetas ingleses, denominados de românticos, William Blake (1757-1827), William Morris

¹²¹ Idem, p. 99. *PT*, p. 85.

¹²² Idem, p. 99. *PT*, p. 86.

¹²³ Idem, p. 100. *PT*, p. 86.

(1834-1896). Thompson, na década de 1950, escreveu um livro de mais de 800 páginas sobre “Morris” e outro sobre os demais escritores “românticos” ingleses do fim do século XVIII e início do século XIX.

Thompson afirma que o “romantismo” é a rebelião do espírito contra as regras do fato. Também afirma que a poesia, mais que a ciência, inspirou o marxismo no período de 1936 a 1946, nos quais a resistência antifascista foi seu berço, tendo no terceiro mundo uma sobrevivida, até a década de 60, com o exemplo de Che Guevara. Esse período de voluntarismo revolucionário foi marcado por essa gramática que, na época que escreve este livro, marca-o. Assim, afirma no livro:

“Mas não posso ignorar o fato de que meu próprio vocabulário e minha sensibilidade foram marcados por esse desgraçado momento formativo. Mesmo agora, devo me segurar, quando sinto que volto à poesia do voluntarismo. É uma triste confissão, mas prefiro-a, até hoje, ao vocabulário ‘científico’ do estruturalismo”.¹²⁴

“Blake” e “Morris” integram-se a esta lista de usos que proponho para fazerem parte da tradição marxista de pensamento de Thompson. Mas eles são usados com o propósito bem definidos no seu texto, isto é, são empregados para confrontarem-se com Althusser e seus sectários ingleses.

Como nos demais usos anteriores, o que se faz é seguir os rastros e reabsorver as significações fora dos campos do discurso estabelecido. A operação historiográfica visa a reenquadrar a linguagem fugitiva. Enquadrar o “outro” no discurso “técnico”. A operação historiografia fornece a condição e o lugar do proferimento ser entendido. O falante, ou objeto de estudo, recebe do discurso historiográfico a possibilidade de ser entendido, através do interrogatório do historiador.

E o texto de Thompson, aqui interrogado, revela-nos, primeiro, duas coisas. De um lado o uso de “Blake” é relativo à dialética e, por outro lado, o uso de “Morris” é relativo ao humanismo e ao moralismo. Estes dois são os últimos da saga das positivities que percorreu o texto em busca dos usos do passado para configurar os conceitos de estrutura e sujeito.

¹²⁴ Idem, p. 85. *PT*, p. 72.

Sobre a questão da dialética, é interessante notar novamente, aqui, seu embate com Althusser, pois, Thompson denuncia que: “Muitos críticos observaram que Althusser expulsou, juntamente com Hegel, a dialética”.¹²⁵ Thompson antes de empregar “Blake”, faz três considerações sobre Hegel e a dialética, porém, só na terceira é que ele faz referência a “Blake”, entretanto, as duas anteriores são importantes para entender a terceira. A primeira é que o entendimento da dialética só pode avançar se for feito um embargo absoluto ao nome de Hegel, segunda, a explicação que os teóricos oferecem para seus procedimentos não precisa ser a mesma coisa que os procedimentos em si.

E, terceiro, mesmo colocando Hegel de lado, Thompson nos apresenta “Blake”: “Ofereço Blake não como um mestre até agora não reconhecido de Marx, mas para ressaltar que a dialética não era propriedade privada de Hegel”.¹²⁶ Este uso de “Blake” talvez seja o mais original dos agenciamentos de Thompson na formação desta intriga, porque tanto “Engels” como “Vico” e “Darwin” são pensadores que vão muito além de sua disciplina ou área de atuação e, também, de certa forma é mais fácil perceber na literatura marxista um vínculo de Marx com eles.

Entretanto, este uso de “Blake” parece ser uma leitura muito particular de Thompson, um agenciamento *sui generis*, mostrando porque este livro causou tanta polêmica no meio marxista.¹²⁷ Esta dialética de “Blake”:

“Nos recorda uma contradição muito antiga, às vezes reputada, outra misteriosa e hermética – frequentemente uma tradição muito antiga de poetas – que buscava articular modos de apreensão adequados a uma realidade que está sempre em fluxo, em conflito, em decadência e em processo de vir-a-ser. Contra a ‘visão única’ do materialismo mecânico, Blake procurou

¹²⁵ Idem, p. 127. *PT*, p. 111-112

¹²⁶ Idem, p. 128. *PT*, p. 113.

¹²⁷ “Marx fue capaz de prever este fin porque disponía del majestuoso legado de Hegel. Fue dentro de las categorías y procedimientos de la filosofía clásica alemana donde pudo plantear la posibilidad, no de un mero vínculo, sino de una síntesis superadora de los dos principales antagonistas culturales de su tiempo. Este sentido falta en la pareja de pensadores ingleses a los que recurre Thompson en su búsqueda de una herencia revolucionaria nativa, Blake y Morris, que cuentan ambos con grandes aptitudes para la oposición dialéctica, pero no para la superación o síntesis”. ANDERSON, Perry. op. cit., p. 188.

pensar e conseguiu, ‘estados contrários coexistentes, e casar o céu e o inferno’.¹²⁸

No controle do excesso de palavras, “Blake” busca reorganizar a dialética para Thompson, que busca um autor diferente para uma tradição que tem Hegel como articulador da dialética antes de Marx. Assim, “Blake” está na linhagem do pensamento dialético de Thompson.

Outro personagem dos “românticos” é “Morris”. Thompson o utiliza, nesta intriga, para dar ênfase a sua narrativa sobre o humanismo e o moralismo. Novamente, este emprego, como os demais, passa por sua contradição com Althusser, pois, este é acusado de expulsar o sujeito da história.

Thompson emprega “Morris”, no que se poderia chamar, dentro do entendimento de Thompson, nos silêncios de Marx, ou, do Marx do *Grundrisse* para questões morais, afirmando que “Em toda essa área Morris foi imensamente mais perceptivo do que Engels ou Marx”.¹²⁹

E, para Thompson, este descaso dos fundadores da tradição marxista, em relação aos temas morais, foi um dos motivos que levaram à negligência das futuras gerações em relação a “Morris”¹³⁰: “Na década de 1880 a aversão declarada de Engels pelo moralismo era tal que seu olhar atravessou o gênio extraordinário de Morris sem mesmo notar o que havia ali”.¹³¹ Para Thompson, isto teve como consequência o seguinte: “Esse silêncio foi transmitido à tradição subsequente, na forma de uma repressão. Esta, por sua vez, tornou mais fácil, à tradição principal voltar as costas a Morris (e a muitas outras vozes) e capitular ante um economismo”.¹³²

Desta forma, na narrativa de Thompson sobre a escolha de valores, “Morris” assume um papel fundamental, até maior que Marx e Engels. Este uso no contexto de Thompson torna-se importante, pois é uma forma de lutar politicamente contra o

¹²⁸ THOMPSON, E. P. op. cit., p. 128. PT, p. 113.

¹²⁹ Idem, p. 190. PT, p. 172.

¹³⁰ Anderson, neste ponto, concorda com este entendimento de Thompson: “Thompson, em cierto sentido, hace bien as cuestionar su legado em base a dicho silencio, cuyas consecuencias más graves em su tiempo fueron – como observa correctamente – la impaciencia y insensibilidad de Engels hacia el genio peculiar de Morris”. ANDERSON, Perry. op. cit., p. 94.

¹³¹ THOMPSON, E. P. op. cit., p. 190. PT, p. 172.

¹³² Idem, p. 190. PT, p. 172.

imobilismo político da Guerra Fria.¹³³ Este emprego do passado tornava a tradição marxista de Thompson cada vez mais heterogênea, resgatando o poeta inglês contra uma visão de historiografia que Thompson entendia economicista, sem dar espaço para a escolha humana no devir da história.

Esta leitura thompsoniana de “Morris”, entre os vários “Morris” possíveis de serem lidos, é sintomática da postura teórica e política de Thompson. Thompson, não se pode esquecer, participou da Segunda Guerra Mundial no *front* italiano, depois foi à Iugoslávia para a construção do país. O agenciamento de “Morris” reflete seu estado de espírito e o seu entendimento de que os intelectuais estavam, além de cortando o vínculo com a prática, optando por teorias históricas que inibiam a ação humana na historiografia e tratavam o sujeito histórico como portadores de estruturas. Em sua leitura deste “Morris”, a admiração mistura-se com necessidade política e historiográfica, pois em seu entendimento: “Para William Morris, a ênfase recai ainda mais acentuadamente sobre a agência; mas os homens são considerados como agentes sempre frustrados e sempre ressurgentes de uma história que não dominam”.¹³⁴

Estes foram os usos do passado que Thompson utiliza para construir seu marxismo, tanto historiográfico, quanto político. Cria, assim, uma genealogia heterogênea para a construção do significado de estrutura e sujeito. Nessa intriga, os empregos tiveram como foco principal dar suporte ao pensamento de Thompson contra, por um lado, Althusser, e por outro, seus “importadores” ingleses. Thompson fez seu uso destes personagens, nessa intriga, para construir uma cosmovisão, encontrando no passado, na utilização deste passado, resposta para o presente e possibilidades de futuro. Do ter sido ao poder ser, essa é a marca da análise do texto que abre possíveis leituras no excesso de palavras, onde o regicídio, a morte da autoridade, abre, na época da democracia das massas, a legitimidade das leituras possíveis para cada tradição de pensamento. Thompson cria sua genealogia, bastante

¹³³ “Para él, el moralista es mucho más importante que el estratega cuando escribía el libro em la década de 1950, y había borrado prácticamente a este último en la de 1970. Esta lectura de Morris era coherente com las principales preocupaciones políticas de Thompson a lo largo de su carrera”. ANDERSON, Perry. op. cit., p. 204.

¹³⁴ THOMPSON, E. P. op. cit., p. 101. *PT*, p. 88.

heterogênea, na tradição marxista, que vai subsidiar seu entendimento dos conceitos de estrutura e sujeito no livro *A miséria da teoria*.

3.2. Negatividades

A segunda parte dos usos do passado é relativa a personagens do passado que Thompson renega na construção de sentido dos conceitos de estrutura e sujeito. Neste capítulo, os empregos, ao contrário dos anteriores, são para mostrar quem Thompson crítica e nega, como nomes portadores de significados contrários aos nomes que dão subsídio aos seus conceitos de estrutura e sujeito.

Esta segunda intriga reúne os excluídos de Thompson, não de seu discurso, pois eles aparecem em sua narrativa, mas excluídos do suporte de nomes que dão auxílio à construção de significado dos conceitos de estrutura e sujeito. Entretanto, mesmo não fazendo parte do subsídio conceitual, eles precisam ser denominados, mesmo estes outros, precisam ser homogeneizados, retirados de seu excesso de palavras, para saber contra quem, afinal, Thompson esta “combatendo”. Desse modo, a investigação do texto de Thompson deve partir destes vestígios “outros”, que oscilam entre integração e a transgressão, localizar a palavra reprimida, não em seu estado puro, mas analisada no decurso dos silêncios estabelecidos sucessivamente pelas razões normalizadoras, marcadas pelo que ele suprimiu para se instituir.

Os renegados deste capítulo são: Karl Popper, Estruturalismo, Stalinismo e Louis Althusser. Karl Popper (1902-1994) nasceu na Áustria e é considerado um dos maiores filósofos da ciência do século XX. O uso de “Popper” se faz presente no livro para Thompson poder discutir teoria da história e historicismo. Thompson, ao iniciar a utilização, começa expondo o entendimento de “Popper” sobre história: (1) Há um sentido muito limitado, no qual se admite que certos “fatos” da história são empiricamente verificáveis, (2) mas quando atravessamos uma obscura fronteira dos fatos isolados ou evidências particulares e passamos à questão do processo, formações sociais e relações, ou causação, penetramos imediatamente um reino no qual devemos ser “culpados” de historicismo, estar-se confessadamente oferecendo uma

interpretação como um ponto de vista; (3) a evidência sobre o passado sobrevive, ou de maneira arbitrária, ou de maneira que impõe uma determinada pressuposição ao investigador histórico; (4) a maioria das interpretações serão circulares no sentido de que se devem enquadrar à interpretação usada na seleção original dos fatos, daí ser o conhecimento histórico seu próprio artefato; (5) “Popper” admite que uma interpretação pode ser desconfirmada por não corresponder a fatos discretos empiricamente verificáveis pelos seus critérios de prova; (6) a prova experimental de qualquer interpretação é impossível; (7) não podemos conhecer a história, apenas fatos isolados e (8) a interpretação constitui um ponto de vista podendo ser legítima, mas não verdadeira.

Para “Popper”, no entender de Thompson; (1) não há história da humanidade, (2) há apenas um número indefinido de histórias; (3) essas histórias de historiadores são criadas a partir de uma matéria infinita de acordo com preocupações contemporâneas e (4) a ênfase recai na incognoscibilidade do processo histórico. “Popper” considera todas as noções de coletividade e de estrutura como ficções holistas ou como abstrações impostas pelo observador. Desta forma, para o “Popper” de Thompson:

“A incognoscibilidade da história como processo que encerra sua própria causação, já que (a) qualquer noção de estrutura e mediações estruturais acarreta atribuições ‘holistas’ impróprias, e as noções ‘historicistas’ de causação e de processo são inverificáveis pelos testes experimentais”.¹³⁵

As objeções, então, que “Popper” levanta contra o materialismo histórico são, primeiro, que os fatos são isolados, segundo, que eles são compostos de uma matéria-prima impura, e em terceiro, que múltiplos fatos multiplicam as impurezas:¹³⁶

“Popper desautoriza o que não pode ser percebido pelos sentidos, testado pela experimentação, verificado; mas as interconexões dos fenômenos sociais, a causação dentro do processo histórico parecem-lhe estar além de qualquer prova experimental: por isso o empirismo fraco nos deixa contemplando, sem compreendê-las, as manifestações

¹³⁵ Idem, p. 43. *PT*, p. 34.

¹³⁶ Aqui, para Thompson, as objeções são as mesmas para Althusser.

mais imediatas do mundo, aceitando-as tal como são por que isso é o que parecem ser”.¹³⁷

Tanto contra as críticas epistemológicas de “Popper”, mas, também, contra as críticas de Althusser, Thompson vai propor sua maneira específica de compreender a história. Contra a lógica de hipóteses autogeradoras, que não estão sujeitas a controle empírico, que levam ao escravizamento da contingência tão rapidamente quando se rendem ao óbvio e manifesto. O que se deve, segundo Thompson, é recitar a natureza árdua do embate entre o pensamento e seu material objetivo: o diálogo a partir do qual todo conhecimento é obtido. A resposta de Thompson a “Popper” é que a lógica histórica é:

“Uma lógica *característica*, adequada ao material do historiador. Não haverá utilidade em enquadrá-la nos mesmos critérios da física, pelas razões apresentadas por Popper e por muitos outros; assim, a ‘história’ não oferece um laboratório de verificação experimental, oferece evidências de causas necessárias, mas nunca (em minha opinião) de causas suficientes, pois as ‘leis’ (ou, como prefiro, a lógica ou as pressões) do processo social e econômico estão sendo continuamente infringidas pelas contingências, de modos que invalidariam qualquer regra nas ciências experimentais, e assim por diante. Mas tais razões não são objeções à lógica histórica, nem impõem (como Popper supõe) a imputação de ‘historicismo’ a qualquer noção da história como o registro de um processo unificado com sua própria ‘racionalidade’. Simplesmente ilustram (e, ocasionalmente, definem, com maior utilidade) a conclusão de que a lógica histórica não se iguala aos procedimentos disciplinares da física”.¹³⁸

Este emprego de “Popper” é para Thompson demonstrar e denominar um tipo específico de pensar a historiografia com o qual ele não concorda. Contra o agenciamento de “Popper”, o antídoto é “Vico”, contra a parcialidade das evidências, o diálogo disciplinado entre conceitos e fontes, contra a impossibilidade do conhecimento histórico, a lógica histórica.

Outro personagem desta intriga, diferente dos demais, é um sistema teórico, o estruturalismo. A questão é como um sistema teórico heterogêneo pode virar um personagem de uma intriga, pois, daria a este uma densidade ontológica que não tem.

¹³⁷ Idem, p. 45. *PT*, p. 35.

¹³⁸ Idem, p. 48. *PT*, p. 38.

Porque, por mais que, nas utilizações nominais anteriores, estivessem tratando de desconstruir em predicados os personagens, eles foram sujeitos com predicados, isto é, eles eram sujeitos históricos concretos com uma referência concreta. Ao empregá-los como predicado, de um contexto passado, na forma de personagem, não havia problema de inflação ontológica, pois, a cópula entre sujeito e predicado é assegurada pelo próprio já ter sido do personagem. Entretanto, tal inflação ontológica, não é um problema, mas até uma solução, do ponto de vista da investigação do texto. Pois o estruturalismo é algo que está no texto como algo a ser confrontado, como se tivesse vida própria. Partindo do ponto de vista de que ele está dentro de uma intriga e o autor se debate contra ele, então, para entendê-lo fazendo parte desta intriga, ele tem que virar o personagem “estruturalismo”, como se fosse um ogro no qual Thompson está no encalce. Assim, esta inflação ontológica é produtora para a intriga do texto, mas equivocada enquanto não tem referente, não poderia dizer o que é. Contudo, a partir da dialética do sentido e da referência, é possível que o personagem “estruturalismo” tenha uma referência extralinguística e assim dizer o que ele é ou *foi*.¹³⁹ Assim, por mais que o “estruturalismo” não possa ser “encarnado” em um corpo, ele pode ter referência em um tempo específico e um espaço específico como um sistema de pensamento, a ser desconstruído em seus predicados na intriga que, neste caso o inflaciona como personagem, mas o deflaciona enquanto predicado. Dos excessos de estruturalismos, Thompson nomeia o “estruturalismo”.

Para Thompson, é importante assumir uma perspectiva histórica do “estruturalismo”. Pois lhe parece que a ascensão dele tem raízes na experiência histórica e que essa tendência, da mente moderna, pode ser vista em parte como uma tendência à ideologia. O “estruturalismo” pode inclusive ser visto como a ilusão desta época, tal como o evolucionismo e o voluntarismo caracterizam momentos anteriores deste século. Nas décadas de cinquenta e sessenta do século vinte, tanto o evolucionismo como o voluntarismo perderam força e silenciaram notadamente no ocidente, por que: “o vocabulário do estruturalismo colocou tudo mais de lado”.¹⁴⁰

¹³⁹ RICOEUR, Paul. *Teoria da interpretação: O discurso e o excesso de significação*. Lisboa, Portugal: Edições 70, 2009. p. 34-38.

¹⁴⁰ THOMPSON, E. P. op. cit., p. 85. *PT*, p. 73.

A história, tão maleável à vontade heróica, em 1943 e 1944, segundo Thompson, pareceu cristalizar-se de repente em duas monstruosas estruturas antagônicas (capitalismo, comunismo), cada uma das quais só permitindo uma margem mínima de movimento dentro do seu âmbito de operação (Guerra Fria), portanto o que Thompson quer dizer é que:

“O vocabulário do estruturalismo foi fornecido pelo aparente ‘senso comum’, as aparências manifestas, das três décadas de estase da Guerra Fria. Em suas tendências mais generalizadas, foi um vocabulário *burguês*, uma apologia do *status quo* e uma invectiva contra os hereges ‘utópicos’ e ‘mal-adaptados’. Na década de 1950 os estruturalismos – por vezes produto de espíritos solitários que trabalhavam em contextos anteriores – fluíam *com* a corrente, e se reproduziam por toda parte como ideologia (...) No fim, estruturalismos mais ambiciosos e mais sofisticados passaram a ser moda. Os vocabulários estruturalistas foram tomados não da ciência natural ou da poesia, mas ora da sociologia, ora da linguística e antropologia, e ora da antiestrutura da Economia Política marxista – o ‘lado *Grundrisse*’ de Marx”.¹⁴¹

Quando fala de vocabulário, trata-se do seu sentido ideológico. Argumenta que em cada um desses períodos houve uma pressão da experiência real que pareceu autorizar a adoção de uma determinada linguagem de análise social e política, uma predisposição ideológica para um vocabulário ou outro. Para Thompson:

“A estase sem precedentes e, no mais profundo sentido, o conservantismo histórico (a contínua reprodução de bens materiais e da ideologia, dentro de um circuito aparentemente fechado) inclinou acentuadamente os espíritos contemporâneos para as premissas e termos do estruturalismo (...) Assim, um historiador, face ao estruturalismo, deve farejar e sentir no ar um cheiro de conservantismo”.¹⁴²

Para Thompson, a razão pela qual continuamos com um mecanismo automático está no próprio caráter da teoria: um “estruturalismo”. O que constituiu o “estruturalismo” é, para ele, primeiro, que por mais variáveis que se introduzam e por mais complexas que sejam as suas permutas, essas variáveis mantêm sua rigidez original como categorias, assim, as categorias são categorias de estase, mesmo que sejam então postas em movimento como partes móveis, e segundo, o movimento só

¹⁴¹ Idem, p. 86. *PT*, p. 73-74.

¹⁴² Idem, p. 87. *PT*, p. 74

pode ocorrer dentro do campo fechado do sistema ou estrutura; isto é, por mais complexos e mutuamente recíprocos que sejam os movimentos das peças, esse movimento está encerrado dentro dos limites gerais e determinações da estrutura pré-dada. De tal modo, o sujeito, como escolhendo entre valores e expectativas de futuros a fazer, à moda de Thompson, fica refém dos jogos estruturais. Não sem razão Thompson, de maneira muito áspera, irá bradar contra o “estruturalismo”:

“Toda essa ‘merda’ na qual tanto a sociologia burguesa como o estruturalismo marxista estão mergulhados até o pescoço, nos foi cagada pela paralisia conceptual, pela des-historização do processo e pela redução da classe, ideologia, formações sociais e quase todo o resto, à estase categórica (...) todas essas teorias se arrastam, ao longo de caminhos programados, de uma categoria estática para outra. E são todas, merda não-histórica”.¹⁴³

Isto leva a uma reflexão geral sobre a linguagem do “estruturalismo”, para Thompson. Primeiro, ele está imerso no contexto político: o congelamento dos processos sociais, segundo, os teóricos de hoje estão mais segregados do que nunca em relação à prática, trabalham dentro de instituições complexamente estruturadas, segundo horários e programas, sua informação é obtida cada vez menos da observação; seu conhecimento do mundo é composto, cada vez mais, em suas cabeças ou suas teorias, por meios que não a observação, por último, separa e organiza imparcialmente todas as linguagens, sob uma única condição: a de que as categorias que ele ingere sejam sem ambiguidades e constantes, em conformidade com a constância de seu próprio complexo programa binário. Então, para Thompson, o seu emprego do “estruturalismo” serve para denunciar uma teoria de pessoas à parte da sociedade, longe de seus problemas reais, que numa linguagem quantitativa procuram desistoricizar o passado. Para o autor:

“O estruturalismo (esse terminal do absurdo) é o produto final da razão auto-alienada – ‘refletindo’ o senso comum da época – na qual todos os projetos, empreendimentos e instituições humanos e até mesmo a própria cultura humana parecem situar-se *fora* dos homens, situar-se *contra* os homens, como coisas objetivas, como o ‘Outro’ que, por sua vez, movimenta os homens como coisas. Antigamente, o Outro era

¹⁴³ Idem, p. 122. *PT*, p. 107-108.

denominado 'Deus', ou Destino. Hoje, foi rebatizado de Estrutura".¹⁴⁴

O uso do "estruturalismo" serve, para evidenciar, um modo de proceder teórico que Thompson considera equivocado para a historiografia. Uma teoria de estase, que para Thompson, só reflete a imobilismo da Guerra Fria. Essa crítica ao "estruturalismo" também é importante pois a filosofia de Althusser é caracterizada como uma aproximação do marxismo com o "estruturalismo" e, por consequência, sua porta de entrada na historiografia marxista britânica.¹⁴⁵

Outro passado que Thompson utiliza em seu uso no livro é o "stalinismo". A mesma discussão inicial sobre inflação ontológica, no "estruturalismo", cabe aqui com o "stalinismo". Para Thompson, é importante entender o "stalinismo" de duas maneiras, primeiro, como um acontecimento específico, histórico e político, segundo, como ideologia, instituições e práticas que surgiram naquele momento da história. O "stalinismo", no primeiro sentido, pertence ao passado. A partir da matriz histórica surgiu o "stalinismo" no segundo sentido, como um conjunto de instituições e práticas. E, justamente com isto, surgiu à apologia, a legitimação teórica da prática. Para Thompson, na Guerra Fria:

"O stalinismo produziu uma caricatura do marxismo que ofereceu, numa terminologia muito diferente mas com um vocabulário igualmente abstrato, uma idêntica reificação do processo, na qual uma 'superestrutura' era reduzida a confirmar ou legitimar uma base".¹⁴⁶

Thompson também afirma que sua geração não é responsável pelo "stalinismo". Diz que já o encontraram "lá" quando cresceram, e que o erro foi ter só lutado contra o fascismo, ignorando, por demasiado tempo, a luta contra o "stalinismo" e deste modo: "O stalinismo como ideologia continuou a se reproduzir muito depois de ter passado o momento histórico específico do alto stalinismo".¹⁴⁷

¹⁴⁴ Idem, p. 170. *PT*, p. 153.

¹⁴⁵ Althusser reconhece na introdução da segunda edição de *O Capital* e no capítulo "Estruturalismo?" de *Posições-1*, que sofreu uma influência do vocabulário do estruturalismo, mas que não se considera de modo algum um estruturalista, e para ele esta confusão acontece por sua aproximação com a filosofia de Espinosa, que ele comenta no capítulo "Sobre Spinoza", em *Posições-1*.

¹⁴⁶ Idem, p. 91. *PT*, p. 78.

¹⁴⁷ Idem, p. 157. *PT*, p. 141.

Para Thompson, esse pode ser visto como uma formação social sistemática, com uma lógica e uma legitimação consoantes, marxismo-lenismo-stalinismo, portanto: “O stalinismo, nesse sentido, deu-nos a agenda do presente, e suas formas e modos ‘pesam como uma montanha’ sobre o cérebro dos vivos”.¹⁴⁸

Thompson, na sua crítica e negação do “stalinismo”, percebe-o como uma organização teórica sistemática do erro para a reprodução de mais erro. O “stalinismo” parecia a Thompson:

“Naqueles velhos dias, menos como um sistema teórico coerente do que como uma mistura de práticas repressivas, formas de domínio, retórica hipócrita, ‘teorias errôneas, formas e táticas leninistas derivadas das necessidades da agitação ilegal e transformadas em axiomas universalistas, e tudo isso aliado ao mais insensato oportunismo das razões do poder estatal soviético. O stalinismo como Teoria não precedeu, mas seguiu-se ao fato’”.¹⁴⁹

Assim, o uso do “stalinismo” é empregado para representar o atraso tanto teórico quanto político de uma parte do socialismo, e que o distanciamento deste passado se faz necessário para criação de outra sociedade comunista. Este passado é negado em favor de um socialismo humanista, dos quais será um dos grandes incentivadores, portanto:

“Ao declarar ‘guerra’, desse modo – e ao pedir que outros também se declarem menos equivocadamente – não formulo uma equação simples: stalinismo = todas as organizações comunistas. Não declaro que todo comunista estão contaminado e sofre de uma enfermidade mortal”.¹⁵⁰

Desta forma, o agenciamento do “stalinismo” para Thompson é um forma de contraposição aos seus valores. Ele contrapõe ao “stalinismo” o humanismo de “Morris”. Na sua leitura, o “stalinismo” teria desvirtuado a luta pelo socialismo e enveredado, segundo Thompson, pela via do autoritarismo e engendrado terríveis crimes contra a humanidade.

¹⁴⁸ Idem, p. 155. *PT*, p. 139.

¹⁴⁹ Idem, p. 201. *PT*, p. 182.

¹⁵⁰ Idem, p. 209. *PT*, p. 190.

O último personagem empregado nas negatividades é a figura contra qual Thompson escreve o livro, o filósofo francês Louis Althusser. Ler o “Althusser”, de Thompson. Seu uso é que dá o ritmo do livro. O texto de Thompson é um contrapor-se incessante a “Althusser”. Este, na década de 1970, teve grande influência teórica entre os historiadores marxistas ingleses e principalmente entre os historiadores sociais que começaram a revisar a obra de Thompson.

Thompson divide o livro, basicamente, contra seu “Althusser”, em duas partes: a primeira, teórica e, a segunda, política. A primeira é uma discussão das ideias de “Althusser” sobre teoria da história, focada principalmente sobre empirismo e historicismo, a segunda, mostra as consequências políticas do pensamento de “Althusser”. No presente uso, começaremos pela leitura teórica que Thompson faz. Desta sua leitura ele compreende que:

“Da parte de Louis Althusser e de seus numerosos seguidores foi desferido um ataque imoderado ao ‘historicismo’. Os avanços do materialismo histórico, seu suposto ‘conhecimento’, tinham repousado – ao que se revela – num frágil e corroído pilar epistemológico (‘empirismo’); quando Althusser submeteu esse pilar a um severo interrogatório, ele estremeceu e esboroou-se em pó, e toda a empresa do materialismo histórico desabou em ruínas à sua volta”.¹⁵¹

Como consequência desta leitura de “Althusser”, para Thompson, entende-se, primeiro, que os homens nunca fizeram sua própria história, sendo *träger* ou vetores de determinações estruturais e, segundo, que também a empresa do materialismo histórico foi ilegítima desde o início, uma vez que a verdadeira história é incognoscível e não pode ter sua existência afirmada.

Para Thompson, a epistemologia de “Althusser” baseia-se numa exposição de procedimentos teóricos de disciplinas acadêmicas altamente especializadas: filosofia, a principal, matemática e psicanálise. Caracteriza sua filosofia como: 1) tradição cartesiana de exegese lógica específica 2) teologia católica, 3) monismo de Spinoza 4) diálogo parisiense entre fenomenologia, o existencialismo e o marxismo. Esta é a historicidade da formação filosófica de “Althusser”, conforme Thompson. Portanto, as

¹⁵¹ Idem, p. 10. *PT*, p. 2

peculiaridades da filosofia deste “Althusser”, nos usos de Thompson, como de outros estruturalistas é a de ser, fechada em si mesma e auto-reprodutora: a lógica e a quantidade examinam seus próprios materiais, seus próprios procedimentos. Para Thompson é isto que Althusser oferece como um paradigma dos verdadeiros procedimentos da *Teoria*: G II (prática teórica) age sobre G I para produzir G III.¹⁵²

Neste uso de “Althusser”, G I inclui os fatos e evidências que não são fatos concretos ou singulares; já são conceitos de natureza ideológica. A tarefa da ciência seria em G II uma crítica dos fatos ideológicos e a produção do fato científico. Após isso, Thompson se pergunta como chega o conhecimento a avançar? Para Thompson, se G I é sempre ideológico, não haveria como G II realizar qualquer crítica satisfatória das impurezas ideológicas:

“Em suma, o esquema de Althusser ou nos mostra como as ilusões ideológicas podem se auto-reproduzir interminavelmente (ou evoluir de maneiras aberrante ou fortuita), ou então nos propõe (com Spinoza) que os procedimentos teóricos *em si mesmos* podem refinar as impurezas ideológicas dos materiais dados apenas através do discurso científico da comprovação; ou, finalmente, propõe uma Idéia Marxista sempre imanente e preexistente fora do mundo material e social (Idéia da qual este mundo é um ‘efeito’)”.¹⁵³

Thompson, no seu controle dos excessos das palavras althusserianas, no uso que cria o personagem da intriga, vê que o “absurdo” da teoria de “Althusser” está no modo idealista de suas construções teóricas. Seu pensamento é filho (1) do determinismo econômico, fascinado pelo, (2) idealismo teórico:¹⁵⁴

“Tal idealismo consiste não em postular ou negar o primado de um mundo material ulterior, mas um universo conceptual autogerador que impõe sua própria idealidade aos fenômenos da existência material e social, em lugar de se empenhar num diálogo contínuo com os mesmos. Se há um ‘marxismo’

¹⁵² Sobre processo de conhecimento em Althusser ver: ALTHUSSER, Louis. Sobre a dialética materialista (Da desigualdade das origens). In: *A favor de Marx*. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1979. Contudo, na introdução do segundo edição de *Ler O Capital*, e no capítulo “elementos de autocrítica” de *Posições-1*, Althusser reconhece alguns equívocos em sua proposta epistemológica.

¹⁵³ THOMPSON, E. P. op. cit., p. 19-20. PT, p. 11.

¹⁵⁴ É interessante notar, que Althusser em seus textos, afirma que sua obra é uma crítica do: economicismo, idealismo, stalinismo, empirismo, historicismo, humanismo. Economicismo, idealismo, stalinismo, que Thompson acusa Althusser de propagar, Althusser em toda a bibliografia aqui usada os crítica.

do mundo contemporâneo, que Marx e Engels reconheceriam imediatamente como um idealismo, é o estruturalismo althusseriano. A categoria ganhou uma primazia sobre seu referente material; a estrutura conceptual paira sobre o ser social e o domina”.¹⁵⁵

A rachadura central que percorre todo o pensamento de “Althusser” é, para Thompson, a confusão entre (1) procedimentos empíricos, controles empíricos; e (2) empirismo. Essa rachadura invalida todo seu pensamento. Sua posição epistemológica impede que compreenda os dois diálogos a partir dos quais se forma o conhecimento: (1) o diálogo entre (a) consciência social e (b) ser social, que dá origem a experiência, (2) o diálogo entre (a) organização teórica e (b) o caráter determinado do objeto. Em consequência da 2ª deficiência, para o historiador inglês, ele não pode compreender o caráter daqueles procedimentos empíricos que são elaborados, não só para interrogar os fatos, como para assegurar que eles respondam com sua própria voz. Em consequência da 1ª deficiência, segundo Thompson, “Althusser” não compreende nem a gênese real, existencial, da ideologia, nem as maneiras que a práxis humana contesta essa imposição ideológica e pressiona contra suas amarras. Como ignoraria os diálogos, não pode compreender como o conhecimento histórico acontece, nem os procedimentos de investigação da disciplina histórica. Segundo Thompson, por ignorar os diálogos e principalmente confundir procedimento empírico e empirismo:

“A ‘cesura epistemológica’, com Althusser, é uma cesura com o autoconhecimento disciplinado e um salto na autogeração do ‘conhecimento’, de acordo com seus próprios procedimentos teóricos, isto é, um salto para fora do conhecimento e para dentro da teologia”.¹⁵⁶

Thompson, da mesma forma que em “Popper”, oferece uma resposta a “Althusser” sobre o modo de proceder do historiador, após suas considerações sobre seu adversário:

“Nem pode a lógica histórica ser submetida aos mesmos critérios da lógica analítica, o discurso de demonstração do filósofo. As razões para isso estão não na falta de lógica do historiador, mas em sua necessidade de um *tipo* diferente de lógica, adequado aos fenômenos que estão sempre em movimento, que evidenciam – mesmo num único momento –

¹⁵⁵ Idem, p. 22. *PT*, p. 13.

¹⁵⁶ Idem, p. 43. *PT*, p. 33.

manifestações contraditórias, cujas evidências particulares só podem encontrar definição dentro de contextos particulares, e, ainda, cujos termos gerais de análise (isto é, as perguntas adequadas à interrogação da evidência) raramente são constantes e, com mais freqüência, estão em transição, juntamente com os movimentos do evento histórico: assim como o objeto de investigação se modifica, também se modificam as questões adequadas”.¹⁵⁷

Sobre a solução oferecida da história como processo, por “Althusser”, tem duas partes: (1) afasta a agência humana da história, que se torna então um processo sem sujeito, (2) expulsa da história o processo. A história, segundo Thompson, reapareceria de duas formas: (1) uma infinidade de acontecimentos humanos e colisões das vontades humanas, que, porém sendo desprovidos de forma, não são históricos; (2) o processo revela-se não como um processo histórico, mas como articulação estrutural de formações sociais e econômicas.

“Althusser” anuncia como teoria marxista original e rigorosa noções desintegrativas da totalidade do processo histórico. Para Thompson, “Althusser” quer se libertar das determinações concretas do tempo histórico. Em que consiste esta liberação? Consiste em substituir o processo pela estrutura. Mais precisamente, as estruturas não ocorrem nem sofrem transformações dentro do processo histórico mais amplo. O processo está inscrito na estrutura e sobrevive como o desenvolvimento das formas dessa estrutura.¹⁵⁸

“Althusser”, no uso de Thompson, assume que várias temporalidades específicas de cada modo de produção, de cada nível, são autônomas, mas dependente, em relação ao todo. Esse processo é agora um atributo da estrutura, ou mais exatamente, é a história de suas permutas, combinações e formas possíveis. Portanto, a expulsão do processo da história e sua subsequente incorporação como um atributo secundário de estrutura, pois:

“O estruturalismo de Althusser é, como todos os estruturalismos, um sistema de *fechamento*. Não consegue estabelecer a distinção entre processo

¹⁵⁷ Idem, p. 48. *PT*, p. 38.

¹⁵⁸ Sobre o conceito de tempo histórico em Althusser: ALTHUSSER, Louis. Os defeitos da Economia Clássica: Esboço de conceito de tempo histórico. In: *Ler O Capital*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979. v12.

estruturado que, embora sujeito a determinada pressões, continua aberto e só parcialmente determinado, e um todo estruturado, dentro do qual o processo está encerrado”.¹⁵⁹

Depois do emprego teórico de “Althusser”, agora a leitura direciona-se para ler o “Althusser” político. Neste viés político, o tema da discussão volta-se para o humanismo e o moralismo: “é esse, portanto, o protagonista ausente com que Althusser se engalfinha em *A favor de Marx* e em *Ler o capital: a revolta anti-stalinista*, a crítica intelectual total, que se congregou durante certo tempo sob o lema do ‘socialismo humanista’”.¹⁶⁰

Para Thompson, pode-se ver a emergência do althusserianismo como uma manifestação de uma ação policial geral dentro da ideologia, como a tentativa de restabelecer o stalinismo ao nível da teoria. Quando as ilusões finalmente se dissiparam, em 1956, coube a “Althusser”, segundo Thompson, costurar os olhos das pessoas e tapar-lhes os ouvidos, trazer de volta toda a estrutura corrompida da falsidade, sob a forma mais elegante. Para o historiador inglês, em sua leitura política de “Althusser”, este era o velho inimigo, as razões de poder stalinista. Mas, para uma geração pós-stalinista, segundo Thompson, o truque deu certo. Essa rigorosa crítica do dogmatismo, economicismo que faz quase sozinho, atribuiu-lhe a árdua tarefa de restabelecer a ciência marxista.¹⁶¹

Thompson afirma que escreveu por pena da inocência de uma geração pós-stalinista. Tentando desembaraçar uma meada confusa, explicar a função do althusserianismo como uma ação policial ideológica contra qualquer crítica socialista fundamental do stalinismo, mas uma ação policial que se apresenta exatamente como essa crítica: “só em nossa época o stalinismo encontrou a sua expressão teórica verdadeira, rigorosa e totalmente coerente. É o planetário de Althusser”.¹⁶² De tal modo, longe de constituírem uma geração pós-stalinista, os althusserianos, e os que partilham de suas premissas e modos idealistas, trabalham com ardor, todos os dias, na linha de produção teórica da ideologia stalinista:

¹⁵⁹ THOMPSON, E. P. op. cit., p. 112. PT, p. 98.

¹⁶⁰ Idem, p. 150. PT, p. 134.

¹⁶¹ Sobre o pensamento de Althusser sobre o stalinismo ver: ALTHUSSER, Louis. Nota sobre a “crítica do culto de personalidade”. In: *Posições -1*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.

¹⁶² THOMPSON, E. P. op. cit., p. 157. PT, p. 141.

“Façamos um resumo de nossa exposição. O humanismo, argumenta Althusser, é a heresia que introduz os ‘homens’ como agentes ou sujeitos, em sua própria história por uma ‘redução disfarçada’, ‘que trata as *relações de produção* como simples *relações humanas*’”.¹⁶³

“Althusser” empenhou-se numa ação policial ideológica contra essa crítica, tentando desautorizar os termos mais importantes em que ela foi feita. Nesse caso, e apenas neste caso, a autorização exibida por “Althusser”, no entender de Thompson, é autêntica, e está assinada por Marx e por Engels. A moral é simplesmente equacionada a moral burguesa, a ideologia. O humanismo e o moralismo dando um tratamento imaginário aos problemas reais.

O althusserianismo é, conforme o historiador inglês, apenas uma forma, sofisticada, entre vários marxismos que colocaram de lado o socialismo humanista e acossaram as mentes de um setor da *intelligentsia* ocidental a partir da década de 1960. E as consequências práticas de ler o “Althusser”, no uso de Thompson, é apenas uma forma extrema de um mal-estar generalizado, não só de teoria, mas também da presença política do movimento socialista. A teoria althusseriana foi perfeitamente adaptada para essa função, e destinada exatamente a essa camada intelectual elitista:

“Mas o althusserianismo é algo sério. Reforça e reproduz a passividade efetiva ante a ‘estrutura’ que nos mantém todos aprisionados. Reforça a ruptura entre a teoria e a prática. Afasta os bens intencionados do engajamento teórico ativo. E, ao nível do mais vulgar discurso político, proporciona legitimações ideológicas a todas as mais estúpidas e perigosas meias-verdades que supúnhamos finalmente banidas: que a ‘moral = interesses da classe operária’, que ‘filosofia = luta de classes’, que ‘direitos e práticas democráticas = ideologia ‘liberal’”, e assim por diante”.¹⁶⁴

Para o historiador inglês, as ideias de “Althusser” estão instaladas numa determinada camada social: a *lumpen-intelligentsia* burguesa, que se caracteriza da seguinte forma: (1) aspirantes a intelectuais, (2) inocência prática, (3) burgueses, (4) revolucionários imaginários, (5) desorganizadores do discurso de esquerda, (6) produzem uma divisão elitista entre teoria e prática.

¹⁶³ Idem, p. 160. *PT*, p. 144.

¹⁶⁴ Idem, p. 206, *PT*, p. 186-187.

Esta é a representação que Thompson faz de “Althusser” ao seu leitor. Um oponente no campo político e teórico. Das várias possibilidades de utilização do filósofo francês, faz a que condiz com sua postura política e teórica. Ao empregar desta forma “Althusser” na sua intriga, Thompson, além de limitá-lo e controlá-lo discursivamente para si, também tenta conter sua influência na historiografia inglesa. No uso que faz dele, mostra-o como seu oposto, como o outro que usa para mostrar suas próprias ideias e posições.¹⁶⁵ Ler o “Althusser”, dentre outros possíveis, este também poderia ser o subtítulo do livro.

“Popper”, “estruturalismo”, “stalinismo” e “Althusser” são sua anti-genealogia, a tradição que reprime, e que não quer coadunar ao marxismo. São os nomes que são identificados como desvirtuantes do marxismo e postos na “inquisição”. Como no caso em que Certeau estuda a bruxaria na *Escrita da história*, ou Ginzburg o moleiro do século XVI, o outro é interrogado e culpado de heresia, desvio.

3.3. Disjunções

A terceira e última fase de usos do passado desta intriga é relativa a Karl Marx, o ano de 1956 e o marxismo. Estes são os escolhidos desta parte da intriga. São por isso diferente dos outros usos porque sua peculiaridade é, ao mesmo tempo, fazer parte formação do pensamento de Thompson e, também, ser um fator de recusa. De certa maneira este terceiro tipo de emprego reúne os critérios dos dois anteriores. Esta terceira fase de agenciamentos deixará mais nítido tanto os propósitos teóricos como políticos de Thompson.

O primeiro personagem desta última parte da intriga é Karl Marx (1818 – 1883). “Marx” é sem dúvida a grande referência de Thompson. O legado de “Marx” deu origem a inúmeros marxismos, por isso, é importante saber qual é o “Marx” de Thompson. Seu tratamento do intelectual alemão do século XIX é importante para compreender o pensamento de Thompson. Notadamente, é inegável que Thompson

¹⁶⁵ “La mejor manera de calibrar la posición global y la contribución de Thompson em este punto es compararlas com las del antagonista elegido por él: Althusser. La simetria de su oposición es absoluta”. PERRY, Anderson. op. cit., p. 63.

divide “Marx” em dois, o jovem e o velho “Marx”. O primeiro, o do materialismo histórico, o segundo, da economia política. Desta forma, Thompson colocou um “Marx” específico em sua genealogia, fez um recorte do pensador revolucionário que o acomodará em sua tradição de pensamento.

É importante notar no emprego de Thompson a leitura que este faz de *O capital* ou do que ele chama o lado *Grundrisse* de “Marx”. É de ressaltar a insatisfação de Thompson com a possibilidade de a economia política ser o pilar do marxismo e, em sequência, deste tipo de materialismo histórico ter um caráter científico.

Para Thompson, deve-se começar concordando imediatamente que *O capital* não é uma obra de história. “Marx” jamais pretendeu escrever um livro sobre a história do capitalismo. A maneira de ler *O capital*, em Thompson, é afastando-se por um momento da estrutura do livro e indagar de que tipo de estrutura se trata. (1) deve-se, segundo Thompson, notar que parte do vigor do trabalho vem não de seus procedimentos explícitos, mas de escolhas relativa a valores, que não poderiam ser deduzidas dos procedimentos conceituais, e que não são objeto de estudos. Marx não só põem a nu processos econômicos como também expressa indignação. Vestígios de moralismo e humanismo. (2) Que se depurar *O capital* de todas as interferências morais a maior parte do livro seria uma exposição de uma ciência alternativa das funções e leis econômicas. Isto é, se não desaprovamos a exploração, o desperdício e o sofrimento, para Thompson, então nos encontraríamos frente a uma estrutura alternativa das relações econômicas, submetida a leis. Essas duas considerações não são introduzidas com propósitos moralistas. Elas ajudam a ver *O capital* no contexto intelectual de sua gênese.

No entendimento de Thompson, a economia política burguesa descobriu uma ordenação diferente, considerada mais como um processo natural, cujo nexos era o mercado, onde os interesses conflitantes eram medidos, sob o governo das leis do mercado. Na época em que “Marx” se propôs a estudá-la, a economia política era uma estrutura verdadeiramente muito aprimorada. “Marx” identificou esta estrutura como seu principal adversário e reuniu todas as suas forças para desbaratá-la. Teve que entrar em cada uma das categorias da economia política. Isso evidencia que “Marx” foi

colhido por uma armadilha: a armadilha preparada pela economia política. Foi sugado por um redemoinho teórico. Quando Thompson examina as carências filosóficas da década de 1840, e as hipóteses que apoiam a *Ideologia alemã* e o *Manifesto comunista*, parece haver uma indicativo de estase, e mesmo regressão, nos quinze anos ulteriores. Há alguma coisa de obsessivo, segundo Thompson, na batalha de “Marx” versus a economia política. Assim sendo, isoladas, as atividades econômicas, tornaram-se objeto de uma ciência.

Suas conclusões eram aclamadas como lei porque tinham interesses sociais que elas fossem leis. Essa é a estrutura da economia política, na leitura de Thompson, e “Marx” penetrou nela visando derrubá-la e por mais que tentasse a estrutura permanecia, pois a premissa de isolar um aspecto da realidade era o equívoco, portanto:

“É mais exato dizer que Marx, na época do *Grundrisse*, não permaneceu tanto na estrutura da ‘Economia Política, e sim desenvolveu uma *antiestrutura*, mas dentro das mesmas premissas. Os postulados deixaram de ser o interesse pessoal do homem e se tornaram a lógica do capital, a que os homens estavam subordinados (...) Mas o que temos, no final, não é a derrubada da ‘Economia Política’, mas *uma outra ‘Economia Política’*”.¹⁶⁶

Na medida em que as categorias de “Marx”, no entendimento de Thompson, eram anti-categorias, o marxismo foi marcado, num estágio do seu desenvolvimento pelas categorias da economia política, a principal delas era a noção de (1) econômico como uma atividade de primeira ordem, essa foi uma primeira marca; a (2) segunda foi que há neste sentido no pensamento de “Marx”, do *Grundrisse*, uma estrutura estática e anti-histórica.

O capital é uma categoria operativa que cria as leis de seu próprio desenvolvimento, e o capitalismo é o efeito, nas formações sociais, dessas leis. Mas quando o capital e suas relações são considerados como uma estrutura, então essa estrutura tem uma estase categórica. O capital tornou-se ideia que se desdobra em história. O “x” desse organismo é o capital, a alma do órgão, que subordina todos os elementos da sociedade a si mesmo e cria a partir dela seus próprios órgãos. Aqui,

¹⁶⁶ THOMPSON, E. P. op. cit., p.72. PT, p. 60.

Thompson crítica um “Marx”, o de *O capital*, e por isso ele volta a sua leitura de “Engels”, em sua carta a Schmidt, em que as recomendações se tornam salutares: conceitos e leis econômicas não têm realidade, exceto como uma aproximação. “Marx”, para o historiador inglês, havia atravessado a linha conceitual invisível entre capital e capitalismo. Assim, no seu entendimento de história, a totalidade da sociedade compreende muitas atividades e relações que não são temas da economia política, que foram definidas fora da economia política e para as quais ela não tem termos. Portanto, a economia política não pode mostrar o capitalismo como capital na totalidade de suas relações, não tem linguagem ou termos para fazer isto. Só um materialismo histórico. Entretanto crê que:

“Mas o materialismo histórico verificou que Marx teve uma intuição mais profunda, que na verdade antecedeu o *Grundrisse*: a de que a lógica do processo capitalista encontrou expressão dentro de todas as atividades de uma sociedade e exerceu uma pressão determinante sobre o seu desenvolvimento e forma: dando-nos pois o direito de falar do capitalismo, ou de sociedades capitalistas”.¹⁶⁷

Thompson entende que “Marx”, durante dez anos, ficou nessa armadilha, entretanto, sugere quatro liberações da armadilha.¹⁶⁸ A primeira armadilha nunca se fechou totalmente. “Marx”, para Thompson, concebera o capitalismo em termos históricos na década de 1840 e continuou a fazê-lo, irregularmente, no *Grundrisse*. E esses foram também anos em que a análise política aplicada e concreta continuou a fluir de sua pena. Em segundo, e concomitantemente, ele continuou a se desenvolver, não só em sua experiência histórica, mas também em sua experiência política prática, como ator histórico de seu próprio papel, e na observação do crescimento, fluxo e recessão das lutas das classes trabalhadoras na Europa. A terceira ressaltaria a influência de *A origem das espécies* e a quarta a redação de *O capital* envolveu uma reestruturação radical de seu material, segundo vias parcialmente sugeridas por *A origem das espécies*. Entretanto, para Thompson, mesmo com essas libertações de “Marx”:

“Em parte – a parte especificamente de antiestrutura da ‘Economia Política’- a estrutura de *O Capital*

¹⁶⁷ Idem, p. 74. *PT*, p. 62.

¹⁶⁸ Serão abordadas só as duas primeiras, pois, as duas últimas foram apresentadas no uso de Darwin.

continua sendo a do *Grundrisse*. Continua sendo um estudo da lógica do capital, não do capitalismo, e as dimensões sociais e políticas da história, a irritação, e o entendimento da luta de classes surgem de uma região independente do sistema fechado da lógica econômica”.¹⁶⁹

Como pura economia política, para Thompson, *O capital* pode ser criticado por introduzir categorias externas, como história segue com demasiado servilismo leis econômicas não-históricas. *O capital* não foi um exercício de ordem diferente daquela da economia política burguesa madura, mas uma confrontação total dentro da mesma ordem. Como tal é a mais alta realização da economia política e aponta a necessidade de sua superação pelo materialismo histórico. Dizer isso, nos usos de Thompson, não diminui a realização de “Marx”, mas a realização não produz o materialismo histórico, prove as condições para sua produção. Um conhecimento unitário da sociedade não pode ser obtido de uma ciência que, para ele, como pressuposição de sua disciplina, isola certos tipos de atividade apenas para estudo e não oferece categorias para outros. É certo que em *O capital*, avalia o historiador inglês, a história é introduzida para oferecer exemplificação e uma ilustração a uma estrutura de teoria que não é derivada da disciplina.

É mais verdadeiro dizer que a história em *O capital*, e nos escritos dele resultantes, é imensamente fértil como hipótese, e como hipótese que questiona, repetidamente, a adequação das categorias de economia política. Mas essa utilização não envolveu apenas testá-las ou verificá-las, implicou também sua substituição: “a Economia Política, incluindo a ‘anti’-estrutura de Marx, não dispunha de termos (...) que se tornam, imediatamente, essenciais para que compreendamos as sociedades e as histórias”.¹⁷⁰

É por isso o uso de “Engels” por Thompson, que quer demonstrar que este quer resgatar o materialismo histórico da metade do século XIX, que toda a história está por estudar, e que a economia política não tem categorias para outras realidades da vida. Não só o materialismo histórico, mas a região mais perto dele que está mais próxima de *O capital*, era considerada por “Engels” estando ainda no berço. Mesmo com todas

¹⁶⁹ Idem. p. 77. PT, p. 65.

¹⁷⁰ Idem, p. 181. PT, p. 164.

essas críticas a “Marx”, esse não era o seu, o seu “Marx” era outro: “e se o próprio Marx teve uma prioridade metodológica suprema, esta foi, precisamente, a de destruir a fabricação de teorias não-históricas desse tipo”.¹⁷¹

É nas questões morais, para Thompson, que o silêncio de Marx, e da maior parte dos marxismos, é tão evidente que chega a ensurdecer. É um silêncio estranho, pois como Thompson nota em “Marx”, em sua ira e compaixão, era um moralista em cada palavra que escrevia, até o final de sua vida, quando encontrou, em suas pesquisas antropológicas, problemas que evidentemente exigiam análise em termos não oriundos da economia política, este “Marx” estava sempre tentando remetê-los de volta a um quadro de referência econômico. Por isso o uso de “Morris” na questão moral, e por ser isso um silêncio de “Marx”.¹⁷²

“Marx”, para Thompson, nos fez atravessar um umbral deixando-nos na porta. Na visão do historiador inglês: “A questão é que *Marx está do nosso lado; nós não estamos do lado de Marx*. Ele é uma voz cujo vigor nunca será silenciado, mas não foi jamais a única voz, e seu discurso não tem um alcance ilimitado”.¹⁷³ Thompson sempre se reconheceu como marxista e nunca deixou de registrar sua dívida intelectual com “Marx”, mesmo após sua saída do PCGB. Mas sua leitura de “Marx” enquadra-se numa dicotomia em relação a “Althusser”, pois este valoriza o velho “Marx” da cesura epistemológica, o do *Capital* o do *Grundrisse*, como também seus sectários ingleses contra o qual Thompson diverge. Essa leitura de “Marx” é sintomática da disputa teórica e política no mercado linguístico inglês sobre qual a interpretação correta sobre o revolucionário alemão. Uma disputa que acaba criando um regime de verdade sobre os excessos dos possíveis “Marx”.¹⁷⁴

O próximo personagem da intriga é o marxismo. Com o “marxismo”, também, ele tem uma relação complexa como se mostra no texto. Uma relação tanto de

¹⁷¹ Idem, p. 57. *PT*, p. 46.

¹⁷² Entretanto na questão moral Thompson faz uma pequena defesa de Marx, que a seu ver adotou uma postura antimoralista, pois, o clima da Inglaterra vitoriana era de um moralismo triunfante cuja retórica, segundo Thompson, disfarçava as realidades da exploração do imperialismo. Ver p.190. *PT*, p. 171-172.

¹⁷³ Idem, p. 211. *PT*, 192.

¹⁷⁴ Sobre o jovem Marx em Althusser ver: ALTHUSSER, Louis. “Sobre o jovem Marx” (Questões de teoria) *A favor de Marx*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980. Também, _____. Sobre a Evolução do Jovem Marx. In: *Posições -1*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.

afinidade como de recusa. O que Thompson pretende no seu texto é mostrar com que “marxismo” ele se enquadra e qual ele nega. O *fazer-se* de Thompson como marxista está ligado a experiência vivida da sua formação, tanto política como historiográfica.

O “marxismo” é, para Thompson, uma questão delicada. Seu uso do “marxismo”, aqui visto como movimento político e teórico é ambíguo. Do ponto de vista teórico defenderia um marxismo que Alvin Goulder chama de “marxismo” crítico oposto ao científico de “Althusser”.

O avanço do “marxismo” não foi unilinear e sem problemas. Este vem sofrendo, segundo a narrativa de Thompson, uma modificação muito extraordinária e está se dividindo em dois. O que é ativamente rejeitado é uma tradição da análise marxista histórica e política e o conhecimento que vem proporcionando, do que segue se que: (1) o “marxismo” althusseriano não é apenas um idealismo, (2) mas tem muito dos atributos de uma teologia (3) e o que esta em jogo, dentro da tradição marxista, é a defesa da própria razão. Para seus objetivos de significação de estrutura e sujeito, o “marxismo”, como teoria e como espaço de luta política, tem que estar aberto à agência ativa do sujeito e:

“Foi exatamente a noção do marxismo como uma suma teórica auto-suficiente que constituiu a essência da heresia metafísica contra a razão, e que inibiu a investigação ativa do mundo na tradição em desenvolvimento, provisória e auto-crítica do materialismo histórico”.¹⁷⁵

É nisto que está à diferença entre “marxismos” e tradição marxista. É possível, para Thompson, ter uma prática marxista, mas considerar os “marxismos” como obscurantismos. É na noção mesma do “marxismo” como ciência que Thompson encontra a marca registrada do obscurantismo, e de um obscurantismo copiado, como tantas outras coisas, de uma ideologia burguesa de grande longevidade. O “marxismo” vem sofrendo, conforme Thompson, há décadas de uma devastadora doença do economismo vulgar. Seus movimentos foram enfraquecidos, sua memória está falha, sua visão está obscurecida. Para Thompson os “marxismos” e a tradição da investigação empírica aberta, ambos originados na obra de “Marx”, nunca foram a

¹⁷⁵THOMPSON, E. P. op. cit., p. 202. PT, p.183.

mesma coisa. O “marxismo” foi apenas uma evolução possível, embora tendo uma débil relação com “Marx”. Mas a tradição marxista aberta, explanatória, autocrítica foi também outro desenvolvimento. Para Thompson, nem todos os “marxismo” fizeram parte desta heresia, como enquadra o “marxismo” ao qual ele se opõe o de “Althusser”. Mas, para ele, a maioria deles, como o maoísmo, trotskismo e “marxismos” acadêmicos partilham “do mesmo tipo de pensamento religioso no qual o marxismo é proposto como um sistema de verdade final: isto é, como uma teleologia. Todos buscam colocar Marx de volta na prisão do *marxismo*”.¹⁷⁶

Desta forma, abriu-se uma divisão no “marxismo”, que tornou impossível a coabitação das posições stalinistas e anti-stalinistas. Para ele ao examinar o althusserianismo e outros “marxismos”, já não há nenhum significado teórico à noção de uma tradição marxista comum. Para Thompson, há duas tradições do “marxismo” e há dois possíveis usos de seu passado, por que:

“O fosso que se abriu não foi entre diferentes ênfases ao vocabulário de conceitos, entre esta analogia e aquela categoria, mas entre modos de pensar idealista e materialista, entre o marxismo como um fechamento e como uma tradição, derivada de Marx, de investigação e críticas abertas. O primeiro é uma tradição de teologia. O segundo é uma tradição de razão ativa. Ambos podem buscar uma certa autorização em Marx, embora o segundo tenha credenciais imensamente melhores quanto à sua linhagem. Devo, portanto, declarar inequivocadamente que já não posso falar de uma tradição marxista única, comum. Há *duas* tradições, cuja bifurcação e afastamento foram lentos e cuja declaração final de antagonismo irreconciliável foi retardada – como fato histórico – até 1956. A partir de então foi necessário, na política e na teoria, declarar-se fiel a uma, ou a outra. Entre teologia e a razão não pode haver margem para a negociação. O comunismo libertário, e o movimento socialista e trabalhista em geral, não podem ter relações com a prática teórica, exceto para denunciá-la e expulsá-la”.¹⁷⁷

Prática teórica é umas das formas de Thompson se referir a “Althusser”. E percebemos que o “marxismo” foi dividido em dois por Thompson. Um “marxismo” que nega e outro que faz uso tanto do ponto de vista político e teórico.

¹⁷⁶ Idem, p. 203. *PT*, p. 183.

¹⁷⁷ Idem, p. 208. *PT*, p. 188-189

A noção utilitária de que todos os fatos são quantificáveis e mensuráveis, e de que tudo o que não pode ser medido não é um fato, está viva e animada, conforme Thompson, e domina uma grande parte da tradição marxista. A escolha que se apresenta à tradição marxista é, para ele, entre o irracionalismo idealista e a razão operativa e ativa na leitura thompsoniana do “marxismo”.

O último personagem da intriga no texto de Thompson é o ano de 1956. Uma data que vira personagem. Uma data que vira um conceito e na sintaxe das palavras thompsonianas vira um nome próprio. “1956” é relativo ao XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética e a invasão da Hungria por tropas soviéticas. No XX congresso do PCUS revelaram-se os crimes de Stalin contra os opositores e toda brutalidade do stalinismo. “1956” marcou tanto Thompson que ele enfatiza esse sinal: “I commenced to reason in my thirty-third year, and, despite my best efforts, I have never been able to shake the habit off. I first the habit in 1956”.¹⁷⁸

O ano de “1956” é um divisor na vida política e intelectual de Thompson. Não há comentadores da obra de Thompson que não cite como um evento ímpar em sua biografia e na moldura de sua subjetividade. Em “1956” Thompson se distancia de um “marxismo” super-racionalizado e aproxima-se de uma visão mais estética da historiografia e sua gramática assume tons românticos.¹⁷⁹ O agenciamento de “1956” em seu texto é sua definitiva posição de romper com certo tipo de “marxismo”, tanto teórico quanto institucional. Desta forma:

“Depois de 4 de novembro de 1956, quando as forças soviéticas invadiram Budapeste, iniciou-se uma ação disciplinar generalizada através do movimento comunista internacional: reimpôr os controles disciplinares do Estado ou Partido, restabelecer a ortodoxia idológica – na verdade, reconstruir, em condições modificadas, o stalinismo sem Stalin”.¹⁸⁰

“1956” é o ano da decepção de Thompson com o “marxismo” institucional. Decepção que levava ele a rever a obra de “Marx”, mas sem nunca abandoná-la. Há

¹⁷⁸ PT, p. i. Na versão original em inglês há uma introdução que não existe na versão brasileira. A tradução deste trecho é feita pelo autor. “Eu comecei a pensar nos meus trinta e três anos, e, apesar dos meus melhores esforços, eu nunca fui capaz de abandonar esse hábito. A primeira vez foi em 1956”.

¹⁷⁹ SCHWARTZ, Bill. Razão e desrazão em E. P. Thompson. In: *Projeto história*. São Paulo: n. 12. Outubro de 95.

¹⁸⁰ THOMPSON. E. P. op. cit., p.146. PT, p. 130.

um desencanto com o “marxismo”, ou com uma das vias possíveis do “marxismo”, que o uso do ano de “1956” mostra a Thompson; em “Em 1956 foi, por fim, oficialmente ‘revelado, que o stalinismo vinha, há décadas, esmagando homens como moscas – comunistas ou não comunistas ”.¹⁸¹

Após o XX congresso do PCUS e a invasão da Hungria, Thompson se “liberta” da tutela do partido e alcança outros caminhos com o socialismo humanista. Sua tarefa agora era combater o que considerava os erros que o “marxismo” institucional havia feito: o stalinismo; “combatê-la, foi a agenda que a ‘história’ nos transmitiu. A geração de ‘1956’ não disse que Deus havia falhado; dissemos que *nós* havíamos falhado, e que pretendíamos reparar essa falha”.¹⁸²

Mesmo com a dissidência pós-“1956” de militantes e intelectuais do partido comunista e nos anos 70 da criação do eurocomunismo e das críticas ao stalinismo:

“isto não significa que o projeto de ‘1956’ tenha sido realizado. Mesmo que adotemos a mais generosa opinião sobre essas modificações e a visão mais otimista das tendências futuras, esse projeto só se pode realizar sob uma condição: a de que a agenda de 1956 seja realizada até o fim”.¹⁸³

“1956” vêm sempre no uso de Thompson, como algo a ser esquecido, um trauma, pois, abre uma ferida no movimento comunista. Esse emprego de “1956”, em um primeiro momento, tem a característica de lembrar para onde pode caminhar o “marxismo”, entretanto, depois, “1956” é utilizado de uma maneira política, uma memória obrigada, que faz Thompson analisar este período superando parcialmente o trauma, para na vida prática continuar atuando politicamente, portanto:

“Até que a ‘agenda’ de 1956 seja completada, até o ultimo item de ‘Outros Assuntos’, qualquer pretensão a uma auto-reforma do eurocomunismo só se pode basear em compromissos inseguros de oportunismo eleitoral. A luta deve atingir todos os níveis da teoria e da prática”.¹⁸⁴

¹⁸¹ Idem, p. 148. *PT*, p. 132.

¹⁸² Idem, p. 154. *PT*, p. 138.

¹⁸³ Idem, p. 155. *PT*, p. 139.

¹⁸⁴ Idem, p. 210. *PT*, p. 190.

O uso de “1956”, no texto de Thompson, tem uma nuance traumática. O uso que faz desse passado percorre todo o livro, “1956” é o momento do desencanto, o pós-“1956” é o momento da busca de uma nova identidade política e teórica. Como Thompson mesmo percebeu: “sem dúvida meus críticos estão certos: o retorno àquele momento do passado tem sido, em mim, uma obsessão”.¹⁸⁵ Mas ao mesmo tempo, analisando este livro como um trabalho de luto para este período,¹⁸⁶ uma tentativa de aceitação da perda dos ideais de “1956”, Thompson finaliza, “minhas dívidas para com ‘1956’ foram agora totalmente pagas”.¹⁸⁷

Se os outros usos do passado são para mostrar as peculiaridades de Thompson face o avanço de Althusser na historiografia marxista inglesa, esse uso no texto tem o caráter de ser o ponto zero da virada de Thompson em relação ao seu entendimento do marxismo teórico e institucional. É ele que abre para Thompson a possibilidade de repensar a sua cosmovisão. Não sem razão, na introdução do livro, esboça assim os seus objetivos: “The exploration of the crisis within international Communism which became fully declared in 1956, and the critical examination of the Marxist tradition”.¹⁸⁸ As diferentes leituras ou tradições que podem haver para Thompson dentro do marxismo devem-se a esse cisma de “1956”.

Desta forma, o texto examinado é um ataque a “Althusser”, pois, este representa como já citado mais acima, as irracionalidades daquele ano. A consciência íntima do tempo de “1956”, para Thompson, é seu marco zero teórico e político. “1956” é empregado porque é momento de desencanto e reencanto, de significação nova sobre a política e a historiografia, porque é uma das chaves de leitura do texto. As aporias do tempo de “1956” são configuradas pela narrativa do texto.

Todos os três tipos de usos do passado vêm a configurar, circunscrever, a possibilidade de Thompson de pensar os conceitos de estrutura e sujeito. Na luta pela venda de sua genealogia dentro do mercado linguístico da historiografia marxista

¹⁸⁵ Idem, p. 212. *PT*, p. 192.

¹⁸⁶ RICOUER. Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas, SP: Ed. Da UNICAMP, 2007. p. 85-94.

¹⁸⁷ THOMPSON. E. P. op. cit., p. 212. *PT*, p. 192.

¹⁸⁸ *PT*, p. iii. Tradução do autor. “A exploração da crise dentro do comunismo internacional que tornou-se totalmente declarada em 1956, e o exame crítico da tradição marxista”.

inglesa, Thompson entra em conflito com “Althusser” na busca de formar um regime de verdade na tradição marxista. Cada personagem empregado é um nome, que limita inúmeras possibilidades de leituras, que visa a formar um “exército” de nomes próprios. Para ser cada nome ou conceito um dos soldados na disputa por reconhecimento no mercado linguístico.

Conclusão

“Se as coisas se passam, realmente, desse modo ou da maneira defendida pelos sectários de Heráclito e muitos outros, não é fácil decidir, nem se disporia nenhum homem de senso a entregar-se a si mesmo e sua alma à tutela das palavras, nem confiaria nela os instituidores de nomes” (Platão).¹⁸⁹

“É preciso falar *do* fantasma, até mesmo *ao* fantasma e *com* ele, uma vez que nenhuma ética, nenhuma política, revolucionária ou não, parece possível, pensável e *justa*, sem reconhecer em seu princípio o respeito por esses outros que não estão mais ou por esses outros que ainda não estão aí, *presentemente vivos*, quer já estejam mortos, quer ainda não tenham nascido” (Jacques Derrida).¹⁹⁰

Estas duas epígrafes iniciam a conclusão desta dissertação. É por elas que se inicia a reflexão final sobre a constituição narrativa dos conceitos de estrutura e sujeito em *A miséria da teoria*. Primeiro, uma rápida reflexão sobre a linguagem que propicia entender, por segundo, como interpretar o passado.

Como confiar nas palavras? Como compreender sua significação? Que ato do entendimento é capaz de saber a verdade das palavras? Platão já indicara a aporética da linguagem quando, dois mil anos atrás, Hermógenes, Crátilo e Sócrates, iniciam o debate que até hoje inquieta filósofos e historiadores: o que, ao fim e ao cabo, querem significar as palavras? De forma sucinta, a resposta a essa questão ajudará na conclusão desta dissertação.

Em *Crátilo*, Hermógenes apresenta a tese da convenção da linguagem, Crátilo, a da naturalidade da linguagem. Estas duas teses tem em comum garantir o caráter indispensável da relação entre o signo linguístico e seu objeto. A tese convencionalista, ao asseverar a perfeita arbitrariedade de todos os usos linguísticos, assim sendo, a impossibilidade de confrontá-los e corrigi-los, reconhece em todos a mesma validade. A tese de caráter natural da linguagem é impelida, por outro lado, a aceitar as mesmas

¹⁸⁹ PLATÃO. *Teeteto-Crátilo*. Belém: EDUFPA, 2001. p. 225.

¹⁹⁰ DERRIDA, Jacques. *Espectros de Marx: o estado da dívida, o trabalho do luto e a nova internacional*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994. p. 11.

conclusões. Uma vez que todos os signos linguísticos são tais por natureza, e cada um é ocasionado ou determinado pelo objeto que expressa, todos são ao mesmo tempo apropriados, e é impossível confrontá-los, modificá-los ou corrigi-los. Ambas as teses conduzem à implicação de que é impossível proferir o que não é, por que dizer o que não é significa não dizer.

Contudo, Platão expõe uma terceira tese através de Sócrates, a linguagem como um instrumento, como produto de alternativas iteradas e repetíveis. Assim, se nem a semelhança e nem a dessemelhança são a resposta à questão da linguagem, o que constituiria o significado da linguagem para Platão? O uso. Em *Crátilo*, Platão expõe sua tese: “And even if usage is completely different from convention, still you must say that expressing something is not a matter of likeness but of usage, since usage, it seems, enables both like and unlike names to express things”.¹⁹¹ Platão anunciou uma tese capital: é unicamente o emprego que constitui o significado das palavras. Portanto, o uso é a escolha repetida ou regularizada que induz a tecer determinado instrumento linguístico; e, de tal modo, como todos os outros instrumentos, os linguísticos igualmente podem ser mais ou menos perfeitos e ajustados à seu escopo. Justifica-se do mesmo modo aquilo que, para Platão, é a tese filosófica principal acerca da linguagem: sua falibilidade, a probabilidade de dizer o que não é. A particularidade comum das duas doutrinas anteriores é a negação desta tese. O convencionalismo nega que a linguagem possa conter o erro, visto que uma convenção só pode ter o mesmo valor de outra. A tese da naturalidade nega que a linguagem possa incluir o erro porquanto precisa reconhecer que a linguagem representa, de qualquer forma, aquilo que é estando sempre no campo da verdade. Ambas as teses eliminam a hipótese de que a linguagem possa ser avaliada ou que o juízo sobre a correção tenha significado. Ao contrário, a tese da linguagem como uso, contém essa probabilidade, pois que vê nela o produto de operações designadas a estabelecer um instrumento eficaz e não considera infalível o sucesso dessa operação.

¹⁹¹ PLATO. *Cratylus*. In: *Complete works*. Indianapolis/Cambridge, Hackett publishing company, 1997. p. 151. Foi usada a versão inglesa, pois esta deixa nítida a característica de uso da linguagem em Platão, pois, a versão em português, também usada, usa a expressão costume. Tradução do autor: “E mesmo que o uso seja completamente diferente da convenção, você deve dizer ainda que ao expressar algo não é uma questão de semelhança, mas de uso, já que o uso, pelo que parece, habilita ambos os nomes, semelhantes e dessemelhantes, a expressar as coisas”.

A possibilidade da linguagem é restringida pelas probabilidades de combinação das palavras ou formas do ser.

Para Derrida, é desta indefinição inicial da linguagem que existe a possibilidade de interpretar o passado e, por isso, há a possibilidade da constituição dos espectros, pois estes fogem a qualquer definição peremptória. Os espectros são os personagens, a princípio do passado, que cada geração e, neste caso, um intelectual, estão sempre a interpretar. A possibilidade do erro no uso das palavras, como observa Platão, cria essa lacuna sempre ressurgente da possibilidade da incerteza no ato interpretativo e do aparecimento indefinível e sempre alhures dos espectros. O espectro se caracteriza pela descoberta do erro.

É na conjunção destes dois autores que se busca dar o entendimento final para os conceitos de estrutura e sujeito. O livro de Thompson existe justamente para combater o que ele considera um erro de interpretação do marxismo como ciência e como política. Pugar uma narrativa falha sobre o que deve *ser* o marxismo. Só a narrativa estabelece o *ser*. E é nesta disputa que Thompson entra contra Althusser e seus sectários ingleses. Uma disputa sobre o dizer correto do marxismo, que entra em crise em 1956. Nela, a competência de poder dizer o que *é* do marxismo foi perdida pela burocracia oficial. Cada intelectual dissidente, ao seu modo, deu a sua resposta.¹⁹² E na sociedade da democracia de massas o erro ao dizer pode estar em toda parte. O uso da palavra serve a vários interesses e a veracidade das palavras sempre depende do regime de verdade do lugar em que o sujeito a enuncia. Assim, sempre haverá espectros para interpretar.

O passado que habita o texto de Thompson, como analisamos no terceiro capítulo, é que faz a constituição narrativa dos conceitos de estrutura e sujeito. Os espectros-personagens que povoam o texto são Marx, Engels, Popper, Morris, Blake, Vico, Althusser, estruturalismo, marxismo, Darwin, stalinismo, Althusser e 1956. Eles são reinterpretados em Thompson, para nesta contenda intelectual e política, tentar fugir do erro no entendimento do marxismo. E este estar com estes espectros, em

¹⁹² É isso o que faz Althusser no início dos anos 1960: “Escrevi essas linhas em meu nome, e como comunista, que não busca no passado senão o que pode esclarecer o nosso presente e, portanto, clarificar nosso futuro”. ALTHUSSER, Louis. Prefácio: Hoje *A favor de Marx*. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1979. p. 13.

Thompson, é propor uma nova narrativa sobre os espectros de Thompson. Como Derrida propõe a Marx, propõe-se também a Thompson: “*The time is out of joint*”, o tempo, para Thompson, está desarticulado, deslocado, desjuntado. Os conceitos de estrutura e sujeito são, então, uma forma de colocar o tempo em ordem, através da interpretação dos espectros que foram libertados em 1956 da prisão stalinista, do erro na linguagem stalinista e do marxismo vulgar. Para Derrida, há um *efeito de viseira* nos espectros, isto é o que permite que não vejamos que eles nos olhem, mais uma característica da dificuldade de dizer o certo sobre o passado. A espectralidade aumenta ainda mais a dificuldade do entendimento. Um espectro é sempre um retornante, por isso, não só no texto de Thompson, mas em Althusser também, Marx (principalmente o espectro do jovem Marx), Engels, o stalinismo, Vico, Darwin, o marxismo, retornam sempre no texto, ao texto, como se nunca houvesse uma última palavra sobre estes nomes. Como se houvesse mais de um espectro para cada nome.

Na construção narrativa de estrutura e sujeito, esta herança espectral não se junta nunca, segundo Derrida, ela jamais é uma consigo mesma. Sua unidade presumida, que daria sentido aos conceitos, se existe, não pode consistir senão na injunção de reafirmar escolhendo uma herança espectral. É preciso filtrar, peneirar, criticar, é preciso nomear entre múltiplos imagináveis que moram na mesma injunção. Para Derrida, se a legibilidade de um legado do passado fosse dada, natural, transparente, unívoca, se ela não pedisse e não desafiasse ao mesmo tempo a interpretação, não se teria o que herdar e legar dos espectros. E os personagens-espectros que Thompson emprega, para constituir seus conceitos, não fariam sentido de serem discutidos e postos em uma nova narrativa, pois não haveria o que ser discutido na transparência das palavras. Na transparência das palavras, o erro não existe. A narrativa de estrutura e sujeito tenta manter junto o que não há como manter junto.¹⁹³

Thompson não resolveria nunca a questão dos conceitos, que a crise do marxismo expôs, sem nunca se explicar com o espectro, com mais de um espectro, que

¹⁹³ Para Derrida “Se há alguma coisa como a espectralidade, há razões para duvidar dessa ordem tranquilizadora dos presentes, e sobretudo da fronteira entre o presente, a realidade atual ou presente do presente e tudo o que se lhe pode opor: ausência, a não-presença, a inefetividade, a inatualidade, a virtualidade ou mesmo o simulacro em geral etc.”. DERRIDA, Jacques. op. cit., p. 60.

povoam suas dúvidas em relação ao marxismo como ciência e como política. E os espectros-personagens que analisa é um ajuste de contas com a herança marxista, com a espectralidade marxista. Os espectros-personagens de Thompson rodam *A miséria da teoria* em busca de encarnar-se em palavras para rearticular teoria marxista e política marxista e, a partir dos conceitos de estrutura e sujeito, reorganizar tempo e narrativa, para não haver um tempo “*out of joint*”.

Há, no texto de Thompson, para a construção narrativa dos conceitos de estrutura e sujeito, uma conjuração dos espectros-personagens. Por um lado, conjuração como conspiração daqueles que se alistam solenemente, jurando juntos, por meio de um juramento, no texto, lutar contra um poder superior, o inimigo que vem de fora, da França e seus aliados internos. Por outro lado, conspiração significa a encantação mágica destinada a evocar, a fazer vir pelo texto, a convocar o que não está presente no momento presente do chamado, para usar no combate sobre o dizer correto da historiografia marxista. Por fim, a conjuração dos espectros-personagens, significa o exorcismo que, ao contrário, tende a expulsar o “espírito” maléfico que teria sido chamado, expulsar Althusser e o tipo de interpretação que ele faz dos espectros-personagens; evitar o erro da espectralidade althusseriana, da imobilidade estrutural e de uma história sem a agência humana. *A miséria da teoria* consiste, então, num juramento, em assumir uma *responsabilidade* com um passado que autoriza, a partir das escolhas dos espectros-personagens, a pensar os conceitos de estrutura e sujeito mais afeitos aos interesses políticos e historiográficos de Thompson.

Onde Thompson tem a tentação de nomear a persistência de um passado, o retorno dos mortos, a reaparição espectral de que o trabalho de luto não consegue livrar-se, ele anuncia e invoca a presença por vir. *A miséria da teoria* invoca, reclama que é preciso fazer com que estes espectros que povoam seu texto, no porvir, tornem-se realidades. Quanto mais os espectros-personagens irrompem no texto de Thompson, mais a época está em crise, mais “*out of joint*”, e mais se faz necessário convocar o passado, para, assimilando sua herança, legar outro presente.

Assim, a constituição narrativa do conceito de sujeito é diferente da análise que Ricoeur faz do *Mediterrâneo* de Braudel. Onde aquele quer mostrar que há um sujeito

na narrativa de Braudel, aqui busca-se a teia textual construída na escritura de Thompson, através dos espectros-personagens, para mostrar: 1) por um lado, que historiografia não pode ter como sujeitos da narrativa historiadora as relações de produção, como entendia Althusser, mas, as experiências subjetivas das pessoas, por outro lado, a recuperação da moralidade para a dimensão cognitiva, onde o sujeito do conhecimento não é cientificista, não haveria uma separação entre o sujeito moral e o cognitivo, e sim uma imbricação entre ambos. 2) No contexto da Guerra Fria, Thompson notou um significativo imobilismo político, um resfriamento das posições políticas frente ao que chamou as estruturas políticas da URSS e dos E.U.A., por isso, o conceito de sujeito torna-se, para ele, do ponto de vista político muito importante, pois, tenta resgatar a agência de homens e mulheres como transformadores da história. Há no conceito de Thompson uma demanda por horizonte de expectativa, por um futuro ainda a ser feito, diferente do presente e do passado, mais especificamente, diferente de um certo tipo de passado, pois, essa demanda por horizonte expectativa recorre a um passado entre outros passados.

O conceito de estrutura é menos recorrente no texto, mostrando que a preocupação central de Thompson, n' *A miséria da teoria*, na dialética estrutura-sujeito, é o sujeito. Na composição narrativa dos espectros-personagens, para construir o conceito de estrutura, Thompson quer expor que 1) a estrutura existe e influi na sociedade, no entanto, não é o sujeito da narrativa historiográfica, fazendo das pessoas portadoras de funções do modo de produção, mas uma paisagem, onde os sujeitos coletivos e individuais agem, assim, o poder explicativo de categorias estruturais na narrativa de Thompson perdem espaço na trama historiadora. 2) Esta deflação da estrutura se conjuga, também, do ponto de vista político, com a demanda de um horizonte de expectativas diferente, pois, o antagonismo de URSS e E.U.A. poderia levar à extinção da humanidade e a estrutura, tal como era, não poderia permanecer.

A construção narrativa dos conceitos de estrutura e sujeito serve para combater o erro. O erro é condição de toda narrativa de toda linguagem. Não sem razão, o livro chama-se *The poverty of theory or an orrery of errors* (negrito meu). É contra o erro que Thompson escreve e dele duplamente sempre partirá, por um lado,

contra o erro de quem escreve, por outro, o seu erro, pois é a própria condição da escrita. Thompson escreve contra o planetário de erros de Althusser e de seus seguidores ingleses, contra o erro conceitual e político da dupla estrutura-sujeito. Espectros-personagens são chamados para conjurar o erro. O texto de Thompson é uma conjuração do erro. O espectro “vive” pelo erro de referencialização. E n’A *Miséria* o espectro-personagem é chamado a combater o erro alhures, o erro de conceitualização e político, da dupla estrutura e sujeito.

Semelhante ao interrogatório da possessão de *Loudun*,¹⁹⁴ onde a igreja queria eliminar o erro da perversão da linguagem, se fosse dada a possibilidade de perguntar a Thompson o que é afinal, estrutura e sujeito no livro *A miséria da teoria*? Ele bem poderia responder de modo semelhante a feiticeira: “Estrutura e sujeito” são os “Outros”, isto é, estrutura e sujeito são os espectro-personagem que compõe narrativamente estes conceitos. Estrutura e sujeito só fazem sentido dentro de uma rede gramatical e de um uso contextual das palavras, onde os outros elementos, linguísticos ou não, permeiam de sentido estes dois conceitos.

Dar fim ao erro, do título até a última página, este é o objetivo de Thompson. Objetivo fadado ao fracasso. Mas não importa o fracasso. Importa o caminho trilhado ao fracasso. A tentativa de responder ao que considera erro, este é o legado do texto. Ao que Thompson considerava estar “*out of joint*”, deslocado, errado, não entregou sua alma, nem confiou em suas palavras; já espectro, ele próprio, nos legou um texto tentando resolver as aporias do seu tempo; se as coisas se passam, realmente, desse modo, como Thompson propõe, ou da maneira defendida pelos sectários de Althusser e muitos outros, não é fácil decidir.

¹⁹⁴ CERTEAU, Michel de. A linguagem alterada: a palavra da possuída. In: *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007. pp. 253-256.

Referências Bibliográficas

Fontes:

THOMPSON, E. P. The poverty of theory or an orrery of errors. In: *The poverty of theory and other essays*. New York: Monthly review press, 2008.

_____. *A miséria da teoria: ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1981.

Bibliografia auxiliar:

ALTHUSSER, Louis. *A favor de Marx*. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1979.

_____. *Ler O Capital*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979. 2vls.

_____. *Sobre o trabalho teórico*. Lisboa, Portugal: Editorial Presença, 1978.

_____. *Posições -1*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. *História: A arte de inventar o passado*. Ensaios de teoria da história. Bauru, SP: Edusc, 2007.

ALSTON, P.W. *Filosofia da Linguagem*. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1977.

ANDERSON, Perry. Origins of the present crisis. In: *New left review*, 1/23, January-February. 1964.

_____. Socialism and pseud-empiricism. In: *New left review*, 1/35, March-April, 1965.

_____. *Considerações sobre o marxismo ocidental; Nas trilhas do materialismo histórico*. São Paulo: Boitempo editorial, 2004.

_____. *Teoria, política e história: Un debate com E. P. Thompson*. Madrid: Siglo XXI, 1985.

ARLENE, Renk. A experiência em Thompson. In: *História: Questões & debates*, Curitiba, v.13 n.24, jul./dez. 1996.

AUSTIN, John Langshaw. *Quando dizer é fazer: palavras e ação*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

BATALHA, Claudio. Thompson diante de Marx. In: *A obra teórica de Marx*. São Paulo: Xamã, 2000.

BENJAMIN, Walter. O narrador: Observações acerca da obra de Nicolau Leskow. In: *Os pensadores*. São Paulo: Abril cultural, 1980.

BESS, Michael. E. P. Thompson: The historian as activist. In: *The American historical review*. Vol. 98, n. 1.

BLOCH, Marc. *Apologia da história, ou, o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

BOURDÉ, Guy; MARTIN, Hervé. *As escolas históricas*. Lisboa: Publicações Europa-América, 1990.

BOURDIEU, Pierre. A força do direito. Elementos para uma sociologia do campo jurídico. In: *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

_____. *A economia das trocas linguísticas: O que falar quer dizer*. São Paulo: Edusp, 2008.

BURKE, Peter (Org.). *A escrita da história: Novas perspectivas*. São Paulo: Edunesp, 1992.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

_____. *A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

CEZAR, Temístocles. Estruturalismo e pós-estruturalismo na perspectiva do conhecimento histórico. In: *Anos 90*, Porto Alegre, n.4, dezembro, 1995.

CHATELET François. Le temps de l'histoire et l'évolution de la fonction historique. In: *Questions, Objections: A la recherche des vraies semblances*. Paris: Denoël/Gonthier, 1979. P. 19

DALAQUA, Renata. O debate no interior da *New left* britânica: o significado da controvérsia entre Perry Anderson e E. P. Thompson. In: *História Social*, n.16, primeiro semestre de 2009.

DELACAMPAGNE, Christian. *História da filosofia no século XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

DERRIDA, Jacques. *Espectros de Marx: o estado da dívida, o trabalho do luto e a nova internacional*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

DESAN, Suzanne. Massas, comunidade e ritual na obra de E. P. Thompson e Natalie Davis. In: HUNT, Lynn. *A nova história cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

DIEHL, Astor. *Com o passado na cadeira de balanço: Cultura, mentalidades e subjetividade*. Passo Fundo, RS: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2006.

DOSSE, François. *A história em migalhas: dos Annales à Nova História*. Bauru, SP: EDUSC, 2003.

_____. *O império do sentido: a humanização das Ciências Humanas*. Bauru, SP: EDUSC, 2003.

_____. *História do estruturalismo*. Bauru, SP: EDUSC, 2007. 2vls.

EVANGELISTA, João. *Crise do marxismo e irracionalismo pós-moderno*. São Paulo: Cortez, 2002.

FERRERAS, Norberto. Culturalismo e experiência: Leitura dos debates em torno da obra de E. P. Thompson. In: *Diálogos*, DHI,UEM, v.3, n.3, 1999.

FISCHER, Michael. The literary importance of E. P. Thompson's Marxism. In: *ELH*. Vol. 50, n.4, winter, 1983.

FONTANA, Josep. *História: análise do passado e projeto social*. Bauru, SP: Edusc, 1998.

FORTES, Alexandre. O direito na obra de E. P. Thompson. In: *História social*. Campinas-SP, n.2, 1995.

_____. "Miríades por toda a eternidade": A atualidade de E. P. Thompson. In: *Tempo social*. São Paulo, vol. 18, n.1, junho 2006.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

_____. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2005.

FREGE, Gottlob. Sobre a justificação científica de uma conceitografia. IN: *Os pensadores*. São Paulo: Abril cultural, 1983.

GADAMER, Hans-Georg. *O problema da consciência histórica*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

_____. Os limites da razão histórica. In: GADAMER, Hans-Georg. *Hermenêutica em retrospectiva: A virada hermenêutica*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

GERMANO, José Willington. Thompson e o método de Marx. In: *Educação e sociedade*. São Paulo. Vol.10, n.32, abril 1989.

GINZBURG, Carlo. Sinais: Raízes de um paradigma indiciário. In: *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa: Difel, 1989.

_____. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GOULDNER, Alvin. *Los dos marxismos: Contradicciones y anomalias em el desarrollo de la teoría*. Madrid: Alianza editorial, 1983.

HABERMAS, Jürgen. A consciência de tempo da modernidade e sua necessidade de autocertificação. In: *O discurso filosófico da modernidade*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

_____. *Pensamento pós-metafísico*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2002.

_____. *Consciência moral e agir comunicativo*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

_____. *Verdade e justificação: ensaios filosóficos*. São Paulo, Edições Loyola, 2004.

_____. *Técnica e ciência como "ideologia"*. Lisboa, Portugal: Edições 70, 2006.

_____. *A ética da discussão e a questão da verdade*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

_____. A pretensão de universalidade da hermenêutica. In: *A lógica das ciências sociais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

HARTOG, François. O tempo desorientado. Tempo e história. "Como escrever a história da França?" *Anos 90*. Porto Alegre: n.7, julho de 1997.

_____. A arte da narrativa histórica. In: BOUTIER, Jean; JULIA, Dominique. *Passados recompostos: campos e canteiros da história*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Editora FGV, 1998.

_____; e REVEL, Jacques. Note de conjuncture historiographique. In: HARTOG, François e REVEL, Jacques (sous la direction). *Les usages politiques du passé*. Paris: EHEES, 2001.

_____. Ordres du temps, regimes d'historicité. In: *Régimes d'historicité. Présentisme et expérience du temps*. Paris: Seuil, 2003.

_____. O olhar distanciado: Lévi-Strauss e a história. In: *Topoi*, v.7, n.12, jan-jun. 2006.

HONNETH, Axel. *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo: Ed. 34, 2003.

HUNT, Lynn. Apresentação: História, cultura e texto. In: HUNT, Lynn. *A nova história cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

IGGERS, George. Historiography in the twentieth century. In: *History and theory*. Wesley University. N. 44, October 2005.

JENKINS, Keith. *A história repensada*. São Paulo: Contexto, 2009.

KAYE, Harvey. *Los historiadores marxistas británicos: Un análisis introductorio*. Zaragoza: Universidad, Prensas Universitarias, 1989.

_____; McCLELLAND, Keith (Ed.). *E. P. Thompson: Critical perspectives*. Philadelphia: Temple University Press, 1990.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

LÉVI-Strauss, Claude. *Os pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1985.

LÉVINAS, Emmanuel. *Humanismo do outro homem*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.

LÖWY, Michael. *Método dialético e teoria política*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1978.

_____. *As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen: Marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento*. São Paulo, Cortez, 2000.

_____. *Romantismo e messianismo: ensaios sobre Lukács e Walter Benjamin*. São Paulo: Perspectiva, 2008.

LÖWY, Michael; SAYRE, Robert. A corrente romântica nas ciências sociais da Inglaterra: Edward P. Thompson e Raymond Williams. In: *Crítica marxista*. CEMARX Unicamp, 1999.

MARCONDES, Danilo. Duas concepções de análise no desenvolvimento da filosofia analítica. In: *Paradigmas filosóficos da atualidade*. Campinas, SP: Papirus, 1989.

MARSON, Adalberto. Maquinações satânicas. Edward Thompson e as leituras do sistema fabril. In: *Primeira versão*, IFCH/Unicamp n. 26, 1991.

MARTINS, E. R. O problema da objetividade nas ciências sociais. IN: *Revista brasileira de filosofia*. Vol.34, 1984.

_____. Filosofia analítica da história. In: *Paradigmas filosóficos da atualidade*. Campinas, SP: Papirus, 1989.

_____. O caráter relacional do conhecimento histórico. In: COSTA, C. B. (Org.). *Um passeio com Clío*. Brasília, DF: Paralelo 15, 2002.

_____. História, discurso e estrutura. In: *Diálogos*, DHI/PPH/UEM, v.12, n.1, 2008.

McLENNAN, Gregor. E. P. Thompson and the discipline of historical context. In: JOHNSON, Richard. *Making histories: studies in history-writing and politics*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1982.

MEDINA, José. *Linguagem: conceitos-chave em filosofia*. Porto Alegre: Artmed, 2007.

MERLEAU-PONTY, Maurice. Fenomenologia da linguagem. In: *Os pensadores*. São Paulo: Abril cultural, 1984.

MÜLLER, Ricardo. Razão e utopia: Thompson e a história. IN: *Diálogos*, DHI/PPH/UEM, V.6, 2002.

_____. Revisitando E. P. Thompson e a “Miséria da teoria”. IN: *Diálogos*, DHI/PPH/UEM, V.11, N.1/N.2, 2006.

MUNHOZ, Sidnei. Fragmentos de um possível diálogo com Edward Palmer Thompson e com alguns de seus críticos. In: *Revista de história regional*. Vol.2, n.2, inverno de 1997.

MUNSLOW, Alun. *Desconstruindo a história*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

NAGEL, Thomas. O significado das palavras. In: *Que quer dizer tudo isso? Uma iniciação à filosofia*. Lisboa; Gradiva-Publicações, 1995.

NICOLAZZI, Fernando. A narrativa da experiência em Foucault e Thompson. In: *Anos 90*, Porto Alegre, v.11, n.19/20, jan./dez., 2004.

_____. *O conceito de experiência histórica e a narrativa historiográfica*. 2004. 149 f. Dissertação (Mestrado em história) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UFRGS, Porto Alegre, 2004.

PALMER, Bryan. *E. P. Thompson: objeções e oposições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

_____. *The making of E. P. Thompson: Marxism, humanism, and history*. Toronto: New hogtown press, 1981.

PLATÃO. *Teeteto-Crátilo*. Belém: EDUFPA, 2001.

PLATO. Cratylus. In: *Complete works*. Indianapolis/Cambridge, Hackett publishing company, 1997.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. In: *Estudos históricos*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, v.2, n.3, 1989.

_____. Memória e identidade. In: *Estudos históricos*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, v.5, n.10, 1992.

Projeto história. Dossiê: Diálogos com E. P. Thompson. São Paulo: n. 12. Outubro de 95.

PROST, Antoine. *Doze lições sobre história*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

QUINE, Willard Van Orman. Dois dogmas do empirismo. In: *Os pensadores*. São Paulo: Abril cultural, 1985.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*. São Paulo: PUC-SP, n.10, dezembro de 1993.

RANCIÈRE, Jacques. *Os nomes da história: Ensaio de poética do saber*. São Paulo: EDUC/Pontes, 1994.

REIS, José Carlos. *A história, entre a filosofia e a ciência*. Belo Horizonte: Auntêmica, 2004.

_____. *História & Teoria: Historicismo, modernidade, temporalidade e verdade*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

RENK, Arlene. A experiência em Thompson. In: *História: Questões & debates*, Curitiba, v.13, n.24, jul./dez., 1996.

RICOUER, Paul. *Tempo e narrativa*. Campinas, SP: Papirus, 1995. 3 vols.

_____. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas, SP: Ed. Da UNICAMP, 2007.

_____. *Hermenêutica e ideologias*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

_____. *Teoria da interpretação: O discurso e o excesso de significação*. Lisboa, Portugal: Edições 70, 2009.

ROUSSO, Henry. Usos do passado na França de hoje. In: SIMSON, Olga Rodrigues de Moraes Von (org.) *Os desafios contemporâneos da história oral*. Campinas: Centro de Memória da UNICAMP, 1997.

RÜSEN, Jörn. *Razão histórica: Teoria da história: os fundamentos da ciência histórica*. Brasília: Ed. UNB, 2001.

_____. *Reconstrução do passado: Teoria da história II: os princípios da pesquisa histórica*. Brasília: Ed. UNB, 2007.

_____. *História viva: Teoria da história III: formas e funções do conhecimento histórico*. Brasília: Ed. UNB, 2007.

_____. A história entre a modernidade e a pós-modernidade. In: *História: Questões & debates*. Curitiba, v.14, n. 26/27, jan/dez, 1997.

_____. Perda de sentido e construção de sentido no pensamento histórico na virada do milênio. In: *História: debates e tendências*. Passo Fundo. V.2, n.1, dezembro de 2001.

RYLE, Gilbert. Expressões sistematicamente enganadoras. In: *Os pensadores*. São Paulo: Abril cultural, 1985.

_____. A linguagem ordinária. In: *Os pensadores*. São Paulo: Abril cultural, 1985.

SAMPAIO, Inês S. Vitorino. A sociologia dos bens simbólicos e a teoria do mercado linguístico de Pierre Bourdieu. In: *Temáticas*, Campinas, 1(1/2), jul/dez. 1993.

SAMUEL, Raphael (Ed.). *Historia popular y teoria socialista*. Barcelona: Crítica; Grijalho, 1984.

SILVA, Ana Rosa. Thompson e a primeira geração dos *Annales*: Uma abordagem comparativa a partir das noções de estrutura e processo em história. In: *História social*, Campinas-SP, n.4/5, 1997/1998.

SILVA, Tomaz Tadeu (org.). *O que é, afinal, Estudos culturais?* Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

SOARES, F. A. A. Edward P. Thompson e o Marxismo In: WEBER, Beatriz; KONRAD, Diorge (orgs.). *Visões do mundo contemporâneo: Caminhos, mitos e muros*. Santa Maria : Editora da UFSM, 2007.

SOARES, Luis Eduardo. Hermenêutica: Breve introdução. IN: *O rigor da indisciplina*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

STEIN, Ernildo. Mundo da vida: problema epistemológico ou questão histórica. In: *Veritas*. Porto Alegre, v.42, n.1, Março 1997.

_____. *História e ideologia*. Porto Alegre, RS: Ed. Movimento, 1999.

TAYLOR, Miles. The beginnings of modern british social history?. *History workshop journal*, n.43, spring 1997.

_____. As guinadas linguísticas na história social britânica. In: *História social*. Campinas-SP, n.4/5, 1997/1998.

THOMPSON, E. P.. Opción cero. Barcelona: Editorial Crítica, 1983.

_____. La política de la teoria. In: SAMUEL, Raphael (Ed.). *Historia popular y teoria socialista*. Barcelona: Crítica; Grijalho, 1984.

_____. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. 3vl.

_____. *Senhores caçadores: a origem da lei negra*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. Os fins da Guerra Fria: Uma resposta. In: BLACKBURN, Robin. *Depois da queda: O fracasso do comunismo e o futuro do socialismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

_____. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1998.

_____. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: Ed. Unicamp, 2001.

_____. *Os românticos: A Inglaterra na era revolucionária*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

TRAVERSO, Enzo. Usages politiques du passé. In: *Le passé, modes d'emploi: histoire, mémoire, politique*. Paris: La Fabrique, 2005.

VERNANT, Jean-Pierre. *As origens do pensamento grego*. Rio de Janeiro: Difel, 2006

VEYNE, Paul. *Como se escreve a história; Foucault revoluciona a história*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2008.

VITORINO, Artur. Notas sobre a teoria da formação de classe de E. P. Thompson. *História social*, Campinas-SP, n.4/5, 1997/1998.